



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ- REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

**OS HABITANTES DO RIO E AS MISSÕES RELIGIOSAS NO SERTÃO
PERNAMBUCANO:
UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM FLUVIAL DO RIO SÃO FRANCISCO –
OROCÓ**

JÉSSICA RAFAELLA DE OLIVEIRA

Laranjeiras - SE
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ- REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

**OS HABITANTES DO RIO E AS MISSÕES RELIGIOSAS NO SERTÃO
PERNAMBUCANO:
UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM FLUVIAL DO RIO SÃO FRANCISCO –
OROCÓ**

JÉSSICA RAFAELLA DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do título de Mestra em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro D. Duran

Agência financiadora: CAPES/FAPITEC

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Oliveira, Jéssica Rafaella de.

O48h

Os habitantes do rio e as missões religiosas no sertão pernambucano: uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco – Orocó. / Jéssica Rafaella de Oliveira. ; Orientador: Leandro D. Duran. - Laranjeiras/ SE, 2016.
140 f., il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe (CAMPUSLAR), 2016.

1. Patrimônio arqueológico 2. Arqueologia. 3. Paisagem fluvial
4. Missões 5. Rio São Francisco . I. Duran, Leandro D. II. Título.

CDU 902.1: 2-76

*Aos meus familiares, por todo o amor recebido;
Ao Vinicius, por sempre estar ao meu lado;
A memória de todos aqueles que, ao longo de séculos,
fizeram histórias nas águas do 'Velho Chico'.*

AGRADECIMENTOS

As palavras não são suficientes para tamanha gratidão, e é por isso que me comprometo a passar adiante tudo que aprendi ao longo desta jornada.

Agradeço à minha família por tudo, ao meu pai Assis por todo o amor de sempre, aos meus irmãos Sérgio e Juscelino e, de forma muito especial, à minha Mãe Salete e às minhas irmãs Érika, Maiany e Bel por todo o incentivo e por me fazerem acreditar sempre nos meus sonhos e por sempre serem exemplos de luta contra tudo o que nos oprime quanto mulheres vivendo numa sociedade desigual em todos os seus aspectos. Aos meus sobrinhos Marcus Vinícius, Alexandre ao pequeno e grande Heitor e ao Benjamim, pelas alegrias que trouxeram às nossas vidas. Amo-os muito e serei eternamente grata a vocês.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior - CAPES em parceria com Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC, pelo apoio essencial a esta pesquisa. À Prefeitura Municipal de Orocó, através da Secretaria de Educação, de forma especial a Maria, Ana Alice e Santa, por o todo apoio recebido. Sem vocês nossa etapa de campo não teria sido possível.

A todo o corpo técnico e docente do Departamento de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS, em especial aos Professores Gilson Rambelli e ao Prof. Ton Ferreira, pelas grandes contribuições na minha qualificação, ao Prof. Fernando Almeida, pelo auxílio nas análises em laboratório e ao Prof. Pellini, por todas as crises que me fez ter com a Arqueologia durante o nosso curso de teoria (risos), as quais foram de extrema importância para mim.

De forma muito carinhosa, agradeço ao meu orientador, o Grande Professor Leandro Duran, a quem aprendi a admirar a cada nova conversa, a cada vez que me tirava de uma zona de pleno conforto para colocar em mim as angústias que muito me fizeram amadurecer não só quanto pesquisadora, mas principalmente quanto ser humano. Ser-lhe-ei eternamente grata por tamanha dedicação. Eu sempre confiei muito em você, mas ressalto que qualquer erro presente neste trabalho é de inteira responsabilidade minha; eu tenho certeza disso.

A professora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, pelas importantes contribuições, e por se propor a conhecer um pouco sobre o sertão de Pernambuco ao aceitar o convite para compor a banca de defesa desta pesquisa, muito obrigada.

Agradeço imensamente ao MAX e ao DARQ pelo apoio institucional a nossa pesquisa. Carinhosamente, a Vanessa, que nos recebia todos os dias com muita alegria. Desculpe-nos a bagunça.

Aos mais que agregados, Juscelino, Gledson, Diana, Paula e Dileni, muito obrigada pela mais sincera amizade.

Ao Padre Francisco, como eu quero um dia poder retribuir tudo o que você foi para mim quanto ao desenvolvimento desta pesquisa, desde a primeira ideia do projeto até a finalização desta etapa que acredito ser apenas o começo. Meu muito obrigada cheio de gratidão.

Devo minha vida aos meus amigos Augusto, Bruno, Dalina, Flávio, André e Dindara, que se fizeram presentes numa parte importantíssima deste trabalho, que foram as etapas de campo e laboratório; sem vocês, eu jamais teria conseguido. Tamanha dedicação talvez se justifique por termos os mesmos sonhos, em cada brincadeira no campo e laboratório, tinha na verdade a realização e a felicidade coletiva por termos nos tornado Arqueólogos.

Ao André Teixeira, junto ao departamento de Comunicação Social da UFS, pelo grande apoio no registro fotográfico das peças em laboratório, agradeço de coração por todas as fotografias cuidadosamente tiradas, que enriqueceram muito o resultado final do trabalho.

A Felipe Charles Amador, pela elaboração dos desenhos e reconstituição virtual das peças cerâmicas, excelente trabalho.

A Flávio de Araújo Carvalho, pela elaboração gráfica dos desenhos em 3D, você é muito bom no que faz.

A Lorena, pela importante ajuda na elaboração das fichas para análises e nas análises em laboratório, muito obrigada.

Ainda sobre o campo, agradeço imensamente ao Seu José, Dona Preta e ao Beto os quais foram mais que nossos barqueiros, foram motivo de muita alegria todos os dias em campo. A toda a família do Seu Guilherme e Maria, pela carinhosa acolhida, Carão da ilha de São Félix sempre disposto a nos ajudar no que fosse preciso. À Marinha pelo cuidado com as nossas refeições.

Ao incentivo da Igreja Católica, na pessoa do Vigário Xavier, que sempre ressaltava “vocês são muito corajosos”; sem dúvida, suas palavras nos encorajaram cada dia mais.

Aos moradores das ilhas, e do Município de Orocó por todas as vezes que nos paravam na rua para entender um pouco mais do que estávamos estudando e sempre demonstravam grande carinho, mesmo sem nos conhecerem.

À minha turma do mestrado, Adriano, Madson, Cláudia Jucá, Mônica, Jaqueline, Ney, Danielly, Greyciane e meu mais que obrigada a Mirian Cazzeta com quem dividi muitas angústias e por todos os incontáveis livros emprestados. Obrigada por todas as vezes que viu um livro que podia me ser útil e lembrou-se de mim.

A Rúbia, a quem tive o prazer de conhecer na última etapa deste trabalho. Obrigada por todas as vezes que reforçava dizendo: se acalme, vai dar tudo certo.

Àqueles que mesmo a distância, sempre torceram para que este sonho se tornasse real. Eu acredito nas boas energias que recebi de cada um.

Último e não menos importante, ao meu grande companheiro, Vinicius Colares, se eu pudesse compartilhar meu diploma, metade seria seu por direito. Obrigada, obrigada por tudo que representa na minha vida durante todos esses anos.



Equipe de campo, da esquerda para direita: Augusto, Bruno, Flávio, Seu José, Dalina, Jéssica e Dona Preta. “Sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonhos que se sonham junto é realidade” (Raul Seixas).

RESUMO

No início da “colonização” portuguesa, o vale do São Francisco era habitado por diversos povos indígenas, e é por meio de relatos dos viajantes e missioneiros que podemos obter as primeiras informações sobre seus assentamentos e modo de vida. O espaço indígena no médio São Francisco, quando da chegada do colonizador, era constituído por populações genericamente denominadas pelos cronistas de Tapuias e Cariris. Os trabalhos de catequização na região foram iniciados por volta do século XVII, as primeiras Missões datam de 1671. Muitos documentos e registros de passagens dos missioneiros pela área comprovam a existência de aldeias nas Ilhas do rio São Francisco, localizadas na região atualmente denominada como Submedio. A Ilha de Santa Maria, por exemplo, foi palco de um grande aldeamento que prosperou durante os séculos XVII e XVIII, sendo que essa unidade insular ainda possui em ruínas parte de seu antigo parque arquitetônico, notadamente seu principal equipamento religioso. Dentro desse contexto, a presente pesquisa se volta aos estudos de contato e das Missões religiosas, entretanto se distancia das abordagens de uma Arqueologia missioneira voltada apenas a compreender as Missões como agentes de aculturação, mas, sobretudo, valorizando o papel do indígena, dentro de um processo de transculturação e de agentes ativos nas construções sociais. Resulta de um minucioso levantamento bibliográfico, de intervenções pontuais em campo e de uma abordagem da Arqueologia da paisagem, bem como de uma Arqueologia missioneira e da história indígena. Buscou-se nesse sentido, entender o que foram as Missões religiosas que fizeram do sertão do Submedio São Francisco grandes rotas de catequização indígena, e como estas contribuíram para a consolidação dos diferentes elementos paisagísticos que são de fundamental importância não apenas para preencher as lacunas na história particular das ilhas, mas também para compreender a dinâmica de ocupação da região como um todo.

Palavras chave – Arqueologia missioneira, paisagem fluvial, rio São Francisco.

ABSTRACT

At the beginning of the portuguese "colonization", the valley of São Francisco was inhabited by various indigenous peoples, and it is through the accounts of travelers and missionaries we can get the first informations about their settlements and way of life. The indigenous space in the Médio São Francisco, when the colonizers arrived, was composed of populations generally called by the chroniclers of Tapuias and Cariris. The indoctrination work in the region were initiated by the seventeenth century, the early missions dating back to 1671. Many documents and missionaries's passages records through the area, prove the existence of villages on the islands of São Francisco river, located in the area currently known as Submedio. The island of Santa Maria, for example, was the scene of a large village that thrived during the seventeenth and eighteenth centuries, and this insular unit still has part of the old architectural park in ruins, especially its main religious equipment. Within this context the present research, turns to studies of contact and religious missions, however distanced himself from the approaches of Archaeology missionary directed only to understand the missions as acculturation agents, but above all, enhancing the role of indigenous within a process of transculturation and active agents in the social constructions. Results from a thorough literature revision, specific interventions in the field and an approach to archeology of the landscape, as well as a missionary archeology and indigenous history. Sought in this sense, understand what were the religious missions that made the Submedio São Francisco, major routes of indigenous indoctrination, and how they contributed to the consolidation of the different landscape elements which are of fundamental importance not only to fill the gaps in particular history of the islands, but to understand the dynamics of occupation of the region as a whole.

Keywords - Archaeology missionary, river landscape, São Francisco River.

SUMÁRIO

Item	Página
INTRODUÇÃO	15
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	20
1.1. Questões Teóricas Preliminares Básicas e Metodologia.	20
1.2. Arqueologia histórica e arqueologia missioneira: definições do estado da arte	29
1.3. Arqueologia da Paisagem: Um registro histórico	37
1.3.1 Arqueologia da Arquitetura: A paisagem edificada	44
2. OS HABITANTES DO RIO E AS MISSÕES RELIGIOSAS	49
2.1 Por uma História indígena na pesquisa arqueológica	49
2.2. Contexto histórico – Os habitantes do rio e as atividades missioneiras em Pernambuco	53
2.3. As Missões no sertão de Orocó	60
3. ATIVIDADES INTERVENTIVAS – LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DO ARQUIPÉLAGO DE OROCÓ	65
3.1. Atividades interventivas: Como e por que fazer?	65
3.2. Ilha de Santa Maria, Ilha Das Almas e Ilha de Piraçu: Encantos e descobertas em meio ao São Francisco	72
4. DIVERSAS FONTES DE INFORMAÇÕES HISTÓRICAS: CURADORIA E ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO	98
4.1. Análises dos materiais das três ilhas e algumas interpretações	98
4.2 Sítio Santa Maria – Um aldeamento talvez apenas religioso?	100
4.3 Ilha Das Almas/Sítio Das Almas ou cemitério indígena?	108
4.4 Sítio de Piraçu: fragmentos de vasilhas cerâmicas, frações da história indígena	116
5. INTERPRETAÇÕES INICIAIS DE UMA LONGA HISTÓRIA	124
BIBLIOGRAFIA	132

LISTA DE TABELAS

Item		Página
01	Aldeamentos indígenas da região do submedio São Francisco	57
02	Aldeias Indígenas na Capitania de Pernambuco no Sertão do Médio São Francisco nos Séc. XVI e XVIII	60
03	Localização dos poços testes no sítio Santa Maria	85
04	Localização dos poços testes no sítio das Almas	88
05	Localização dos poços testes no sítio Piraçú	94
07	Quantificação dos artefatos coletados em campo	99
08	Sítio Santa Maria – Fragmentos cerâmicos	101
09	Sítio Das Almas – Fragmentos cerâmicos	110
10	Sítio de Piraçú – Fragmentos cerâmicos	117

LISTA DE MAPAS

Item		Página
Mapa - 01	Recorte da região de Orocó-PE no mapa etno histórico do Brasil de Curt Nimuendajú	59
Mapa - 02	Delimitação do Sítio Arqueológico Santa Maria.	83
Mapa - 03	Delimitação do Sítio Santa Maria e localização das intervenções e das edificações	84
Mapa - 04	Delimitação do Sítio Arqueológico Das Almas	89
Mapa - 05	Delimitação do Sítio Das Almas e localização das intervenções	90
Mapa - 06	Delimitação do Sítio Arqueológico	95
Mapa - 07	Delimitação do Sítio de Piraçú e localização das intervenções	96

LISTA DE PRANCHAS

Item		Página
Prancha 01	Igreja de São Félix	70
Prancha 02	Capela de São Miguel	71
Prancha 03	Representação gráfica da ruína sítio Santa Maria	74
Prancha 04	Croqui da Planta Baixa das edificações, sítio Santa Maria, Orocó-PE	75
Prancha 05	Ruínas do convento, sítio Santa Maria.	76
Prancha 06	Igreja de Santa Maria, arco lateral com decorações geométricas.	77
Prancha 07	Representação gráfica do arco lateral da Igreja de Santa Maria	78
Prancha 08	Perfis estratigráficos da sondagem 1A	81
Prancha 09	Representação gráfica dos perfis estratigráficos Norte e Leste da sondagem 1A no sítio Santa Maria	82
Prancha 10	Estruturas de rochas localizadas no sítio Das Almas	87
Prancha 11	Fragmento de vidro e base de um vasilhame cerâmico, coletado da sondagem 1A – Sítio de Santa Maria.	103
Prancha 12	Variedade de tijolos identificados no Sítio de Santa Maria	107
Prancha 13	Fragmentos cerâmicos do assador, Sítio Das Almas.	113
Prancha 14	Fragmento de borda e reconstituição - Sítio Das Almas	114
Prancha 15	Vasilha cerâmica, Sítio Das Almas	115
Prancha 16	Vasilha cerâmica, associado à urna funerária no sítio de Piraçú.	118
Prancha 17	Vasilhas reconstituídas através de fragmentos de bordas de duas vasilhas cerâmicas, sítio de Piraçú.	119
Prancha 18	Urna funerária, Sítio de Piraçú.	120

LISTA DE IMAGENS

Item		Página
Imagem 01	Abertura da sondagem 1A, Sítio Santa Maria.	79
Imagem 02	Fragmentos cerâmicos identificados na ilha Das Almas.	91
Imagem 03	Espada localizada no fundo do rio São Francisco por morador, próximo à ilha Das Almas.	92
Imagem 04	Urna funerária encontrada e escavada por moradores na ilha de Piraçú.	93
Imagem 05	Material ósseo escavado junto à urna funerária localizada na ilha de Piraçú.	93
Imagem 06	Poços testes, sítio Santa Maria, Sítio das Almas, Sítio de Piraçú.	97
Imagem 07	Análise dos materiais em laboratório.	98
Imagem 08	faianças finas coletadas da sondagem 1A e dos poços testes do Sítio de Santa Maria.	102
Imagem 09	Borda de prato em faiança fina perolada e branca, no padrão decorativo conhecido como Shell Edgedou Blue Edged.	104
Imagem 10	Cerâmicas com engobo vermelho, Sítio de Santa Maria.	105
Imagem 11	Fragmento de cerâmica brunida localizada no sítio Santa Maria	106
Imagem 12	Fragmentos de faianças sítio Das Almas.	109
Imagem 13	Fragmentos cerâmicos com tratamento de superfície em engobo vermelho - Sítio Das Almas.	110
Imagem 14	Fragmentos ósseos associados a cerâmicas. Sítio Das Almas	111
Imagem 15	Fragmento cerâmico com decoração inciso linear simples. Sítio Das Almas.	112

LISTA DE SIGLAS

Item	
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
DARQ/UFS	Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, consiste, parte de um estudo focado em um complexo de ilhas pertencentes ao Município de Orocó localizado no interior do estado de Pernambuco. Sob a luz da Arqueologia histórica, buscamos identificar os diferentes processos que construíram e moldaram a paisagem fluvial do São Francisco, especificamente no que se refere à sua função enquanto espaço missioneiro entre os séculos XVII e XVIII. Apesar de tratado pela historiografia regional, o estudo acerca da ocupação das ilhas do São Francisco ainda não havia sido abordado sob o ponto de vista da Arqueologia, fato propulsor da elaboração desta pesquisa.

O município de Orocó margeia um trecho do curso médio do rio São Francisco. Nessa região, há um complexo de ilhas que, durante séculos, foram ocupadas por grupos indígenas, e que, posteriormente serviram como área de aldeamentos, sendo estes, parte do processo de colonização atrelada às atividades missionárias. A citada área serviu para instalações de aldeamentos de ordens religiosas envolvidas no longo processo de Conquista e consolidação da América Portuguesa.

A região do Médio São Francisco foi inicialmente explorada pelo viés arqueológico, por pesquisas voltadas para o estudo de períodos pré-coloniais e, sobretudo, buscando entender o processo de ocupação e a antiguidade do homem no Nordeste do Brasil. As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na região foram coordenadas por Calderón, (1967) que realizou prospecções nas áreas a ser inundada pela construção da barragem de Itaparica. Esta pesquisa levou à identificação de um grande potencial arqueológico para região, como se configura na “Carta Arqueológica da Região de Itaparica” escrita por Gabriela Martim (2005).

Tais pesquisas se concentraram na identificação de sítios arqueológicos e resgate dos mesmos, a realização de pequenas intervenções foram possíveis em curtos espaços de tempo antes da inundação das ilhas pela barragem, fato que levou à submersão de sítios arqueológicos como aponta a arqueóloga Martin (2005). No que corresponde ao estado de Pernambuco, os municípios de Floresta, Itacuruba e Petrolândia foram positivamente contemplados com o projeto de resgate. Do lado baiano do São Francisco, pesquisas realizadas nos municípios de Sobradinho Sento

Sé e Rodelas, alcançaram resultados positivos sobre a antiguidade da ocupação do Nordeste, vinculados a pesquisas e estudo de sítios de pinturas e gravuras rupestres.

No entanto, a região do Médio São Francisco ainda se encontra bastante carente de pesquisas acadêmicas que visem, sob a ótica da Arqueologia Histórica, compreender um pouco mais sobre a vida dos que, aqui, construíram suas identidades e histórias.

A arqueóloga Gabriela Martin destaca a necessidade de pesquisas arqueológicas na área proposta por esta pesquisa ao citar as missões religiosas, sendo estas de extrema importância para a compreensão do processo de colonização da região. Em suas próprias palavras:

Próximo à ilha de Assunção, encontra-se a ilha de Aracapé. Nessa ilha esteve assentada a missão fundada por Frei Martin de Nantes, capuchinho francês, que deixou interessante relato sobre suas experiências missionárias no vale do São Francisco, na sua Relação de uma missão no Rio São Francisco. A escavação arqueológica da missão de Frei Martin é parte importante das futuras etapas da pesquisa (MARTIN, p.177, 2005).

Sob a coordenação da arqueóloga Gabriela Martin, pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas na ilha de Zarobabel onde foi fundada a missão de Nossa Senhora do Ó no município de Itacuruba, também no submedio São Francisco. Através da pesquisa desenvolvida, a arqueóloga pôde constatar que a missão foi fundada a 500m da aldeia e que, nas escavações do edifício da missão, as cerâmicas indígenas apareceram associadas a fragmentos de faiança europeia do século XVIII. (FERRAZ, 1994).

Apesar de Martin (2005) ressaltar a importância de futuras etapas de pesquisas na região, as ilhas que compreendem o arquipélago delimitado como nossa área de pesquisa no município de Orocó ainda não havia sido alvo de estudos arqueológicos.

Diante das necessidades identificadas e das importantes contribuições que o estudo da Arqueologia Histórica poderia trazer para a compreensão da região, a presente pesquisa foi desenvolvida, visando atentar-se aos segmentos sociais que, por vezes, estiveram excluídos das narrativas históricas, o qual é hoje um dos papéis mais importantes desenvolvidos pela Arqueologia Histórica; essa possui ferramentas de pesquisas capazes de nos apresentar novas interpretações do

passado, sobretudo do período de contato e, até mesmo, do nosso passado recente (FUNARI, 2002). Dentro desse contexto Tânia Andrade Lima (1993), também evidenciou o potencial da Arqueologia Histórica para o estudo dos grupos subalternos, argumentando que, a partir dela:

“[...] Vislumbrou-se o seu potencial para dar voz a minorias étnicas e a segmentos subalternos, oprimidos, desfavorecidos, ou marginais, que não puderam registrar sua própria história; recuperar memórias sociais, reinterpretar a História Oficial, resgatar elementos e práticas da vida cotidiana, sobre os quais normalmente não se escreve, e assim por diante” (LIMA, 1993, p. 228).

Durante séculos, o índio esteve numa situação marginal na história com relação ao seu papel na formação social e identitária brasileira. De acordo com John Monteiro isso se deve a duas questões específicas: “A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos, [...] a segunda noção é mais problemática ainda, por tratarem os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento” (2001, p. 04).

Destarte, é sintomático perceber que existem poucas pesquisas acerca das ocupações indígenas no sertão de Pernambuco a partir de uma perspectiva arqueológica. Buscando reverter esse quadro de esquecimento, esta pesquisa justifica-se ainda, por ser de fundamental importância não apenas para preencher as lacunas na história particular das ilhas, mas também para compreender a dinâmica de ocupação da região como um todo, traz uma contribuição a uma reflexão da história indígena de longa duração.

Nesse sentido, é a partir das ilhas, palco das Missões religiosas que moldaram a formação sociocultural dos diferentes grupos que construíram a paisagem do médio São Francisco, que este trabalho propõe uma interpretação sobre os diferentes processos que estiveram atrelados à inserção da atividade missionária na região.

Dentro desse contexto, a presente pesquisa, se volta aos estudos de contato e das Missões religiosas, entretanto se distancia das abordagens de uma Arqueologia Missionária voltada apenas a compreender as Missões como agentes de aculturação, mas, sobretudo, valorizando o papel do indígena, dentro de um processo de transculturação e de agentes ativos nas construções sociais (FUNARI, 2002).

Nesse sentido, ao nos dedicarmos aos estudos dos processos que levaram à fixação de Missões religiosas em meio ao rio São Francisco e ao uso do ambiente aquático para a inserção das atividades missionárias no sertão do estado de Pernambuco, surge a reflexão sobre o papel dessas Missões, seus reais interesses frente a esse processo que foi, sobretudo de “Conquista”, sejam elas de terras, de almas ou de domínio de um homem sobre outro.

No que se refere ao conteúdo da dissertação, ele está estruturado da seguinte maneira: O primeiro capítulo trata das discussões teóricas e metodológicas, com apresentação de conceitos básicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, bem como uma breve apresentação de cada tema por ela tratado, buscando sempre dialogar com a proposta desenvolvida de forma que as escolhas aqui realizadas fossem justificadas ao longo dos capítulos.

O segundo capítulo traz a apresentação da área em estudo, contextualizando-a dentro de seu tempo histórico. Nesse momento buscamos apresentar a área de pesquisa dentro de um contexto regional.

O terceiro capítulo trata da metodologia adotada para as intervenções realizadas em campo e das atividades desenvolvidas.

Das opções metodológicas teóricas, buscamos se a identificação de eventuais vestígios materiais relacionados ao processo de ocupação missionária no arquipélago de Orocó. Buscamos, assim, detectar e registrar feições paisagísticas de interesse arqueológico que possam ser significativas para explicar os processos de implantação dos diversos tipos de sítios arqueológicos identificados, os quais estão associados às práticas de circulação, orientação, referenciação territorial, ou mesmo simbólicas das sociedades pretéritas que habitaram a região.

Identificamos as ilhas onde ocorrem vestígios materiais potencialmente associados às ocupações missionárias e registramos os sítios arqueológicos nelas contidos; Mapeamos as estruturas edificadas que, ainda, existem nas ilhas e que possam estar relacionadas às missões, em formas de produção de croquis e planta baixa. Realizamos uma coleta amostral da cultura material móvel presente nos sítios edificados.

O quarto capítulo trata da curadoria, apresentação e análises dos materiais coletados em campo, bem como de algumas interpretações preliminares.

Nas discussões finais, trazemos os resultados alcançados com a presente pesquisa, interpretações acerca do contexto paisagístico que, fortemente, moldou as

atividades missioneiras na região, e discorreremos sobre os importantes dados coletados através da cultura material móvel sobre os distintos períodos de ocupação das ilhas. Identificamos três momentos de ocupações sendo esses no período pré-colonial, de contato e pós-contato.

A validação deste trabalho se dará pela aprovação ou não dos seus leitores em relação às ideias aqui apresentadas. Vale ressaltar que os resultados adquiridos derivam da interpretação da autora sobre as diferentes fontes pesquisadas, a qual resultou numa proposta de compreensão das atividades missioneiras desenvolvidas nas ilhas do rio São Francisco.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

“Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo; trata-se, no entanto, de transformá-lo”.

Marx e Engles, (1848).

1.1. Questões teóricas preliminares básicas e metodologia

É pertinente, antes de abordamos os aspectos arqueológicos da pesquisa, que façamos uma breve apresentação de algumas abordagens e definições de conceitos que são importantes para o entendimento das escolhas adotadas no presente estudo.

Zarankin e Salernos (2007, p. 22) alertam sobre a aplicação diretamente de marcos pensados para analisar particularidades da realidade social, que limitam a possibilidade de aprender sobre as diversas trajetórias de formação histórica. Em virtude disso, não optamos por uma única corrente teórica ou por uma única forma de conhecimento em termos filosóficos de pesquisa. Sabemos que os aspectos que constituem as relações sociais são compostos por diferentes elementos, sejam eles materiais ou simbólicos, as diferentes experiências da humanidade não devem ser estudadas dentro de uma única lógica interpretativa, o que levaria, muitas vezes, a uma compreensão limitada das experiências sociais.

Pretendemos explicar aqui, inicialmente, alguns aspectos das ciências sociais que norteiam este trabalho, em termos de filosofia da ciência, métodos interpretativos e correntes teóricas que, associadas à prática arqueológica, dão base ao nosso pensamento arqueológico.

O pensamento científico vem sendo construído e reconstruído há séculos. Filósofos como Platão, Sócrates, Aristóteles e Descartes muito contribuíram para esse pensamento, os quais inseridos nas ciências ditas humanas vão além dos procedimentos, técnicas ou regras para o desenvolvimento de uma pesquisa.

Partindo de uma filosofia dialética e navegando pelos seus meandros, visamos utilizar da perspectiva de “totalidade” para compreensão do contexto aqui estudado. Leandro Konder em sua obra ‘*O que é a dialética*’ apresenta, de forma

simples, a interligação dos fatos, ao afirmar que, a partir da visão do conjunto, é possível avaliar a dimensão do quadro. Segundo ele:

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 1984, p.17).

A definição de Konder apresenta uma visão especial do conjunto; Marquardt, por sua vez, enxerga, na dialética, “a critical method of inquiry and exposition applicable to entities and the relationships between entities, past/ present, and future”¹ (1992, p. 103)”, acrescentando, portanto, a dimensão temporal do conjunto.

Na arqueologia, William H. Marquardt é um dos poucos que optou por discutir essa relação com a dialética, por meio do seu texto “Dialectical Archeology” (1992). Na citada obra o autor defende uma abordagem empírica, multiescalar, e explicitamente comparativa.

Compreendendo como a dialética pode ser empregada como visão de mundo, método de investigação e forma de expor ideias, Marquardt lamenta pelo fato de o método ter sido indevidamente negligenciado pelos arqueólogos processuais (1992. p.102-103).

Orser (2014) chama a atenção para o papel dos arqueólogos históricos no desenvolvimento de suas análises nas quais, muitas vezes, se pautam em interpretações regionais dos contextos estudados por vezes dissociados de seus contextos globais, o que pode levar à compreensão parcial dos mesmos.

Para Lefèbvre, é utilizando-se da dialética que “[...] os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo” (1983, p.171); sendo esses uns dos principais objetivos desta pesquisa.

¹ Tradução nossa: um método crítico de investigação e exposição aplicáveis a entidades e as relações entre entidades, passado/presente e futuro.

Sposito (2004) destaca a importância do pensamento crítico dentro da filosofia dialética e, sobretudo, da autocritica dentro da produção do conhecimento. Para ele:

O pensamento crítico é ir além do senso comum, é buscar informação, comparar dados, contextualizar ideias, colocando tudo o que se apresenta para estabelecer critérios para análise, em uma situação de tensão interna ou de crise (SPOSITO, 2004 p. 66).

O que pretendo, como afirma Carlos Nelson Coutinho, “[...] não é pensar o todo negando as partes, nem pensar as partes abstraídas do todo” (*apud*, Konder, 1984, p. 22), mas ter um pensamento crítico diante das partes que constituem o todo e ter uma visão de conjunto.

Embora possa parecer prosaico, a totalidade se encontra dentro da filosofia dialética como sua principal essência. Dialética é aqui entendida em sua corrente materialista histórica, enquanto a consideração crítica das contradições que marcam a realidade social. Como explica Sposito: “[...] os trabalhos que se utilizam da dialética, “[...] se caracterizam por serem mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado” (2004, p. 46-47).

A Corrente materialista que surge com Marx (2005) em contraponto à dialética idealista de Hegel, partia “[...] daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam” (MARX, 2005, p. 21), ou seja o materialismo dialético parte da atividade real humana, “[...] a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital” (MARX, 2005, p. 09). Nesse sentido, a dialética é balizada em movimentos, dinâmicas, que, em suma, são o próprio desenrolar histórico.

Ou seja, é a perspectiva de totalidade que permite a dialética apreender as inter-relações que compõem o fenômeno estudado, conduzindo à compreensão dos fenômenos estudados em sua materialidade. Essa inter-relação que vai além de uma concepção simplória de ligação externa entre objetos distintos. Como afirma Caio Prado Junior, trata-se de:

[...] indagar dos elementos que as constituem e estruturam, mas não elementos autônomos e só exteriormente ligados, simplesmente justapostos uns aos outros; e sim entrosados, fundidos em conjunto,

e congregados assim numa totalidade que transcende a soma deles e sua individualidade própria (PRADO JR, 2001, p. 23).

Nesse arcabouço, fica a defesa da filosofia dialética como pressuposto essencial da investigação sobre as Missões religiosas nas Ilhas do São Francisco, haja vista tratar-se de um evento histórico com ramificações muito além das fronteiras regionais, seja no sentido político, econômico ou cultural. Como lembra Marquardt “A dialectician investigates relations of power and authority at multiple scales”² (1992, p. 106).

Diante da realidade, em especial na minha percepção de mundo, particularizada em um tempo e espaço específico, mais precisamente, marcada pela visão ocidental, é que o empenho em pensar de forma ampla, expande as possibilidades de reflexão sobre os diferentes processos que resultaram na consolidação de novas práticas de vida surgidas do contato entre missionários e indígenas.

É natural, portanto, que, dentro do contexto da arqueologia histórica e seu importante papel na construção social de narrativas cada vez mais inclusivas, faz-se necessário, além da dialética, o uso de teoria e interpretação crítica, tanto dos fatos como principalmente da própria construção do conhecimento.

Desse modo, o método hermenêutico, partindo do sentido de interpretar, esclarecer, desvendar ou traduzir algo, assume neste estudo uma importante alternativa de pesquisa. Como afirmam Shanks e Tilley: “Archaeology, we contend, is an interpretative practice, an active intervention engaging in a critical process of theoretical labour relating past and present”³ (SHAKS; TILLEY, 1992, p. 103).

Para Colin Renfrew e Paul Bahn:

La visión hermenéutica rechaza la generalización, otro de los atributos de la arqueología processual. Se resalta el carácter único de cada sociedad y cada cultura, y se insiste en la necesidad de analizar plenamente el contexto de cada una de ellas en su rica diversidad. Un enfoque relacionado es el que destaca la

² Tradução nossa: “Um dialético investiga as relações de poder e autoridade, em múltiplas escalas”.

³ Tradução nossa: Arqueologia, sustentamos, é uma prática interpretativa, uma intervenção ativa engajada em um processo crítico de trabalho teórico relacionando passado e presente (SHAKS & TILLEY, 1992, p. 103).

imposibilidad de alcanzar una única interpretación correcta: cada observador o analista puede tener su propia opinión acerca del pasado. Existirá, por tanto, diversidad de opiniones y um amplio espectro de perspectivas-y de ahí que se inicie en las arqueologías interpretativas (2011, p. 44).

Utilizar-se da hermenêutica como mais uma forma de interpretação é algo passivo de equívocos. Como afirma Gadamer: “Quem procura compreender está exposto a erros de opiniões prévias, as quais não se confirmam nas próprias coisas” (1900, p. 402).

No entanto, a hermenêutica moderna, por englobar não somente os textos escritos, mas também tudo que há no processo interpretativo, incluindo formas verbais e não, verbais de comunicação, converte-se em uma ferramenta útil ao ofício da interpretação de uma maneira mais crítica.

É lícito afirmar que, ao lidarmos com a hermenêutica, nos expomos a vários riscos:

[...] em primeiro lugar, o risco mais óbvio de tomar por singular e unívoco o que é múltiplo e plurívoco: são várias e opostas, teoricamente, as tradições hermenêuticas, isto é, as vertentes reflexivas que lidam diretamente com a problemática da interpretação (SOARES, 1988, p. 100).

Em virtude disso, que a hermenêutica surge como alternativa, servindo para preencher as lacunas deixadas pela dialética, haja vista que é inerente à Arqueologia, por exemplo, a análise de vestígios da cultura material que pode não ser amplamente contemplada dentro de um único método, mas que, se utilizada de uma interpretação crítica, possibilita resultados mais satisfatórios.

É com base nesta atual discussão que esta pesquisa almeja, sob esta nova ótica da Arqueologia histórica, estudar as Missões religiosas que se fixaram nas ilhas do rio São Francisco.

Essa proposta permite avaliar de forma mais ampla os diferentes processos que resultaram na fixação desses missionários na região do interior de Pernambuco. Mesmo estudando um contexto local, com intervenções locais e pontuais, avaliar os dados globalmente, de forma que se pensem religiosos, europeus e grupos indígenas é o caminho dialético que temos para compreender um contexto passível de inúmeras interpretações e de tantas versões.

Partindo para uma breve compreensão do pensamento arqueológico, iremos discorrer por duas correntes teóricas que muito influenciaram o pensamento arqueológico. São eles: Processualismo ou Nova Arqueologia e o Pós-Processualismo.

Dentre tantos, foi o pensamento positivista de Augusto Conte que, fortemente, influenciou a produção arqueológica por muito tempo. De fato, ele ainda se apresenta forte em determinadas pesquisas. A busca por uma aproximação das ciências exatas, uma forte característica do positivismo, levou diversos arqueólogos a pensarem as sociedades passadas como sendo algo fixo e imutável, e que caberiam dentro de fórmulas matemáticas; esse pensamento influenciou fortemente a produção arqueológica das últimas décadas.

Na década de 1960, alguns investigadores insatisfeitos com o rumo que tomara a Arqueologia, desenvolvem novos métodos e práticas para os estudos arqueológicos. Buscando tornar a Arqueologia mais científica e mais próxima do pensamento antropológico, arqueólogos como o Lewis Binford encabeçaram o movimento intitulado a “Nova Arqueologia”.

A Nova Arqueologia desenvolvida principalmente por arqueólogos norte americanos tem uma grande preocupação com as práticas metodológicas da pesquisa arqueológica, e com a formulação de métodos com novas propostas para trabalhar os dados são desenvolvidas. Para Trigger, baseando-se em Meltzer: “[...] a Nova Arqueologia representou uma revolução na técnica e na metodologia, mas não na teoria Arqueologia propriamente dita” (MELTZER, 1979, *apud*. TRIGGER, 2011, p. 308). Essa é uma das fortes críticas realizamos contra esse pensamento, em que se produzia dados, mas não os contextualizavam.

Buscava-se uma aproximação com as ciências exatas, que há muito já eram compreendidas e aceitas como ‘ciência’, sendo esse o status que busca a Arqueologia neste momento, justificando-se, assim, a aproximação. Dentro dessas novas práticas, métodos de escavação, dados estatísticos, técnicas de datação são fortemente difundidos para dar validação à pesquisa. A forte influência de teorias evolucionistas, de adaptações ambientais, com enfoques ecológicos estão presentes na interpretação dos dados.

Para Trigger “A Nova Arqueologia compartilhou a crença neo-evolucionista de que sistemas culturais se caracterizam por um alto grau de uniformidade, e de que é

possível dar conta dessa uniformidade, identificando os condicionamentos ecológicos que determinam o comportamento humano”. (TRIGGER, 2011, p. 323).

Muitas críticas foram feitas à Arqueologia processual, entre elas é que “[...] o mais notável é sua incapacidade de atribuir qualquer papel à consciência e à vontade humano na promoção da mudança cultural” (TRIGGER, 2011, p. 323). Essa considera os seres humanos como objetos passivos dentro da construção social, e moldados por fatores externos. Dentro dessa lógica, a cultura é compreendida como sistemas culturais interligados, com grandes regularidades culturais.

Os adeptos da Nova Arqueologia provavelmente erraram ao pressupor que condicionamentos ecológicos exerceriam a mesma influência sobre todos os aspectos da cultura e, portanto erraram em sentir-se justificados quando ignoravam fatores alternativos que configuram o registro arqueológico (TRIGGER, 2011, p. 324).

Mesmo diante das duras críticas, não se pode negar as importantes contribuições que foram geradas com o pensamento processual para a produção arqueológica atual, não somente em termos de métodos e técnicas, mas, sobretudo, por fazer os arqueólogos refletirem sobre os pontos em que o pensamento arqueológico em termos teóricos precisava melhorar, como também por resultar em novas buscas por uma Arqueologia cada vez mais consciente do seu papel na condição de uma disciplina humana.

Durante os anos sessenta e setenta do século XX, um grupo de arqueólogos norte-americano decidiu adaptar as ideias da Nova Arqueologia aos estudos de períodos históricos; seguindo um conselho de Binford. Para ele, especialistas deste campo deveriam utilizar métodos contrários à evolução, diferente dos arqueólogos da Pré-História, e recorrer a outras fontes de pesquisas que não somente a Arqueologia.

Tardiamente, se comparado a outras ciências, ao final dos anos 1980, surge um movimento contrário a esse pensamento. Novas formas de pensar e perceber a sociedade passaram a influenciar fortemente o pensamento Arqueológico. Foram abertos espaços para a proposição de novas metodologias e técnicas de pesquisa, despertando e valorizando a pluralidade de visões delas decorrentes, despertando os nossos sentidos para o cenário interpretativo que existe dentro da Arqueologia, criando múltiplas visões. Segundo Trigger: “[...] Miller e Tilley (1984:148) afirmam

que a ideologia não é um comentário autônomo, mas constitui parte de um esforço no sentido de produzir, sustentar e resistir a mudanças sociais que se reportam a conflitos de interesse entre grupos” (TRIGGER, 2011, p. 337).

Mathew Johnson (2000) explicita os avanços da Arqueologia na década de oitenta do século XX, e a evolução do pós-processualismo dentro da Arqueologia, período em que muitos arqueólogos estavam insatisfeitos com o rumo que tomava a Nova Arqueologia. Esses arqueólogos estavam especialmente preocupados com três coisas: a importância dos fatores cognitivos, “ideias” para a compreensão do passado; as dificuldades inerentes à epistemologia positivista; e o desencanto e dificuldades de aplicação da "Teoria de Alcance Médio" desenvolvida pela Nova Arqueologia.

Enfoques normativos e o histórico-cultural eram rechaçados pelo processualismo; a visão do modo de vida dos povos antigos não se constitui no conjunto de ideias fixas, e sim nas vivências cotidianas e nas atividades desenvolvidas. Os pós-processualistas não estão de acordo com a maneira como os arqueólogos processualistas ou histórico-culturalistas entendem o individual, argumentam que as distintas formas de focar a realidade retratam os indivíduos como vítimas passivas, que vêm seguindo cegamente as regras culturais superiores das sociedades. Segundo Johnson “[...] os processualistas querem indagar as estruturas; para eles, estruturas é um termo usado para se referir às estratégias ativas dos indivíduos, que os homens e as mulheres não são simples vítimas passiva do que os rodeiam” (2000, p.138).

Podemos observar também em Fleming,

Post-procedural landscape archeology of the surely undeniable idea that history (including pre-history) is written in the present and in that sense, there is only the present, so it is tempting to treat the archaeological project as more about the performance or 'cultural production' of the investigation⁴ (FLEMING, 2006, p. 268).

Isso é um assunto bastante discutido entre os arqueólogos e historiadores. Diversas correntes existem dentro da Arqueologia e da história; buscando

⁴ Tradução nossa: A paisagem arqueológica pós-processual certamente transmite a inegável ideia de que a história (incluindo pré-história) é escrita no presente e, nesse sentido, há apenas o presente, por isso é tentadora para tratar do projeto arqueológico como mais sobre o desempenho ou produção cultural "da investigação" (FLEMING, 2006, p. 268).

compreender e explicar o modo de vida dos grupos que antecederam as sociedades de hoje, partindo do pressuposto de que somos reflexo daquilo que nos deu origem. Como explica Trigger, citando Hodder:

[...] é a afirmação de Hodder, etnograficamente muito bem documentada, de que a cultura material não é um mero reflexo da adaptação ecológica ou de organização sóciopolítica; também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais como para as refletir (2011, p. 343).

Trigger, explica que a tese de Hodder “[...] de que a cultura material é usada como um elemento na interação social” (2011, p. 344) contrapõe-se ao pensamento processualista e “[...] estimula os arqueólogos a levar em conta as complexidades dos fenômenos humanos e a constatar que generalizações não exaurem as regularidades que caracterizam o comportamento humano” (Ibid, Ibidem).

Esses conflitos gerados por diferentes formas de compreender o mundo, cada uma dentro do seu tempo histórico, foram de extrema importância para a consolidação do pensamento arqueológico e de suas práticas metodológicas, as quais abriram diversos caminhos para compreender o vasto campo de atuação da Arqueologia.

A aproximação de uma Arqueologia histórica com forte cunho pós-processual foi algo que aos poucos fomos acolhendo, talvez por ter sido a abordagem que, de forma mais ampla abriu horizontes interpretativos e nos permitiu atentar aos diferentes elementos que compõem os contextos que nos propomos estudar.

Quanto a uma Arqueologia crítica, Shanks e Tilley definem bem o papel interpretativo da Arqueologia, sendo crítica de si mesma e crítica do passado, sendo essa a postura que pretendemos desenvolver ao longo da pesquisa. Segundo os autores:

We have argued that archaeology is a hermeneutics, an interpretative practice, and have outlined a conception of archaeological research as dialectical and knowledge as practical. These conceptions were supported by an emphasis on historicity and critique. A critical archaeology is both reflexive (critical of itself) and critical of the past. It aims to explain meanings and ideologies by disclosing the social conditions, social relations, interests and structures from which they arise. This permits the possibility of being able to disclose the manner in which meanings may be constructed and imposed by dominant groups. A task of a critical archaeology providing a critical explanation

of the past is to study the manner in which material culture maybe employed to foster 'distorted' communication and used in power strategies⁵ (SHANKS; TILLEY, 1992, p. 114).

É pertinente destacar que os resultados apresentados ao longo deste trabalho tratam de uma interpretação nossa frente aos fenômenos analisados, os quais poderão dar origem a outra perspectiva de compreensão deste passado, e que podem gerar diferentes interpretações do presente. “The great value of dialectical thought is that forces us to understand the occult as something obvious, material practices and ideological impositions⁶” (MITCHELL, 2002, p. 385).

1.2. Arqueologia histórica e Arqueologia missioneira – definições e estado da arte

A seguir, veremos alguns conceitos sobre o que define a Arqueologia Histórica quanto a seu campo de atuação, a partir de alguns autores.

Quanto a relacionar Arqueologia Histórica a fontes documentais, Tânia Andrade Lima compreende como a possibilidade de “analisar os domínios nos quais o registro documental é falho ou extremamente tendencioso” (2002, p. 121). Arqueologia histórica como uma forma de confrontar os documentos escritos.

Para Funari, a “[...] Arqueologia histórica, também é entendida na sua especificidade, como uma disciplina que apresenta o estudo da cultura material associada a períodos históricos em sociedades que desenvolveram a escrita” (2002, p. 01). Quanto a definir Arqueologia Histórica como o estudo das sociedades letradas, há ressalvas, e pode ser um grande equívoco, ao gerar, ainda que

⁵ Tradução nossa: Nós argumentamos que a arqueologia é hermenêutica, uma prática interpretativa, e esbocei uma concepção da pesquisa arqueológica como dialética e conhecimento como prático. Essas concepções foram apoiadas por uma ênfase na historicidade e na crítica. Uma arqueologia crítica é ao mesmo tempo reflexiva (crítica de si mesma) e crítica do passado, destina-se a explicar significados e ideologias, pela exposição das condições sociais, relações sociais, interesses e estruturas a partir do qual eles surgem. Isto permite a possibilidade de ser capaz de revelar a maneira pela qual os significados podem ser construídos e impostos por grupos dominantes. A tarefa de uma arqueologia crítica proporcionando uma explicação crítica do passado é estudar a maneira pela qual a cultura material pode ser utilizada para promover uma comunicação “distorcida” e usada em estratégias de poder (SHANKS; TYLLEI, 1992, p. 114).

⁶ Tradução nossa: O grande valor do pensamento dialético é que nos obriga a compreender o oculto como algo óbvio, práticas materiais, bem como imposições ideológicas. (MITCHELL. 2002, p. 385).

indiretamente, a exclusão de grupos sociais pelo discurso científico. Assim como Diogo Costa, compreendo a escrita como um “[...] código elitista feito por e para elite” (2010, p. 12).

Kathlen Deagan compreende que “[...] la arqueología histórica incluye el estudio de los comportamientos humanos mediante restos materiales, para los que la historia escrita afecta su interpretación” (2008, p. 64). Enquanto Symanski (2009, p. 08), classifica a Arqueologia Histórica como uma subdisciplina da Arqueologia, sendo por ele entendida como um fragmento da arqueologia enquanto disciplina.

Diogo Costa nos apresenta um olhar crítico, em que para ele “[...] a arqueologia histórica é um exercício de construção do passado, mas ao mesmo tempo é uma ferramenta de desconstrução do presente” (2010, p. 31). Ainda para Costa, “[...] a arqueologia histórica é mais do que um contar histórias antigas, é uma visão contemporânea sobre o passado que, assim como o presente, é composto por um mosaico de ideias e ações” (Ibid, Ibidem).

Diante das inúmeras definições hoje existentes para a Arqueologia Histórica, como exemplo as já citadas, compreendê-la pelo uso de evidências arqueológicas e documentais que a definem como o estudo do processo de formação do mundo moderno assim caracterizado por Andrés Zarankin (2001) e Orser (1996), é para nós o maior sentido da Arqueologia Histórica, pois, nessas últimas perspectivas, a sociedade moderna se associa com o surgimento e a reprodução de novas práticas.

Seguindo essa vertente, nos últimos anos, pesquisas arqueológicas históricas latino-americanas passaram a avaliar as particularidades da formação social em escala local, destacando os diversos agentes na definição das práticas pelas quais esses constroem suas identidades (ZARANKIN; SARLENOS, 2007).

Perante essas novas perspectivas, a Arqueologia Histórica passa atualmente por um grande amadurecimento no que tange especificamente a seu campo teórico, com fortes influências da história, antropologia, geografia e das ciências sociais como um todo.

Pensar hoje uma Arqueologia consciente do seu papel social e da sua capacidade de expor aspectos de uma sociedade, muitas vezes negligenciadas por parte dos discursos historiográficos, que há muito se apresenta como resultado de um processo unilateral de construção memorial identitária, é um dos maiores desafios da Arqueologia Histórica contemporânea (ZARANKIN; SARLENOS, 2007). Isso é algo que ambicionamos contemplar nesta pesquisa.

A Arqueologia Histórica brasileira começou a se desenvolver academicamente em meados da década de 1960, com trabalhos voltados às Missões jesuíticas no sul do Brasil e período de contato no nordeste (SYMANSKI, 2009).

Segundo Lima:

No Rio Grande do Sul, em meados da década de 60 e no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), começaram a ser investigados as missões jesuíticas, criando-se, de acordo com a metodologia proposta, a primeira fase cultural referente ao período histórico, a Fase Missões. No nordeste, a essa mesma época, surgiram pesquisas em fortificações e igrejas de Pernambuco, igualmente relacionadas aos primeiros momentos de ocupação do território pelos europeus. No decorrer dos anos 70, uma outra linha de investigação viria a se tornar bastante significativa, não só no nordeste, mas sobretudo no sul, em decorrência dos trabalhos conduzidos nas missões: o estudo dos contatos inter-étnicos e os consequentes fenômenos de aculturação, posteriormente aprofundados na década de 80 (LIMA, 1993, p. 227).

Mas foi somente a partir da década de 80 que a Arqueologia histórica adquiriu status e um programa de investigação próprio, transformando-se num campo especializado no estudo da cultura material. A partir desse momento, os arqueólogos passaram a construir múltiplas visões sobre a história recente, muitas vezes contrária à historiografia oficial.

Os conceitos gerados pelo processualismo começaram a ser aplicados na década de 80, com propostas que consideravam a possibilidade de descobrir padrões de comportamento que regulam o funcionamento dos sistemas culturais, explicando de forma científica as lacunas de um passado objetivo, único e real.

De acordo com Zarankin e Sarlenos (2007) no final dos anos 90 do século XX, são incorporadas ideias derivadas do pós-processualismo, recuperando o interesse em abordar o estudo da ação individual e na diversidade sociocultural em contextos históricos e geográficos específicos. Os arqueólogos centraram sua atenção na análise de diferenças, desigualdades e conflitos, contribuindo na construção de múltiplas versões subjetivas do passado.

[...] arqueologia histórica brasileira continua em crescimento vertiginoso, focando no estabelecimento do capitalismo em diversas regiões do Brasil, em manifestações de consumo práticas e ideológicas, nas relações entre paisagem e poder e nos estudos sobre identidades e encontros culturais (COSTA, 2010, p. 24).

Dentro dessa perspectiva, deparamo-nos com algumas discussões epistemológicas no âmbito da Arqueologia pelas quais cabem algumas reflexões. Johnson apresenta alguns pontos característicos de uma Arqueologia pós-processual onde os dados, como afirma, “[...] estão sob uma nuvem de teorias”, (2000, p. 136); a aproximação da teoria com a prática é uma das fortes características dessa Arqueologia, que surge, sobretudo, e em especial dentro da Arqueologia Histórica.

A Arqueologia Histórica assume hoje um importante papel dentro da construção de novas narrativas sociais, embasadas em fatos, por muitas vezes, negados pela historiografia; esses, encontram, dentro da Arqueologia Histórica, um importante viés para o conhecimento da sociedade e da nossa própria história. É com forte compromisso social que a Arqueologia Histórica propõe estudar a formação contemporânea da sociedade brasileira, embasada por diferentes abordagens teóricas. Para Shanks e Tilley “Archaeology does not simply provide a conception or view of the past. It is also a discipline which should inform us of the nature of the human condition and the possibility of social transformation⁷” (SHANKS; TILLEY, 1992, p. 109).

Um passo importante que nós arqueólogos podemos dar é no sentido de termos a consciência que os contextos estudados se apresentam a nós por diferentes perspectivas. A aceitação de uma única forma de compreensão dos fatos pode ser o maior equívoco do arqueólogo, com o grande risco de negar aspectos sociais, por vezes negados por uma pequena classe dominante que ‘escreveu ou contou’ parte da nossa história.

Pois como afirma Silva:

A utilização dessas duas abordagens documentação arqueológica e fontes históricas no estudo de um mesmo objeto remete ao uso das categorias operacionais para dar conta da unicidade desse objeto, uma vez que as abordagens arqueológica e histórica se opõem no ponto em que os vestígios materiais na arqueologia, na ótica do pesquisador, assemelham - se aos fragmentos de um sistema

⁷ Tradução nossa: Arqueologia não fornece simplesmente uma concepção ou visão do passado. É também uma disciplina que deve informar-nos sobre a natureza da condição humana e da possibilidade de transformação social (SHANKS; TILLEY, 1992, p. 109).

simbólico, enquanto as informações históricas dependem dos instrumentos escriturários (SILVA, 2003, p. 14).

Destacamos que assim como Johnson (1999) já ressaltava a necessidade de repensar a prática da Arqueologia Histórica, em que, muitas vezes, a história foi entendida como uma vilã dentro do processo interpretativo, que nosso interesse está pautado em investigar as diferentes fontes de informações.

Não pretendemos que as fontes históricas sejam aqui apenas instrumento de confrontação entre uma informação e outra, mas que seja entendida como um processo natural da multidisciplinariedade à qual se propõe a Arqueologia.

Para Tânia Andrade Lima, a utilização das diversas fontes de estudo da Arqueologia Histórica permite atingir os domínios cognitivos do comportamento cultural:

O seu aspecto mais notável, ímpar, e o único capaz de livrá-la do dilema em que se encontra, é a sua capacidade de, ao dispor simultaneamente do registro documental (subjetivo) e do registro arqueológico (objetivo) ou seja, daquilo que foi escrito e daquilo que realmente foi feito, trazer brotar um terceiro nível de informação, extraído do confronto entre os dois. O primeiro, de natureza êmica, e o segundo, essencialmente ético, se utilizados de modo simultâneo e combinado, permitem atingir os domínios cognitivos do comportamento cultural (LIMA, 1993, p. 230).

João Pacheco de Oliveira ressaltava a importância e o desafio da documentação histórica dentro desse processo interpretativo;

O desafio de buscar nos registros não “fatos”, mas movimentos de construção, desconstrução e rearticulação e negociação dos sentidos, os documentos oferecem-nos fragmentos de configurações sociais e simbólicas em construção (OLIVEIRA, 2011, p. 267).

Siân Jones também destaca que “[...] nem arqueólogos, nem historiadores podem continuar a aceitar as categorias étnicas representadas em fontes literárias como representações diretas de entidades étnicas homogêneas, com coordenadas espaciais e temporais singulares” (2005 p. 39), havendo a necessidade de uma interpretação crítica das mesmas.

Talvez o que Orser chame de “Escavar localmente e pensar globalmente” (2012, p. 185) seja a melhor alternativa para compreender de forma mais abrangente

os dados resultantes da presente pesquisa. Ao propormos estudar globalmente as problemáticas aqui levantadas, tomamos como ponto de partida a perspectiva de Orser (2012), anteriormente já citada, para tratar nosso objeto de estudo, atentamente para não centrarmos a análise em mero processo de expansão do centro (ativo) para a periferia (passiva).

Apesar de estudar uma área determinada, com intervenções pontuais e pre-estabelecidas a compreensão dos dados aqui alcançados jamais devem ser interpretadas na mesma proporção, uma vez que as relações sociais, culturais e interculturais não acontecem dentro de uma área restrita compreendida como sítio arqueológico.

Quanto aos estudos missioneiros, foi após a década de 1970 que esses ganham grande espaço na Arqueologia, sobretudo, com as pesquisas desenvolvidas no sul do Brasil, boa parte delas coordenadas pelo pesquisador Arno Alvarez Kern, que, de forma pioneira, fez da Arqueologia missioneira uma grande área de pesquisa sobre o período de contato e a formação da sociedade brasileira.

Ernelo Schallenberger define, assim, as propostas de dois expoentes do campo ao citar Fernando La Salvia e Arno Kern, os quais apresentam diferentes perspectivas para o estudo da Arqueologia missioneira, conceituado-a como:

A arqueologia missioneira deve ocupar-se, segundo La Salvia, do exame do processo de desvelamento e da preservação do patrimônio histórico, para o que é necessária a intensificação dos trabalhos arqueológicos como fontes da história e esteios da cultura missioneira. Kern acentua que a pesquisa científica que visa à reconstrução de um passado missioneiro, através de metodologias e teorias da arqueologia histórica nada mais é do que a construção e a produção de uma memória sociocultural compreensiva e compreensível para o nosso presente (SCHALLENBERGER, 2007, p.47).

A Arqueologia missioneira, dentro desse cenário, surge como uma grande possibilidade não só para compreender aspectos cotidianos dos grupos indígenas, mas também a inserção destes em processos missioneiros, e por isso, igualmente, em contextos históricos coloniais e europeus, como afirma Kern (1998).

Pesquisas acadêmicas em Arqueologia foram desenvolvidas em muitas partes do Brasil sobre o processo de catequização dos indígenas junto às Missões religiosas.

Importantes pesquisas como as desenvolvidas junto aos trinta povos das Missões no Rio Grande do Sul por Arno Kern abrangeram diferentes aspectos, inclusive sobre a memória coletiva herdada e construída durante este período de Missões, a paisagem cultural, os espaços urbanos com suas edificações.

Os caminhos e as rotas de catequização foram importantes objetos de estudo dessa Arqueologia, as quais atuam também em diferentes campos do conhecimento como arquitetura, urbanismo, história, antropologia, sociologia e arte, com diferentes perspectivas, as quais se tornaram referências para estudos nessa área.

Na região Norte, Paulo Roberto do Canto Lopes (1999) desenvolve pesquisas importantes com Arqueologia Histórica na Ilha de Marajó no estado do Pará, visando o período de contato e às Missões religiosas nessa região.

No Nordeste muitas das pesquisas nesse âmbito foram iniciadas com o projeto de salvamento arqueológico da construção da barragem de Itaparica, coordenado pela arqueóloga Gabriela Martin nos anos 80 do século XX, onde alguns sítios arqueológicos missioneiros foram identificados e escavados e geraram publicações sobre as Missões religiosas no Nordeste. Pesquisas como as desenvolvidas por Ricardo Pinto de Medeiros (2000) seguem sendo de extrema importância para essa área de conhecimento, assim como os trabalhos da historiadora Bartira Ferraz Barbosa (2007) em Pernambuco, Juvandi Santos e Bruno Thomas (2011) na Paraíba, Pedro Abelardo Santa (2004) em Sergipe, são boas referências para pensar uma proposta de Arqueologia junto aos estudos missioneiros.

Os estudos desse período se revelaram cruciais para a compreensão de nossa história, pois marcam a transição de uma sociedade que, em um acelerado processo de transculturação, passou a produzir novas práticas que perpassam os aspectos culturais, mas que se fundamentam, sobretudo, em mudanças na própria estrutura da sociedade.

Quanto ao processo de transculturação, Kern afirma:

Este processo de transformações culturais ainda não foi devidamente estudado e pode nos dar respostas mais seguras para entendermos certas especificidades dos povoados missioneiros, incompreensíveis à luz das teorias em voga, por demais europocêntricas (2011, p. 04).

Essas pesquisas elevaram a Arqueologia a um importante suporte para construção de novas narrativas além da perspectiva eurocêntrica, pautadas em estudos cada vez mais contextualizados entre as diferentes fontes de informações, como a história, antropologia, e em outras áreas do conhecimento como arquitetura, que, com o advento das Missões, ganham novas perspectivas em terras americanas.

Refletir sobre esse período de contato, e como as Missões religiosas desempenharam um papel definidor em vários aspectos da vida social dos grupos nativos e dos que por aqui chegaram, faz-nos passear por inúmeros caminhos na busca de compreender a complexidade dessas relações, pois mesmo a Arqueologia sendo uma grande aliada, ela por si não seria capaz de definir e nem de caracterizar a totalidade das relações existentes num contato entre indígenas e missioneiros.

É nesse sentido que a Arqueologia missioneira se faz cada vez mais importante para o estudo do contato, apresentando-se com uma importante ferramenta de resgate histórico dessa ocupação, destacando-se dentro da Arqueologia Histórica, tornando-se também uma aliada até mesmo para compreender a formação de centros urbanos. Como afirma Kern:

A possibilidade de analisar e interpretar os importantes processos de longa duração desta história das cidades somente é possível a partir dos dados que tanto a Arqueologia como a História nos fornecem. Partindo do estudo da dinâmica das interações sócio-culturais destes aglomerados pré-urbanos ou urbanos, bem como da sua persistência no tempo histórico, podemos analisar as ações e as reações que caracterizam este complexo processo de fundação e de desenvolvimento posterior (2007, p.05).

Quanto aos aspectos posteriores, como destaca Kern, esses irão refletir em vários segmentos, sobretudo na formação de novas paisagens, essas, por vezes, modificadas pelas diferentes formações identitárias dos povos que passaram a ocupar essas regiões. Sendo o espaço aqui significado como espaço vivido. Yi-fu-tuan afirma que “[...] no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista, consideram-se os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência” (TUAN, 1979, p. 30). É nessa definição que apoiamos nossos estudos em termo espacial, em como esse espaço é materialmente construído.

A grande diversidade cultural encontrada no Brasil fez de cada missão uma experiência particular, apesar de inseridas em um movimento comum, fato que levou à formação de diferentes aspectos da vida social. A transformação de aldeias em aldeamentos, vilas e, posteriormente, em cidades levou a grandes alterações no modo de vida que refletirá diretamente na construção da materialidade, sendo essa, também alvo de pesquisa de uma Arqueologia voltada para compreender esse processo de transformação pelo qual passaram esses grupos, hoje também estudados pela ótica da Arqueologia missioneira.

Ao nos dedicarmos, através da Arqueologia Histórica, a estudar os processos que resultaram na consolidação de aldeamentos indígenas e na fixação de grupos missioneiros nas ilhas do médio São Francisco, almejamos com base nas diversas historiografias identificar elementos que possam dialogar com os dados arqueológicos.

Com relação ao papel da Arqueologia dentro dessa temática, Schiavetto (2005) chama a atenção para as contribuições que a disciplina pode dar para compreensão das nossas raízes culturais, bem como para o alcance que uma pesquisa dentro dessa área pode obter, perpassando o nível local estudado (SCHIAVETTO, 2005 p. 79-80).

Esta pesquisa é, portanto, mais um exemplo de que estudos em níveis locais adquirem relevâncias que ultrapassam seu campo de estudo, sempre que contextualizada dentro de uma esfera maior, como reflexo do exercício dialético do conhecimento.

1.3. Arqueologia da Paisagem: Um registro histórico

El paisaje puer ser manipulado para fomentar las relaciones em ciertos contextos y desalentarlas en otros, tambien puede ser utilizado para conenctar las actividades del hogar com las del trabajo o para separalas de forma tanjante. El paisaje no es simplemente um sostén y telón de fondo. Por el contrario, es el es cenario de la acción humana (McGUIRE, 2008, p. 66).

Para McGUIRE e Paynter, discutido por Zarankin “El paisaje humama se construye a través de un juego dialéctico de dominación y resistência” (2000, p. 7).

Para Ab'Saber “[...] a paisagem é uma herança, tanto do ponto de vista geológico como histórico” (2003, p. 9).

No que tange à perspectiva da paisagem, novas abordagens têm surgido no âmbito da arqueologia, permitindo a superação da antiga percepção calcada na ideia de um contexto natural onde se inserem e operam as ações culturais do homem. Trabalhamos com a Arqueologia da paisagem, com a perspectiva de que a paisagem deixou de ser percebida apenas no seu sentido natural, e passou a ser entendida como algo socialmente construído.

Podemos observar hoje, na Arqueologia, trabalhos como o de Marcos André Torres de Souza, no qual a paisagem social vem sendo trabalhada, evidenciando outros caminhos para esse tipo de estudo. Segundo o autor:

A arqueologia da paisagem é hoje um componente importante realizado por arqueólogos para compreensão dos povos e culturas matérias do passado. Na perspectiva pós-moderna, a paisagem tem sido analisada por uma variedade de abordagens que têm se colocado além da ideia que constitui-se apenas em recurso para abrigo, aquisição de matéria-prima e práticas de subsistência (SOUZA, 2007, p. 63).

Ken Taylor (2008), ao tratar a paisagem como o resultado das relações culturais estabelecidas na dinâmica das sociedades, percebe a paisagem como o espaço vivido, algo dinâmico no tempo e no espaço.

Paisagem, segundo a definição de Tilley, pode ser compreendida a partir da relação entre lugares. Lugar compreendido em seu aspecto simbólico, de sentimento humano, em oposição à ideia de “espaço”:

[...] paisagens podem ser parcimoniosamente definidas como um conjunto percebido e incorporado de relações entre lugares, a estrutura do sentimento humano, emoção, permanência, movimento e prática em uma região geográfica que pode ou não ter suas fronteiras ou limites precisamente estabelecidos (TILLEY, 2014, p. 50).

Ao conceituar a paisagem, José Roberto Pellini vai um pouco além de Tilley, ao considerar os sentidos como o aspecto mais importante da relação do homem com a materialidade. Segundo ele: “[...] considerar não o corpo e sim os sentidos como o aspecto mais essencial de nosso contato com a materialidade do mundo”

(PELLINI, 2014, p. 10). A paisagem é uma construção sensorial da relação homem e meio; é nesse sentido que, para Pellini (2014, p. 13), ao passo que construímos a paisagem, a paisagem também nos constrói, pois “paisagens, neste contexto, representam uma materialidade que é sensorialmente incorporada em redes de narrativas pessoais e culturais, memórias e associações”.

Essa forma de compreender a paisagem parte, sobretudo das contribuições exercidas pela geografia cultural e resulta também de fortes influências de uma abordagem fenomenológica, fortemente utilizada dentro das ciências humanas. O conceito “paisagem” se tornou bastante amplo, deixa de ser algo completamente natural e intocável, e passa a ser entendido como algo construído e como parte da vida e da história do homem. Como afirma Pallasmaa “[...] design part of our life in landscapes” (2007, p.191). Assim como nos mostra Milton Santos:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 1988, p. 23).

Levar este olhar para o estudo da arqueologia da paisagem não é algo muito simples, mas permite uma maior percepção desta como parte da história dos que compartilharam e modificaram determinadas paisagens, uma vez que essas são entendidas como parte da construção material e imaterial. Souza compreende “[...] Paisagem como uma produção cultural integrada à reprodução, como a contestação do poder político. [...] Nesses termos, a paisagem não se constitui em um mero reflexo de processos socioculturais, mas atua como um desses fatores constitutivos” (SOUZA, 2005, p. 295).

Dentro dessa perspectiva, a paisagem é vista como artefato, um artefato operacional, feito pelo homem, imbuído de valores e processos sociais. Paisagem é o fruto da ação/percepção humana. Nesse sentido, ela é a “ação”, mais do que um elemento, material pontual e inanimado. Como afirma Duran (2008) “[...] é na paisagem percebida e apropriada, e não na paisagem construída, que encontramos a base material de tais interpretações” (2008, p. 201), não se restringindo aos aspectos naturais constitutivos da paisagem.

Para Menezes,

A incorporação da paisagem, culturalmente determinada como objeto de análise pela arqueologia, resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura, material, passível de ser analisado como um artefato se enquadra em seu campo de investigação. A perspectiva eu concebe as paisagens como artefatos lida, intrinsecamente, com a ambiguidade de sua própria natureza, ou seja, com seu caráter passivo (como produtos de relações sociais) e (ativo como vetor de relações sociais) (BEZERRA DE MENEZES, 1983 *apud* SOUZA, 2005, p. 295).

Os estudos arqueológicos estão a cada vez mais voltados e preocupados com a ampliação do estudo do contexto para interpretação do passado e a ampliação do conceito do que seria o “contexto arqueológico” foi o ponto de partida para que novas perspectivas de contextos pudessem se tornar algo prático e aplicável.

A arqueologia passou por algumas fases que consolidaram a disciplina; primeiro se estudou o artefato isolado, depois as coleções de artefatos; o local onde foi encontrado o artefato também se tornou importante, enfim, delimitou-se o que seria um sítio arqueológico e hoje se amplia o que seria esse sítio para o estudo da paisagem que constitui o sítio arqueológico, dando origem ao estudo da arqueologia da paisagem, este cada vez mais sendo repensado e ampliado, resultando hoje na paisagem como uma parte crucial do registro arqueológico/histórico.

Para Marquardt,

As social scientists, archaeologists seek to interpret past decisions and processes that have left their imprints on the landscape. As outsiders analyzing the landscape/ they perceive pattern and homogeneity at certain effective scales. These may or may not coincide with the effective scales at which decisions were made by people in the past, but one hopes that by skillful application of research strategies and techniques/ one can reach some understanding of past agency⁸ (1992, p. 107-108).

⁸ Tradução nossa: [...] Como cientistas sociais, os arqueólogos procuram interpretar decisões passadas e processos que deixaram suas marcas na paisagem. Como uma análise “de fora” da paisagem / eles percebem padrão e homogeneidade com certa eficácia na escala. Que podem ou não coincidir com as escalas em que as decisões foram feitas pelas pessoas no passado, mas espera-se que através da aplicação hábil de estratégias e técnicas de investigação / pode-se chegar a algum entendimento desse passado.

Nesse sentido, a relação entre memória e identidade é fundamental para a compreensão da paisagem, pois reflete parte dessas relações. A análise da paisagem onde ela é percebida como reflexo das relações cotidianas faz com que ela se constitua como parte da memória dos grupos que construíram determinadas paisagens. Em suas palavras, Taylor compreende a paisagem como um “[...] elo vivo entre o que éramos e o que nos tornamos” (TAYLOR, 2008, p. 2), uma relação direta com a memória que ali foi construída e que levou à consolidação de identidades.

Partindo desse pressuposto, e da sensibilidade do pesquisador, a paisagem é mais uma fonte de informação sobre as práticas vividas que levaram à sua construção. As paisagens são produtos da vida dos homens e suas escolhas culturais em suas múltiplas expressões.

É com base nessa perspectiva de compreender a paisagem que muitos estudiosos a entendem até mesmo como o maior registro histórico que possuímos. Nesse sentido, a forma como o homem modificou determinadas paisagens reflete de forma prática sua interação com o meio, que, por vez, reflete também parte de sua história (TAYLOR, 2008).

Compreender a paisagem como produto do contato e do processo de transculturação, que ali ocorreu, é buscar retirar de cada elemento que a constitui informações de um passado, que se consolidou na construção de lugares, de memórias e de modos de vidas.

No presente estudo, ambas as partes (indígena e europeu) que foram se estabelecendo nesses espaços insulares traziam consigo diferentes modos de perceber e vivenciar o espaço, espaço esse, que foi alterado/modificado, para se adequar às novas realidades que ali, aos poucos, se estabeleceram e que resultou na paisagem que temos hoje. Paisagem, portanto, sendo aqui entendida como mais um registro histórico do processo de formação social e identitária, que ocorreu com a vinda dos missionários em contato com os grupos nativos nessa região do nordeste do Brasil.

Dentro dessa abordagem, a paisagem que constitui e forma esses sítios arqueológicos farão parte da análise, abrangendo as ilhas como mega-artefatos, dentro de uma ótica “macroanalítica” semelhante à proposta por Duran ao estudar a ilha do Bom Abrigo em São Paulo, onde explica que

[...] a abordagem arqueológica pretendida está calcada em uma visão que procura compreender as expressões materiais do Bom Abrigo como integrantes de um conjunto sistêmico e não como fatos isolados (DURAN, p.103, 2008).

A região estudada compõe um Arquipélago, que foi habitado por grupos indígenas que são citados na historiografia como 'habitantes do rio', remetendo a uma vivência desse ambiente aquático, e é por tal fato que, assim como Duran (2008), nosso interesse é “[...] pela unidade insular como um todo e não por um sítio arqueológico específico nela contido” (2008, p.104). Compreender esses espaços insulares, bem como esse ambiente aquático que foi e ainda é utilizado pelos grupos que vivem nessas ilhas, faz parte de uma compreensão dialética da paisagem.

O complexo de ilhas onde está a presente área de pesquisa, se localiza-se no submedio São Francisco, trecho que compreende desde a cidade de Remanso-BA até a cidade de Paulo Afonso-BA, passando pelo sertão do estado de Pernambuco, as quais foram palco de aldeamentos indígenas e de missões religiosas durante todo o século XVIII.

As missões religiosas que se estabeleceram em meio ao rio São Francisco e a forma como essa paisagem foi apropriada dentro de seus múltiplos significados pelos novos agentes, é o principal objetivo desta pesquisa.

Nesse sentido, a perspectiva da paisagem e a noção de fluvialidade são essenciais para compreender a construção paisagística das ilhas. É necessário se reafirmamos, no entanto, que a “identidade insular não se resume ao fato de se ter nascido numa ilha, mas deve ser analisada como um processo” (DIEGUES, 1998, p. 119).

A paisagem é avaliada como parte indispensável desta pesquisa, no que tange especificamente às suas vivências aquáticas, de forma que se constroem paisagens específicas e com modos de vidas adaptados a tal ambiente. Como sugere Johnson em sua crítica aos que racionalizam a paisagem:

Los postprocesualista arguyen que los paisajens son siempre contemplados de forma diferente por gentes diferentes. Rachazan la visión racional del paisajen como fuente de recursos como algo típico de nuestra sociedad y como algo cargado de connotacions ideológicas relacionadas com el consumo y la explotación, ideas características de nuestra sociedade contemporânea (2000, p. 136).

Pensar as ilhas dentro de seus limites inconstantes e inclusas na perspectiva de insularidade como apresenta Antonio Diegues, em que a insularidade poder ser compreendida “[...] por meio das noções de território e do espaço vivido e representado” (DIEGUES, 1998, p. 5), é uma alternativa para a compreensão do complexo de ilhas aqui em questão, atenta às diferentes discussões que atuam na sua configuração e nas várias influências para a interpretação do arquipélago.

Estudos arqueológicos desenvolvidas em ilhas se deram, sobretudo, em ilhas marítimas; a perspectiva insular esteve muito atrelada à vida no mar. No presente estudo; a perspectiva insular tem mais uma característica própria por se tratar de ilhas fluviais e não marítimas. O cotidiano insular é vivido de forma distinta do continental, pois material e simbolicamente, o espaço insular é diferente (DIEGUES, 1998, p. 112).

Para alguns estudiosos sobre o tema como Boomert e Bright (2007, p. 7), as sociedades insulares tendem a desenvolver características próprias e fortemente tradicionais devido ao seu isolamento: “Island societies tend to be conservative and culturally traditional because of its relative physical isolation and protection from the competition of life on land⁹”.

E é papel da arqueologia insular descobrir como se deu o desenvolvimento dessas sociedades, como afirmam Boomert e Bright, citando Fitzpatrick, “One of the main research objectives [of] island archeology “is to determine the extent to which island societies evolved culturally, politically and economically over time¹⁰” (2004a; 2004b apud 2007, p. 4).

Dentro dessa perspectiva, podemos refletir sobre os diferentes processos que resultaram na consolidação de identidades, como sugere Diegues (1998, p. 117), ao explicar que “a identidade insular muito frequentemente está ligada a mitos fundadores”.

Segundo Pellini: “Paisagem é um conceito central dentro da arqueologia, um conceito que influencia nossas práticas e narrativas dentro do fazer arqueológico”

⁹ Tradução nossa: “Sociedades insulares tendem a ser conservadores e culturalmente tradicionais devido ao seu relativo isolamento físico e proteção da concorrência com a vida na terra” (BOOMERT e BRIGHT, 2007, p. 7).

¹⁰ Tradução nossa: Um dos principais objetivos da pesquisa em arqueologia insular “é determinar a extensão em que as sociedades insulares evoluíram culturalmente, politicamente e economicamente ao longo do tempo” (Fitzpatrick, 2004a; 2004b Apud BOOMERT e BRIGHT, 2007, p. 4).

(PELLINI, 2014, p. 14). Nesse sentido propomos compreender paisagem como mais um registro histórico que constitui as Ilhas, entendendo-a como parte da vida que nos foi deixada, e de histórias passadas refletidas na paisagem como resultantes do seu uso, pensando-a “de modo aberto e crítico” com entende Pellini (2014, p. 14) e pelo seu caráter dialético, como percebido por Mitchell: “[...] I make the argument that the landscape is inevitably dialectical, that they not only reflect, but also embody and reify social processes working in varying scales¹¹” (2002, p 383).

1.3.1 Arqueologia da Arquitetura – A paisagem edificada

A arqueologia há muito vem sendo caracterizada como estudo da cultura material do passado. Nesse sentido, as edificações passam a ser entendidas como mais uma ferramenta para compreensão histórica da sociedade, e como parte edificada da paisagem.

É com forte apoio da arqueologia da arquitetura que, por exemplo, estruturas missioneiras podem ser estudadas. Esses espaços arquitetônicos carregam consigo características imbuídas de valores e processos sociais, por vezes, passíveis de análises e de interpretações.

Quanto às edificações, Zarankin (2001) acrescenta:

Os prédios são objetos sociais, e como tais estão carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, não são simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são partícipes ativo na formação das pessoas (ZARANKIN, 2001, p. 41).

Podemos, portanto, perceber as edificações como parte do processo de construção social, na medida em que as mesmas exercem uma influência sobre os indivíduos, participando ativamente da formação destes, por consequência, são agentes do processo histórico.

¹¹ Tradução nossa: [...] Eu faço o argumento de que as paisagens são inevitavelmente dialéticas, que elas não apenas refletem, mas também incorporam e reificam processos sociais trabalhando em escalas variáveis. (MITCHELL. 2002, p. 383).

Por meio da Arqueologia Histórica com importante auxílio de abordagens da Arqueologia da Arquitetura torna-se possível realizar uma leitura das edificações que resistiram ao tempo.

No que tange a área de estudo, refiro-me-nos mais precisamente aos equipamentos religiosos. Compreender a organização desses espaços é, sobretudo, compreender a organização do grupo, uma vez que as edificações são entendidas como elementos e expressão de uma comunicação não verbal. A esse respeito:

A arquitetura cria limites artificiais onde o corpo é confinado e educado. Assim, um prédio regula a forma com que as pessoas encontram-se no espaço, e, portanto, favorece certos tipos de relacionamentos entre elas (MARKUS (1993) GRAHAME (1995), *apud* ZARANIN, 2001, p. 42).

Partindo desse pressuposto, a arquitetura torna-se importante objeto de estudo do passado, onde temos não apenas edificações, mas parte de histórias vividas nestes espaços, que estão diretamente atreladas ao uso dos lugares/edificações onde estão inseridas.

Cabe ressaltar que a escolha em analisar os equipamentos religiosos se dá, não por uma necessidade de repensar a história por parte do 'colonizador', mas por serem esses únicos passíveis de uma análise em cota positiva a qual nos propusemos desenvolver. Entretanto, ressaltamos, estar atentos aos elementos que nos levaram à compreensão de uma organização e uso dos espaços por parte dos indígenas, bem como a alteração desses por seus diferentes usos.

Quanto aos estudos missionários referentes aos espaços edificados, dentro de uma perspectiva crítica, esses muito se dedicaram ao estudo da tipologia urbana missionária, buscando compreender, sobretudo, dentro de uma lógica europeia, a organização do plano urbano dos aldeamentos, no seu caráter funcional e estratégico.

Dedicando-se nesse sentido, eles estiveram voltados para a identificação de semelhanças com o traçado urbano das cidades europeias, colocando em uma condição passiva o indígena dentro da construção desses aldeamentos. Nesse sentido, faz-se necessário a inclusão, em nossas reflexões à devida importância da agência ameríndia na ordenação dos espaços missionários.

Como resultado dessas diversas pesquisas dentro do campo da arqueologia missioneira, criou-se um determinado 'modelo' para a organização dos aldeamentos no Brasil, que estariam centrados, sobretudo numa igreja, um convento, uma praça central, alinhamento das ruas de formas paralelas, assumindo um desenho que desconstruíssem a lógica circular de organização do espaço indígena. A posição de Medeiros talvez seja emblemática nesse sentido, ao postular, "[...] os aldeamentos se organizavam seguindo um plano geométrico perfeitamente ordenado, aplicado com poucas variações" (MEDEIROS, 2010, p. 63).

Entretanto a criação de 'modelos prontos' para a compreensão dos aldeamentos não se aplica a todos os aldeamentos, uma vez que temos necessidades específicas em cada região do Brasil. Não podemos pensar numa relação exclusiva resultante da escolha do missioneiro para a criação dos aldeamentos; o índio não esteve numa condição passiva dentro da criação desses aldeamentos. O encontro cultural foi para ambos e as trocas foram recíprocas, como mostra Arraes:

[...] os colonizadores, após sucessivas solicitações de sesmarias, se depararam com um universo indígena completamente alheio a sua cultura e costumes europeus. O "encontro cultural" ocorrido entre índios e portugueses foi caracterizado, em alguns momentos, por uma relação comensal de trocas recíprocas (ARRAES, 2014, p.84).

Para a Arqueologia missioneira a arquitetura foi uma importante fonte de informação sobre o modo de organização do espaço missioneiro, através de uma perspectiva europeia, principalmente nas missões fundadas na região Sul do Brasil, uma vez que essas foram objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento.

A Arqueologia da arquitetura, portanto, contribui na análise dessas estruturas que se encontram ainda hoje nas Ilhas do rio São Francisco. Justaposto que, segundo Zarankin: "[...] compreender as construções como elementos ativos que interagem de forma dinâmica com o homem, é para nós um instrumento útil no debate de processos históricos vinculados à formação do mundo moderno" (2001, p.4). Ou seja, as construções são parte do social carregado de valores, sentidos e significados. Ainda segundo Zarankin, "[...] a arquitetura começa a ser um instrumento fundamental para a transmissão e reprodução do poder no sistema capitalista" (2001, p.44). É com base em tais definições que essas se tornam, aqui também, instrumento de estudo.

Sendo assim podemos afirmar que os espaços arquitetônicos tornam-se base para a formulação do sentimento de pertencimento, fundamental na construção da identidade: “O patrimônio edificado possibilita um contato coletivo da multidão anônima das cidades com referências da memória social” (MESENTIER, 2005, p. 115). Se compararmos o nível de acesso, de percepção do edificado com as demais formas de expressões culturais, é necessário que percebamos o edificado como de extrema importância para construção da memória dos diferentes grupos que ocupam esses espaços, uma vez que são mais acessíveis que os demais.

Dentro dessa perspectiva, pensar os espaços edificados que são aqui entendidos como uma importante alternativa de compreensão do passado, bem como de dominação e resistência às imposições surgidas durante o processo de colonização é de extrema importância.

Segundo Zarankin, “[...] a arquitetura pode ser usada como um meio efetivo para controlar e “disciplinar” o indivíduo” (ZARANKIN, 2001, p. 45-46).

Najjar (2005) afirma que os artefatos, os documentos escritos, a informação oral e a própria arquitetura podem informar ao pesquisador de Arqueologia Histórica sobre as relações entre os ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade.

A partir disso, podemos dizer que o patrimônio histórico edificado, são reflexos dos modos de vida e da organização dos grupos que ocuparam determinados espaços e que deixaram vivas através dos registros de suas moradias, partes concretas de suas histórias.

Em suma, como explica Chiarotti: “[...] pode-se dizer que a gênese instrumental de um edifício, assim como a relação das pessoas com ele é a sua história” (2005, p. 316), de tal forma que o edifício histórico deve ser examinado, levando-se em conta os mesmos processos empregados no estudo de um artefato. Percebendo-o como um artefato é que podemos compreender seu passado, o que permite trabalhar com a materialidade do patrimônio histórico edificado como fonte de informação ou linha de investigação alternativa.

A partir da análise das edificações históricas como suporte para a memória, buscamos compreender como tais espaços são entendidos e ressignificados ao longo do tempo em consequência das mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, refletindo assim em novas paisagens.

De acordo com Walter Benjamin “[...] a necessidade de morar é permanente, [...] por isso a arquitetura jamais deixou de existir, os edifícios acompanham a humanidade desde sua pré-história” (1985, p. 196). Esses são utilizados no presente estudo como mais uma fonte de informação.

Para os arqueólogos ingleses Parker Pearson e Richards (1994), “é óbvio que a organização do espaço e da arquitetura tem, além de uma finalidade prática, uma ‘ideológica’” (ZARANKIN, 2001, p. 53). Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário pensar criticamente a criação dos espaços edificados.

Segundo Pretto (2011), cada imóvel apresenta em sua construção a memória petrificada do edifício se construindo, condensada no tempo e no espaço. uma memória que reflete tanto no indivíduo como na construção social dos diferentes grupos que dividiram esses espaços.

Sendo assim, pode-se afirmar que a perspectiva da ordenação espacial torna-se básica para a formulação do sentimento de pertencimento, fundamental na construção de algumas identidades.

CAPÍTULO 2

OS HABITANTES DO RIO E AS MISSÕES RELIGIOSAS

“Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico do capitalismo [...]. O futuro não pode ser uma continuação do passado”.

Eric Hobsbawm (2001).

2.1. Por uma História indígena na pesquisa arqueológica

Há muito, o índio é tratado de forma marginal no registro histórico da nossa sociedade. Mesmo na atualidade em que muitos de nós reconhecemos os indígenas como agentes ativos na formação social brasileira, o índio ainda não tem seu devido espaço no âmbito da historiografia nacional.

Dedicar-se aos estudos da história indígena e inseri-la nas mais diversas áreas de conhecimento é sem dúvida um grande desafio na construção cada vez mais inclusiva do conhecimento. Apolinário (2011), quanto aos estudos referentes à história indígena e sua importância, afirma:

O que se propõem com os estudos de história indígena é a preservação e difusão da sua memória é considerar os índios como sujeitos históricos plenos, o que significa inserir esses sujeitos em eixos espaços-temporais e relacioná-los a conjuntos específicos de atores sociais, com valores e estratégias sociais bem determinados ao longo da história (APOLINÁRIO, 2011, p. 12).

Nesse sentido, as diferentes áreas de conhecimento precisam dedicar seu olhar à compreensão da história indígena. Ainda de acordo com Apolinário: “Em séculos anteriores a questão indígena era um apêndice de uma história político-administrativa da América Portuguesa, pois os grupos étnicos nativos eram repetidamente descritos pela historiografia nacional como “gentios”, “bárbaros” e “não-civilizados” (APOLINÁRIO, 2011, p. 1).

Muitos desses documentos produzidos acerca da história indígena resultam da perspectiva do colonizador frente ao indígena, desqualificando-os enquanto atores sociais legítimos (MONTEIRO, 1999).

Essa “História Indígena” produzida pelo colonizador é imbuída de silêncio, mas não desprovida de sentido, como mostra Almeida (2010) citado por Apolinário:

[...] o silêncio não está desprovido de sentido, pois se origina do fato de que a linguagem é política e todo poder que se percebe na escrita é acompanhado de um silêncio em uma trama simbólica que permeiam os discursos.

Por muito tempo os povos indígenas não tinham visibilidades nos trabalhos vinculados a História do Brasil, a não ser, como parte da ordem colonial. Ou melhor, não se dava destaque enquanto sujeitos atuantes e decisivos diante das imposições dos projetos coloniais dos colonizadores. Portanto, para a historiografia tradicional os indígenas “na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de serem índios e desapareciam de nossa história” (ALMEIDA, 2010, *Apud* APOLIÁRIO, 2011).

Após os anos 80 do século XX, como mostra Apolinário (2011), houve uma revisão dessa prática de se fazer a história indígena:

[...] as fontes documentais, assim como, a prática da história indígena e do indigenismo passaram a ser revisitadas e valorizadas com mais propriedade a partir de 1980. E esta conquista deve-se as lutas dos grupos étnicos e intelectuais que passaram a reivindicar do governo brasileiro, política pública de valorização das suas histórias, memórias e práticas culturais. Lutas estas que tiveram êxito ao serem contempladas na Constituição de 1988 (APOLINÁRIO, 2011, p. 1).

Podemos compreender a história indígena dentro do que Pompa (2012) compreende, ou seja, como a inclusão da perspectiva indígena da sua própria história, onde os grupos ameríndios se percebem no papel ativo de construção da sociedade brasileira, e não mais como elementos secundários ou fatores a serem superados.

Segundo Pompa:

Falar em história indígena, hoje, significa falar, ao mesmo tempo, da maneira indígena de pensar e fazer a história, da participação indígena na produção e, portanto, na escrita da história do Brasil e, finalmente, na historicidade das categorias analíticas pelas quais historiadores e antropólogos delimitam suas disciplinas ao construir o “índio”, dentro e fora da sociedade e da história do Brasil (POMPA, 2012. p. 64).

Porém, do ponto de vista da história/etnografia indígena produzida pelos missionários, Chamorro (2007) ressalta o sentindo inferiorizante com que o índio foi retratado dentro da história, ao afirmar:

Porém, sob o ponto de vista dos indígenas retratados pelos missionários, os discursos foram negativos, pois descreveram o mundo do índio a partir de um olhar inferiorizante, através do qual as palavras “selvagem”, “bárbaro”, “pobre” ou “miserável” foram constantemente evocadas (CHAMORRO, 2007. p. 08).

Quanto à história produzida sobre os indígenas da região Nordeste, João Pacheco de Oliveira (1998) chama a atenção para a exclusão de diversos grupos pela baixa produção bibliográfica, segundo ele, “[...] os povos indígenas do Nordeste são focalizados em pequenos artigos” (OLIVEIRA, 1998. p. 48).

A inclusão de narrativas que se proponham a retratar de maneira digna o papel que os indígenas desempenharam e desempenham na construção social e identitária brasileira é um importante passo que os pesquisadores da área de Arqueologia estão dando na busca de construir narrativas cada vez mais inclusivas e compromissadas com as diferentes realidades a qual pertencemos. Ressaltar, nesse processo, a importância do indígena na construção da nossa sociedade, é algo de extrema relevância para uma compreensão mais completa da nossa história.

A arqueologia quanto uma ciência humana, que se dedica a estudar as sociedades por meio da materialidade por ela produzida, necessita incluir dentro das suas interpretações a história indígena presente nessa materialidade, sendo esta mais uma alternativa para a construção digna da nossa própria história.

No caso específico da arqueologia, as pesquisas desenvolvidas na linha da arqueologia pré-colonial há muito vem dando ênfase à trajetória histórica dos grupos ameríndios, enquanto que a Arqueologia Histórica especificamente, há muito se dedicou aos estudados dos grupos dominantes ‘colonizadores’ no processo de ‘Conquista’ das terras no Novo Mundo.

Assim, a questão da sistemática eliminação dos grupos indígenas pelos estudos arqueológicos está mais intensamente atrelada aos períodos históricos. Lembremos, também, que a arqueologia histórica no Brasil teve seu início com estudos de espaços missionários, como mostra Lima:

[...] na década de 60, os trabalhos efetivamente sistemáticos surgiram no sul do país, nas áreas interioranas dos estados mais meridionais, e no litoral do nordeste. [...] No rio Grande do Sul, em meados da década e no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), começaram a ser investigadas as missões jesuíticas, criando-se de acordo com a metodologia proposta, a primeira fase cultural referente ao período histórico, a Fase Missões. No nordeste, a essa mesma época, surgiram pesquisas em fortificações e igrejas de Pernambuco, igualmente relacionadas aos primeiros momentos de ocupação do território pelos europeus (LIMA, p. 226-227. 1993).

Entretanto, tais abordagens não conseguiram perceber o Índio como um agente central, relegando-o ao papel de coadjuvante de um processo histórico dominado pelo agente europeu. Exemplo disso é o foco quase que exclusivo em uma discussão de “aculturação” dos grupos indígenas, que dominou as abordagens histórico-culturalistas do PRONAPA a partir dos anos 60 do século passado, tendo como objeto de análise muitos sítios missioneiros.

Os estudos de aculturação começaram a emergir no final dos anos 60, com o trabalho de Brochado, Lazzarotto e Steinmetz (1969). A partir da aplicação dos métodos de seriação às cerâmicas dos sítios missioneiros do sul do Brasil, esses autores estudaram o processo gradual de adoção das técnicas da tradição européia pelos indígenas guarani nos séculos XVII e XVIII. De acordo com os autores, a incorporação dessas técnicas teria persistido até o final do século XVIII quando os missionários foram expulsos pelo governo colonial e os guaranis retomaram suas técnicas de manufatura tradicionais (SIMANSKY, p.2. 2009).

É dentro desse contexto que a arqueologia histórica aos poucos volta-se à compreensão da história dos índios, buscando compreendê-los não mais, e quase que exclusivamente dentro da ótica dos processos de “aculturação”, mas como agentes ativos dentro do processo histórico de longa duração.

A presente pesquisa está atrelada a uma perspectiva em que reconhece os papéis que estão sendo desempenhados historicamente pelos diferentes grupos indígenas, esses que são agentes ativos dentro dos processos históricos da sociedade brasileira.

2.2. Contexto histórico – Os habitantes do rio e as atividades missionárias em Pernambuco

Durante séculos, as Ilhas do rio São Francisco foram locais de aldeamentos e funcionaram como verdadeiras praças de armas, acampamentos militares, onde se preparavam as guerras contra os indígenas beligerantes, ou ainda como postos avançados na defesa contra eles, na Paraíba, Rio Grande e no São Francisco. Enquanto isso “Os colonos, por sua vez, demonstravam alguma simpatia ao projeto de aldeamento enquanto alternativa à escravidão, desde que este garantisse mão de obra abundante e barata” (MONTEIRO, 1995, p. 44). Esse seria o ponto de partida para a colonização dos sertões, o que incluiria as missões.

De acordo com a historiografia, antes do contato entre indígenas e europeus, as ilhas do rio São Francisco eram ocupadas por grupos ameríndios, que pertenciam à nação dos Cariris ou Kariri (variando a grafia entre estudiosos), que teriam sido expulsos do litoral pelos índios Tupis. Esmeraldo Lopes Gonçalves, em sua obra *Opara - Formação histórica e social do Submédio São Francisco*, explica que os indígenas:

[Cariris] Haviam chegado à região não se sabe quando nem como. Os estudiosos presumem que os agrupamentos indígenas mais recentes na região eram formados pelos índios Cariris expulsos do litoral pelos índios Tupis. Os Cariris alojavam-se nos lugares mais férteis e ricos em caça e/ou pesca e frutos silvestres: serras, brejos, ilhas, olhos d'água e às margens do Rio Opara e de seus afluentes (1997, p. 12).

Entretanto, escritos do Pe. José de Anchieta revelam participação ativa e beligerante dos colonizadores na expulsão dos índios do litoral pernambucano para o sertão:

Da capitania de Pernambuco foi o senhor e povoador Duarte Coelho. Nunca houve nela conversão de gentio; guerras muitas e alguns combates de franceses em vida de Duarte Coelho, e muitas em tempos de seu filho Duarte Coelho, qual deu tantas guerras aos índios com favor de um clérigo que se sentia por nigromântico que destruiu toda a sua capitania e assim desde o rio S. Francisco até lá, que são 50 léguas, não há povoação de índios, e fica agora sem nenhuma ajuda deles [...] (ANCHIETA, 1990, p. 41).

De acordo com Melatti, citando escritos de Hemming, a estimativa da população indígena pré-cabralina na região do Vale do São Francisco estava em cerca de 100 mil indígenas, “Os quais tinham sua língua no tronco Macro-jê. A família latê só inclui a língua deste mesmo nome falada até hoje pelos Fulniôs no estado de Pernambuco” (2007, p. 46).

De acordo com Cunha, as missões “foram criadas para facilitar o trabalho de conversão e, ao mesmo tempo, cooperar com o processo de colonização através do fornecimento de mão de obra e pacificação dos nativos” (2013, p. 28). Nesse sentido, o critério para a escolha da aldeia para sediar uma missão era decidido pela que melhor correspondesse à expectativa de conversão (SILVA, 2003).

No entanto, nos escritos de Abreu (1988), podemos observar a forte resistência indígena ao processo de colonização e à formação dos aldeamentos em toda a margem do São Francisco, fato que levou a numerosas mortes tanto de indígenas, quanto de colonizadores em conflitos. A resistência indígena entrava em dissonância não só com os interesses dos colonizadores, como também missioneiros e seus aldeamentos, que em princípio, foram “instituídos com a intensão de proteger as populações indígenas”, mas acabaram por acelerar “o processo de desintegração de suas comunidades” (MONTEIRO, 1995, p. 43).

Essa desintegração foi sentida na mudança radical de vida que as missões provocaram nos indígenas missionados, pois elas visavam:

implantar novas técnicas artesanais, ensinar o processo de domesticação dos animais, ensinar aos indígenas novas técnicas agrícolas voltadas para a economia colonial, catequizar e amansar os indígenas, introduzir os costumes europeus como a monogamia e o casamento cristão, fusão do cristianismo e preparar mão-de-obra barata para o novo sistema implantado no Novo Mundo, sistema este voltado para suprir as necessidades consumistas dos europeus (SANTOS; OLIVEIRA, 2011 p. 78).

Dentro desse contexto, Petrone Pasquale (1995) define aldeamento como algo que deve ser “[...] compreendido à luz da dinâmica do povoamento, definida com o processo de colonização” (1995, p. 54). Por isso, deve ser compreendida também e, sobretudo, à luz das múltiplas relações que esse processo implicou entre o elemento indígena e os fatos do povoamento’ (PASQUALE, 1995, p.53, 1995). Para Monteiro, os aldeamentos:

Além de propor um mecanismo de acesso à mão-de-obra indígena, o projeto dos aldeamentos também definiu a questão das terras dos índios. Com o intuito de providenciar uma base para o sustento dos habitantes, cada aldeamento foi dotado de uma faixa considerável de terras. Ao mesmo tempo, porém, as doações de terras tinham o objetivo menos nobre de restringir os índios a áreas determinadas pelos colonizadores, abrindo assim acesso a regiões antes ocupadas pelos grupos nativos (1995, p. 44).

A ideia de assimilação, por sua vez, estava intimamente ligada à transformação dos índios em força de trabalho (AMOROSO, 1998, p. 3). Pilleti, ao se referir à colonização do sertão, afirma que foi “início de um intenso processo de expansão territorial, com bandeiras cortando o sertão em todas as direções, em busca de escravo e ouro” (1996, p. 66).

Sobre os conflitos, Pires escreve:

Logo no início das primeiras hostilidades entre indígenas e colonos no sertão de Rodelas, em Pernambuco, ocorreram atritos entre os Capuchinhos – que começavam a sua ação missionária naquela região, em 1670 – e senhores da Casa da Torre – que detinham a posse legal da maioria daquelas terras.

As desavenças surgiram principalmente, pelo o fato dos sesmeiros estarem explorando a mão-de-obra desses indígenas, praticando abusos e excessos contra eles, além de cobiçarem as terras da missão. Exemplo significativo desses conflitos foi o que se deu entre Francisco Garcia d’Ávila, da casa da Torre, e o padre Capuchinho francês Martinho de Nantes. Segundo Pereira da Costa aquele sesmeiro,

“Contrariado com o aldeamento dos índios, cujos serviços explorava, como vis escravos, nas suas fazendas pastoris, começou a perseguir o padre de um modo bárbaro, feroz compelindo logo os seus neófitos da ilha de Urupaca (Aracapa) ao abandono da missão, à realidade o maioral da do cavalo e ordenando a soltas da suas cavalhadas nas ilhas do Pambu e Aracapá, reduzindo assim os pobre índios à mais desgraçada ruína pela destruição de suas lavoeiras e limitadas economias” (PIRES, 2002, p. 99).

Como podemos observar nos escritos de Maria Pires, o processo de colonização do sertão foi marcado por intensos conflitos, entre eles os missioneiros e a Casa da Torre, liderada por Francisco Garcia d’Ávila. À luta por terra, durante as distribuições de sesmarias, e aos conflitos gerados a partir do contato deu-se o nome de “Guerra dos Bárbaros” (PIRES, 2002), e por quem usaria a mão de obra indígena foi o principal motivo desses conflitos.

A ocupação do interior do Nordeste se deu também pela agricultura e pecuária; como afirma Piletti: “partiu de dois núcleos principais: Bahia e

Pernambuco. Da Bahia, as fazendas de gado chegaram ao rio São Francisco já em meados dos séculos XVII”. (PILETTI, 1996, p. 71). A pecuária foi o setor que mais impulsionou a ocupação dos sertões pelos colonizadores, utilizando toda mão de obra indígena e, posteriormente, a de negros escravizados para tal produção (BARBOSA, 2007).

É pertinente destacar que a forte adaptação do indígena às condições climáticas secas do sertão e seu conhecimento da terra ocupam um caráter definidor para fixação dessas novas práticas no interior do Nordeste, mas, isso não foi suficiente para lhe pouparem a vida, como mostra Piletti, ao discorrer sobre a colonização do Brasil: “[...] os indígenas resistiram à escravização. Porém, apesar de sua superioridade numérica, foram quase sempre derrotados pela superioridade das armas de fogo dos colonos” (1996, p. 50).

Nesse sentido, a criação de aldeamentos foi algo comum nesse período em muitas das ilhas do São Francisco.

No avanço para o sertão defrontaram os índios, em que sobressaíam os cariris, antigos dominadores do litoral, então acudados pelo S. Francisco e a Ibiapaba. A sua resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país; mas atracados no rio S. Francisco, no Piranhas, no Jaguaribe, no Paraíba, do Ceará foram uns mortos e outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundia-se e confundia-se com os colonizadores alienígenas (ABREU, p. 41, 1988).

No início do século XVII, há relatos dos primeiros missionários sobre a ocupação indígena do sertão pernambucano, subentendendo-se que, possivelmente, esses grupos estariam nessa região há mais tempo, uma vez que se tratava de aldeias já estabelecidas. Frei Martinho de Nantes, missioneiro capuchinho responsável por iniciar os trabalhos de catequização com os indígenas dessa região, ao entrar em contato com índios dessa nação na Paraíba fica sabendo das aldeias existentes no rio São Francisco e resolve partir em missão. Na sua obra *‘Relação de uma missão no Rio São Francisco’* escrita em 1706, Nantes escreve;

[...] Tendo sabido desses mesmos índios, um dos quais falava alguma coisa do português, que havia no rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá (NANTES, 1706, p.2).

Podemos observar na tabela abaixo a relação dos aldeamentos existente no submedio São Francisco neste período, (Observar a tabela – 01, p. 57).

Tabela 01 - Aldeamentos indígenas da região do submedio São Francisco.

Aldeamentos	Localização
Missão nova de S. Francisco do Brejo	Ribeira de Pajeú
N. S. do Ó	Ilha de Zorobabé
N. S. de Belém	Ilha de Acará
N. S. da Varzea	Ilha de Gambu (Pambu)
N. S. da Conceição	Ilha de Gambu (Pambu)
S. Francisco	Ilha de Aracapá
S. Felix	Ilha de São Félix (Cavalo)
Santo Antônio	Ilha de Arapuá (Santa Maria)
N. Senhora da Piedade	Ilha de Inhenhum
N. Senhora do Pilar	Ilha Caropós
N. Senhora dos Remédios	Ilha do Pontal

Fonte: Francisco Augusto Pereira da Costa. Anais de Pernambuco. 1983.

Guiado por um índio da nação Cariri, Frei Martinho de Nantes, após dias de viagem, chega às aldeias indígenas no rio São Francisco. Nantes, nos seus relatos, chama-os todos de Cariris, no entanto Curt Nimuendajú, no seu Mapa Etno-Histórico do Brasil (1944), identifica nessa região uma variedade de grupos indígenas, que, apesar de pertencerem à mesma nação, podem chegar a falar até mesmo línguas diferentes. (Mapa – 01, p. 59).

Na região citada por Martinho de Nantes, Nimuendajú identifica os índios da nação Dzubukua Kariri (1688-1746) os quais habitavam as ilhas do sertão do São Francisco, como também afirma Cunha (1992) em sua vasta obra sobre os índios do Brasil:

Nimuendajú (1981) Chega a relacionar oitenta diferentes etnônimos na área do sertão nordestino e em suas faixas de transição para a “zona da mata” a leste – o agreste – e para os cerrados a oeste – os cocais -, com uma mítica concentração no vale do submedio São Francisco – onde o grande número de meandros e de ilhas expande consideravelmente a extensão de várzea agricultável. [...] Reconhece-se, porém, sem dificuldade a predominância da família Karirí, presente desde o Ceará e a Paraíba até a porção setentrional do sertão baiano, mas não define bem seus contatos apenas quatro

de suas línguas – Kipeá, Dzubukuá, Kamuru e Sapeujá [...] (mamiani, 1698, *apud* CUNHA, p. 432, 1992).

No rio São Francisco, as primeiras missões implantadas regularmente foram erigidas por capuchinhos italianos, seguidos posteriormente por jesuítas e outras ordens. Eram dirigidas por missionários permanentes, em número de dois, por ordem de Roma e do Rei, e tinham como sede a aldeia principal, circundada por outras, secundárias, localizadas nas imediações. Assim, o “lugar” do nativo deixava de ser o que escolhera para ser o escolhido pelo missionário ou passava a ser o “lugar” da missão, do missionário, do estranho, confundindo-se a aldeia com a missão, mesmo quando a legislação mantinha o direito de livre escolha pelo grupo, (SILVA, 2003).

Para a implantação dos aldeamentos e a escolha dos locais onde foram erguidas as igrejas os missionários tinham autonomia para decidir, mas é importante destacar que, de acordo com a historiografia acima citada, os grupos indígenas antes da chegada dos missionários já faziam das ilhas seus lugares de moradia. Assim, os religiosos apenas se utilizariam de uma paisagem indígena (PASQUALE, 1995).

Muitos documentos e registros de passagens dos missionários pela área comprovam a existência de aldeias e, posteriormente, de aldeamentos nas Ilhas do rio São Francisco, algumas delas localizadas especificamente no município de Orocó. (Observar a tabela – 02, p. 60).

Uma das grandes dificuldades em relacionar as aldeias às localidades e ilhas, algo que será explorado no próximo tópico, é que muitos locais podem apresentar diferentes denominações, como afirma Medeiros (2014) na medida em que há “[...] mudança de nome das aldeias ao serem transformadas em vilas e povoados no período pombalino” (2014, p. 24-25).

Tabela 02 - Aldeias Indígenas na Capitania de Pernambuco no Sertão do Médio São Francisco nos Séc. XVI e XVIII.

Município	Povo	Localização
Santa Maria da Boa Vista	Tamaqueus	Ilha do Pontal
Santa Maria da Boa Vista	Caripós	Ilha dos Coripós
Santa Maria da Boa Vista	Cariri	Ilha de Inhahum
Orocó	Cariri	Ilha de Arapuá (Santa Maria)
Orocó	Cariri	Ilha de São Miguel
Orocó	Cariri	Ilha do Cavalo (São Félix)
Orocó	Cariri	Ilha de Aracapá
Cabrobó	Cariri	Ilha da Assunção
Cabrobó	Cariri	Ilha do Pambu
Belém de São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha Beato Serafim (Vargem)
Belém de São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha de Acará
Itacuruba	Poru e Brancararu	Ilha de Sorobabel
Tacaratu	Pankararu	Aldeia Brejo dos Padres

Fonte: BARBOSA, Bartira Ferraz. PARANAMBUCO poder e herança indígena, 2007.

Em Pernambuco, contamos hoje com o reconhecimento de dez povos indígenas: os Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Pankara, Pankararu, Pipipã, Truká, Tuxa e Xucuru, a maior parte deles localizados no sertão do estado. A presença desses povos hoje no território do estado de Pernambuco é a parte mais recente da longa história indígena do médio São Francisco e do Nordeste.

2.3. As Missões no sertão de Orocó

Costa, no livro *'Anais de Pernambuco'* (1983), apresenta uma descrição dos aldeamentos existentes no rio São Francisco, entre eles, os existentes no município de Orocó e no sertão do Cabrobó, cidade que faz divisa com Orocó, onde havia a freguesia de N. S. da Conceição de Rodelas, importante durante esse período para a região.

As atividades missioneiras em Pernambuco se deram do litoral para o Sertão. Jacionira Silva explica que “[...] o espaço indígena no médio São Francisco, quando da chegada do colonizador, era constituído por populações genericamente

denominadas pelos cronistas de Tapuias, Cariris e Tupinaés” (2003, p.160); no entanto, na medida em que nos debruçamos em livros, documentos e relatos, nos deparamos com uma situação bem mais complexa.

Frei Martinho de Nantes, missionário capuchinho que, mais de uma vez, cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo submedio São Francisco, indica três pontos por onde passava, para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco, sendo estes: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuro, Jeremoabo, em águas do Vazabarris, e uma passagem no rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapá, (pela indicação faz referência ser a Ilha de Santa Maria por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapá), como podemos observar em Costa (1983):

Posteriormente fundaram-se mais duas aldeias, uma na Ilha de assunção, e outra na de Santa Maria, que prosperaram tanto, que as suas povoações foram eretas em paróquias e depois em vilas, tendo ambas título nobiliárquico de Vila Real, de grande honorabilidade em sua época (COSTA, 1983, p.40).

A vila da Ilha de Santa Maria ou antiga Arapuá foi criada pelo ouvidor da Comarca das Alagoas, Manoel de Gouveia Alvares; as aldeias existentes nessa vila ou agregadas eram: Coripós, Inhamuns, São Felix, Aracapá, Araripe e Pontal. Todas essas aldeias somavam aproximadamente 668 almas, isso em 1761 (MEDEIROS, 2007).

Houve, posteriormente, um rearranjo das aldeais que foram concentradas em dois aldeamentos, como afirma Medeiros:

Em 13 de maio de 1761, o governador de Pernambuco escreve ao governador interino do Estado Thomas Ruby de Barros Barreto informando que das dez ou doze malocas e índios de corso que havia, fez duas povoações nas ilhas de Assunção e do Irapuá, chamada de Santa Maria, no sertão do rio de São Francisco (MEDEIROS, p.09).

Lima, em sua obra *O Governo das Almas – A expansão colonial no país dos Tapuia 1651-1798* (2004), relata que, durante uma década (1672 – 1682), os capuchinhos permaneceram livres da concorrência de outras ordens religiosas, até a chegada de missioneiros Jesuítas. Conforme descrito por Martinho de Nantes, haviam ficado impressionados com os resultados obtidos pelos capuchinhos nestes

sertões, e espalharam sua fama nos meios públicos da Bahia. Pouco depois, já aparece, na documentação jesuítica o registro de algumas aldeias administradas pela Companhia de Jesus no rio São Francisco.

A imagem dos índios Cariris associados a bravos guerreiros ou sempre associada ao rio São Francisco é uma característica presente nos relatos de Frei Martinho de Nantes de 1706, sobre a região do sertão, assim como também destaca o uso do ambiente aquático que esteve fortemente presente no cotidiano desses grupos, fato que levou, por exemplo, Nantes (1706) a se referir aos indígenas em seus escritos com a bela expressão de “os habitantes do rio”.

O que induziu os indígenas, bem como os missioneiros a optarem por uma moradia nas ilhas e não nas margens do rio São Francisco é para nós um grande desafio, uma vez que inúmeras hipóteses surgem sempre que buscamos uma resposta.

Há vários relatos na historiografia que descreve os indígenas como hábeis navegantes, e como os colonizadores aproveitaram dessa condição, seja os usando-os como guias:

Os índios, nos rios e mares, eram também incomparáveis e conheciam todas as ilhas e furos. Chamados de práticos, eles eram imprescindíveis para as viagens fluviais. Os navios não se aventuravam naquelas águas sem levar consigo algum daqueles tapuias como prático. O conhecimento dos rios e das técnicas de navegação era questão de honra para os índios e chegavam a arriscar a própria vida para não perderem as embarcações. (CARVALHO JUNIOR, 2013, p. 78).

Ou mesmo, copiando-os, como explica Kok, “[...] os paulistas conservaram praticamente intactas as técnicas indígenas de construção de embarcações e de mareagem pelos rios encachoeirados” (2009, p. 97).

Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1893), engenheiro responsável por criar um dos primeiros atlas e relatório concernente à exploração do rio São Francisco, obra de grande relevância para o estudo de todo o trecho do São Francisco, quanto à ilha de Santa Maria Halfeld, afirma:

A Ilha de Santa Maria, esta ultima tem em sua ponta ocidental uma igreja, cahida em ruina e o lado desta, igualmente decahiado um convento e outras casas com columnas de pedra, tudo em ruina e debaixo do mato. Ainda se enterrão os defuntos na mencionada igreja, porem com tão pouca piedade, ue apenas os cadaveres

achão-se cobertos com pouca terra solta, e que exalão um insuportável fedor cadavérico. Aquelle templo foi edificado por missionários da companhia de Jesus. (Halfeld, 1860, p.38).

Não sabemos se as missões que se fixarão nessa região do São Francisco tinham alguma semelhança em relação às missões de outras partes do Brasil, por exemplo, as grandes missões jesuíticas do Rio Grande do Sul. O que podemos destacar é que ela assumiu características próprias para o desenvolvimento de uma economia e uma forma de organização que, provavelmente, se adequou a essas novas condições ambientais que lhes foram impostas. Como afirma Barbosa (2007), ao citar o aldeamento da Ilha de Santa Maria:

Na ilha de Santa Maria, uma capela com devoção a Santa Maria foi construída para a missão que decaiu em 1817, quando, nesse período, ela apresentava um aspecto humilde e população de apenas 160 vizinhos, composta por nativos caçadores, agricultores, isentos de tributos, e as mulheres entregues à indústria de fiação e tecidos de algodão, cultivado na ilha, e ao trabalho da olaria para uso interno e para exportação (BARBOSA, 2007, p.123).

Tal fato nos permite refletir sobre a complexidade das relações que, nesses aldeamentos, se estabeleceram. Cada aldeia com sua particularidade, cada aldeamento com sua particularidade e cada missão com sua particularidade. Buscar compreender todos esses fenômenos dentro de uma mesma lógica seria um grande equívoco.

Quanto ao declínio das missões nas ilhas do São Francisco, muitas medidas para desarticular os grupos indígenas foram tomadas para que as criações de vilas (que, posteriormente, se transformaram nos municípios da região) fossem possíveis. Tais medidas ocorriam desde o início do contato, não se restringindo à criação dos aldeamentos, mas a medidas que, aos poucos, iam proibindo a continuação das práticas indígenas, como mostra Medeiros, 2007.

Entre as medidas a serem adotadas estavam: a proibição das línguas nativas e a obrigatoriedade da língua portuguesa; a proibição da nudez; a obrigatoriedade de morar em casas separadas; o combate ao alcoolismo, a obrigação que os índios tivessem nome e sobrenome, sendo escolhidos para tal, nomes de famílias portuguesas, enfim, toda uma série de medidas no sentido de anular a identidade étnica dos povos indígenas. (MEDEIROS, 2007, p.3)

Mas a expulsão dos missioneiros da região do São Francisco não foi um movimento pacífico, uma vez que disputas para a dominação da terra pela Casa da Torre era o alvo da expulsão. A expulsão dos Jesuítas em outras regiões do Brasil e o sufocamento das missões apostólicas francesas no Brasil no final do século XVII fecham uma era de intensa combatividade nos sertões interiores do Nordeste do Brasil (LIMA, 2004). De acordo com Silva: “[...] a última daquelas aldeias foi a primeira a ser restabelecida no século passado como reserva indígena, a dos Pankararu” (2003, p.164).

Hohenthal relata que a “[...] extinção dos aldeamentos em Pernambuco aconteceu quando só restavam três no São Francisco, Assunção, Santa Maria e Brejo dos Padres” (apud SILVA, 2003, p. 164), tendo sido ordenada em 27 de março de 1872 por aviso do Ministério de Agricultura Comércio e Obras Públicas, órgão que a época, era responsabilizado pela administração das aldeias.

CAPÍTULO 3

ATIVIDADES INTERVENTIVAS – LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO DO ARQUIPÉLAGO DE OROCÓ.

“O que o passado nos legou foram paisagens inteiras humanizadas e não apenas sítios, ou imóveis particularmente notáveis”.

Vitor Oliveira Jorge (2000).

3.1. Atividades interventivas: Como e por que fazer?

Diante dos inúmeros caminhos para se realizar uma pesquisa arqueológica, por que optar por uma forma técnica e, muitas vezes, mecânica de fazer intervenções, quando temos *in situ*, informações históricas que afloram na paisagem como resultado de incontáveis transformações ocorridas durante o longo período de sua intensa ocupação?

Falar em compreender a paisagem soa-nos como algo extremamente íntimo, pessoal e, às vezes, até excludente, mas quem disse que interpretar artefatos coletados e analisados diante de todos os meios de informações contidos em cada sítio também não seria algo extremamente íntimo, pessoal e também excludente?

As perguntas sempre serão maiores que as respostas; no entanto, o nosso desejo de responder às variadas perguntas que fazemos quando nos propomos a realizar uma investigação sobre qualquer objeto, norteia, de certa forma, o caminho das perguntas que faremos. E há quem diga que norteia até o caminho das respostas.

E foi sobre esse rio de perguntas, que descobrimos que além das nossas impressões pessoais sobre tudo com que nos deparamos em campo, e sobre as influências que tivemos como fruto de todas as leituras realizadas na fase inicial da pesquisa, que nos sentíamos a necessidade de buscar em campo aquilo que complementasse ou me nortearia por um caminho ainda não percorrido, para realizarmos talvez o que tenha sido um exercício dialético de interpretação do outro e, sobretudo, de nos mesmos. Pois como já explicitado anteriormente, as escolhas metodológicas partem da forma como o próprio pesquisador compreende e interpreta o mundo.

A realização de um diagnóstico arqueológico interventivo no arquipélago de Orocó surgiu da necessidade de ter acesso a outros meios de informações que não estão dispostos na historiografia, os quais podem ser de grande importância para seguir caminhos ainda não trilhados por aqueles que “oficializaram” parte importante da nossa história. O que podemos ter em mente sobre a cultura material é seu poder como suporte de informação, seja um período com ou sem escrita (COSTA, 2010, p. 12).

Apesar das informações históricas e dos importantes trabalhos desenvolvidos na região, que estudam ocupações indígenas no Nordeste, como o do Historiador Ricardo Pinto de Medeiros, e as pesquisas desenvolvidas pela arqueóloga Gabriela Martin onde as atividades estiveram relacionadas ao projeto de salvamento da construção da Barragem de Itaparica. Essa ressaltou a necessidade de um retorno às ilhas para a ampliação dos estudos iniciados. Nesse sentido, os sítios arqueológicos relacionados às antigas missões precisavam ser identificados e estudados. Por isso a necessidade de realizar um levantamento visando à localização e uma primeira qualificação do seu conteúdo, dialogando com as informações históricas disponíveis. Desse modo, definimos pela realização de um levantamento extensivo e, após estas investigações bibliográficas e prospecções na área, optamos por atividades interventivas.

Nesse sentido, com o trabalho arqueológico buscamos realizar a identificação e o mapeamento dos possíveis vestígios materiais relacionados ao processo de ocupação missioneira no arquipélago de Orocó.

A Arqueologia, por ser interdisciplinar, abre um leque de opções em métodos e técnicas para o desenvolvimento de pesquisas, em especial na linha da Arqueologia Histórica, a qual dispõe de outras fontes de informações para uma melhor compreensão dos contextos estudados.

No que se refere aos procedimentos de campo, o desenho assumido para a realização das atividades práticas esteve pautado em uma abordagem extensiva e não intensiva da nossa área de pesquisa. Isso quer dizer que priorizamos a recobertura de uma área com maiores dimensões, em detrimento de ações de pesquisa que forneçam um maior detalhamento de espaços mais constritos. Para tanto, empregamos uma metodologia assistemática informada, que se caracteriza como a investigação de pontos elencados como de maior potencial, definidos a partir de dados coletados junto à documentação historiográfica primária e

secundária, além da tradição oral coletada junto à população local. As coletas de informações orais ocorreram através de conversas informais com a população e não através de questionário preestabelecidos.

Como bem argumenta Banning (2002, p.29), essa opção é inadequada para a formulação de generalizações sobre a população total de sítios arqueológicos de uma dada região, mas se caracteriza enquanto o modo mais eficiente em geral utilizado para a identificação de sítios específicos, como é o deste projeto, preocupado em discutir os aldeamentos missionários históricos do submédio sanfranciscano.

Nesse sentido, o ponto de partida do levantamento foi a realização do que a historiografia especializada chama de *desktop studies* ou, mais recentemente, *desktop survey* (ROSKAMS, 2001, p.50; DAVID, 2006, p.09). Esse procedimento se caracteriza pela coleta e reunião de informações de diversas naturezas, especificamente aquelas relacionadas com a indicação da presença e respectiva caracterização de sítios arqueológicos na área de pesquisa antes mesmo do desenvolvimento de etapas de campo. Inserem-se aqui, por exemplo, antigos mapas com a localização de ocupações pretéritas ou de estruturas arquitetônicas, referências de cronistas sobre a presença de edifícios específicos ou de áreas de uso, fotos aéreas, etc. Parte desse levantamento já foi apresentado no item da contextualização histórica.

Outra fonte informativa do levantamento esteve baseada na tradição oral coletada junto à população local de Orocó, especificamente, os moradores das ilhas estudadas. Assim, historiadores locais, a exemplo do Padre e historiador Francisco José Cavalcante, representantes dos equipamentos memoriais municipais, foram consultados acerca dos eventuais locais de ocorrência de vestígios materiais que possam estar relacionados à ocupação missionária ou anterior a ela.

Como resultado desta etapa das atividades, foram identificadas nas ilhas de Orocó ruínas de igrejas, capelas, um antigo cemitério indígena (assim identificado pela população) além de diversos materiais cerâmicos dispersos nas ilhas.

A essa proposta, agregamos, ainda, observações de caráter oportunístico relacionadas com a inspeção de áreas que, porventura, apresentem características geoambientais favoráveis à ocorrência de assentamentos humanos ou que apresentem alto grau de visibilidade arqueológica.

O levantamento de superfície é tomado, por princípio, como a técnica mais fundamental de todo levantamento arqueológico regional, confundindo-se com o próprio conceito de *survey* (em português: mapeamento, prospecção). Segundo Roskams, o “caminhamento” caracteriza-se por ser uma das três técnicas mais utilizadas nos procedimentos de descoberta de novos sítios (2001).

A proposta esteve fundamentada na política de mínimo impacto, já defendida pelos organismos internacionais de proteção patrimonial desde, pelo menos, a década de 1970. Nesse sentido, deu-se prioridade para a análise artefactual *in situ*, seguindo a recomendação há muito explicitada por Chapman et al. (1977), de que os dados podem ser coletados sob a forma de informação (registro) e não necessariamente, sob a forma de coleta.

Visitamos, inicialmente, as ilhas com edificações religiosas, a fim de realizar um mapeamento visual da presença, ou não de vestígios arqueológicos, bem como a coleta de informações orais junto aos moradores das unidades insulares. Essas informações, como já mencionado anteriormente, não foram trabalhadas em formas de “entrevistas planejadas”, mas sob a forma de uma conversa livre, com grandes trocas de conhecimento, onde apresentamos o pouco que sabíamos sobre a história do arquipélago, anteriormente pesquisada em fontes bibliográficas, e os moradores nos apresentaram o muito que sabiam sobre essas histórias e nos levaram aos possíveis locais onde elas haviam ocorrido. É importante frisar que, nesta etapa da pesquisa, não houve intervenções ou coleta de material. Entre as ilhas visitadas, está à ilha de São Félix que, atualmente, é uma área de reserva indígena dos índios Truká, e tendo em vista as atividades de pesquisa precisariam de uma autorização da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que levaria um pouco mais de tempo para obtê-la, tornando-se inviável para uma pesquisa de mestrado. Optamos, pois, por excluí-la dos trabalhos de campo seguintes. E por esse motivo, não está inclusa na área de pesquisa, mesmo compondo o arquipélago delimitado para a mesma, e contendo uma importante edificação religiosa do séc. XVII (Prancha 01, p. 70).

A ilha de São Miguel também se encontra dentro de área delimitada para pesquisa, e mesmo contendo uma capela construída provavelmente nesse mesmo período não está inclusa como área de pesquisa (podemos observar a capela na Prancha 02, p. 70), pois, seguindo indicações da população local, optamos por excluí-la por questões de segurança.

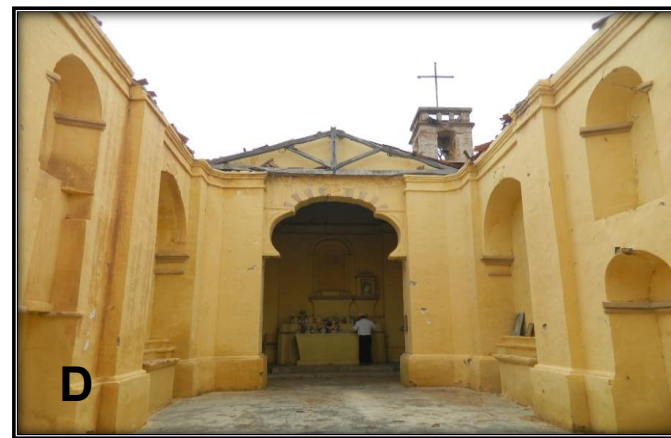
Num segundo momento, desta vez com a participação da equipe de pesquisa, o retorno às ilhas teve um caráter de executar parte importante da pesquisa, que seria escolher em quais delas seriam desenvolvidas as atividades interventivas. Nessa etapa, foram realizadas prospecções em áreas oportunísticas, buscando-se caminhar não só pelas áreas com edificações, as áreas centrais das ilhas, bem como suas margens na tentativa de identificar as áreas de inundações e os limites inconstantes.

As intervenções ocorreram em três ilhas, sendo elas, a ilha de Santa Maria, ilha das Almas e a Ilha de Piraçú. Foram realizadas nas áreas em que, de acordo com as informações orais, já havia ocorrência de materiais arqueológicos, e que estavam associados com materiais em superfície, estes também identificados pela nossa equipe. Sendo assim, tivemos em todas as áreas a junção de informações bibliográficas, relatos orais e inspeções de campo.

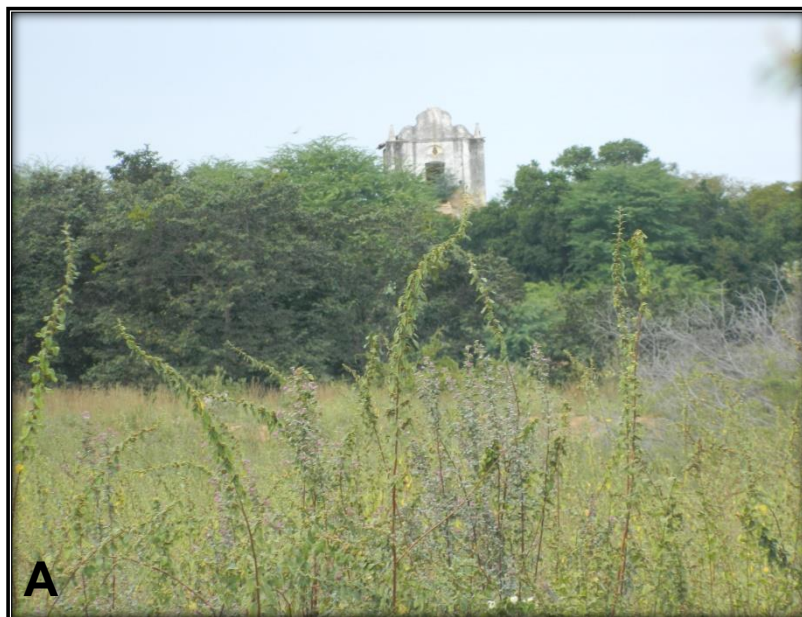
Para a realização das atividades interventivas, tínhamos uma equipe formada pelos arqueólogos Bruno Vieira e Dalina Diógenes, o historiador Augusto Miranda, e o estudante de graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF Flávio Carvalho e, sob a minha coordenação e a do Prof. Dr. Leandro Domingues Duran.

Desse modo, visando à salvaguarda da integridade contextual dos sítios identificados nesta etapa, a coleta de material foi de um universo amostral mínimo, mas de forma sistemática, para que suas informações pudessem ser agregadas àquelas que serão posteriormente adquiridas durante possíveis escavações futuras nos sítios (Plog et al., 1978).

PRANCHA 01 - Igreja de São Félix, localizada na ilha de São Félix no município de Orocó-PE. “Presume-se que seja de meados do século VXII a época de construção do edifício, que é de grande interesse arquitetônico. A planta é retangular formada pela nave e capela-mor, tendo nas laterais da nave dois altares em arcos de alvenaria de tijolos. Ao lado direito da nave, encontra-se a sacristia e, contiguo a esta, um outro ambiente. A torre sineira situa-se ao fundo, ao lado esquerdo da igreja. O interior do edifício encontra-se rebocado e o exterior com tijolos aparente, e verifica-se um estágio de conservação de pré-ruínas. A fachada principal mostra um só plano, ladeado por duas pilastras e dois muros laterais á semelhança de contraforte. Divide-se a fachada em três partes: a primeira até um piso horizontal, contendo a porta de verga reta, cercadura e rodapé em massa. A segunda verifica-se entre o friso e o entablamento, onde se vê uns óculos entaipados. Na terceira, encontra-se três imagens de santo assentadas em pedestais , interligados por uma balustrada. O cemitério encontra-se do lado direito da igreja e à sua frente há um cruzeiro em madeira”. (BARBOSA, 2007, p. 125).



PRANCHA 02 – Capela de São Miguel, localizada na ilha de São Miguel no município de Orocó-PE. De acordo com a população trata-se de uma pequena capela com uma única torre e um corredor central, a mesma se encontra fechada para visitação (Fotografias tiradas da ilha de São Félix).



3.2. Ilha de Santa Maria, Ilha Das Almas e Ilha de Piraçu: Encantos e descobertas em meio ao São Francisco

Atracar o barco nas ilhas do arquipélago de Orocó conteve uma experiência ímpar no sentido de beleza, de compromisso, de curiosidade, de medo e, sobretudo, de encanto. Encanto por estar navegando entre um rio sagrado para todos que assim como eu vivem dessas águas e um enorme fascínio por aqueles que podem ter feito dele o sentido maior das suas existências, por aqueles que se tornaram os “habitantes do rio”.

A paisagem do submedio São Francisco é marcada pelo verde da água do “Velho Chico”, nome carinhosamente dado ao rio São Francisco pelos ribeirinhos e pelo cinza da caatinga e suas ilhas marcadas por longas histórias.

Entre as inúmeras histórias que ouvíamos e aprendíamos todos os dias em campo, e da própria observação in situ, aos poucos, aquele lugar ganhava novos significados, nos levando-nos a refletir sobre os diferentes processos que resultaram na construção da atual paisagem do arquipélago.

As ilhas do São Francisco, de acordo com a historiografia, eram ocupadas por grupos indígenas antes da chegada dos europeus, iniciando, assim, um longo processo de transformação desses espaços em lugares de memórias, identidades e, sobretudo, de resistências. A construção da paisagem resulta dos diferentes processos históricos acontecidos ao longo do tempo.

A vinda dos ‘colonizadores’ junto ao grande avanço da pecuária e agricultura modificaram fortemente a paisagem do médio São Francisco, seja ela no seu sentido natural, social, cultural e humano. Isso se torna cada vez mais notório ao pensarmos em grandes aldeamentos fluviais como o observado na ilha de Santa Maria.

As primeiras intervenções de campo da nossa pesquisa foram na ilha de Santa Maria, por ser a ilha onde havia o maior aldeamento indígena segundo a bibliografia pesquisada, e por conter, ainda que em ruínas, parte edificada dessa história, que hoje nos serve como importante fonte de informação sobre uso e organização destes espaços missioneiros. Essa é uma das maiores ilhas do arquipélago em faixa de terra atualmente em superfície.

As ruínas da antiga igreja de Santa Maria tornaram possível a análise em cota positiva, bem como a realização do registro das edificações em formato 3D,

que foi uma das propostas do registro das edificações do presente trabalho, e a qual realizamos.

Os vestígios edificadas na ilha de Santa Maria compõem um pequeno parque arquitetônico, formado por uma igreja, convento (NANTES, 1979) e uma terceira edificação cuja funcionalidade não foi possível identificar (PRANCHA 03, p. 74). Localização da Igreja, Convento e Ruínas em coordenadas UTM (DATUM-WGS84):

Igreja de Santa Maria	24L 0431602/9043603
Convento	24L 0431581/9043608
Ruínas	24L 0431552/9043552

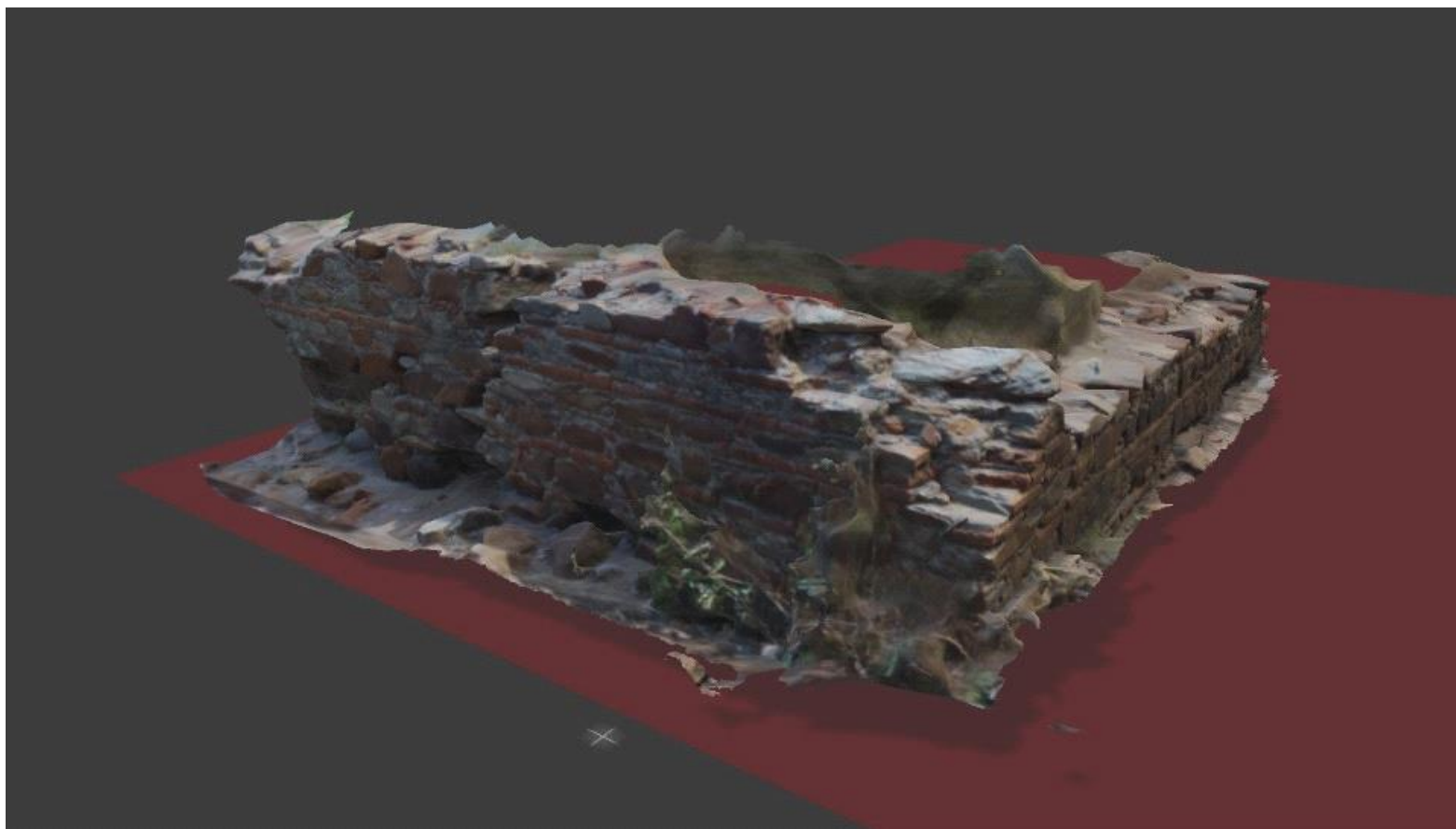
De acordo com a historiografia, essas edificações foram erguidas durante a primeira metade do Sec. XVII, momento que marca a fixação de grupos religiosos com as missões religiosas e, conseqüentemente, a criação de aldeamentos nas ilhas do rio São Francisco.

A construção do convento foi realizada toda em rochas, com uma matéria prima que não está presente atualmente na ilha, e a construção das outras duas edificações são uma junção de rochas e de tijolos de diferentes proporções, que estão presentes do alicerce até as paredes mais altas hoje existentes. As três edificações estão bastante próximas umas das outras como podemos observar na representação em croqui da planta baixa (Pranchas 04-05 p. 75-76).

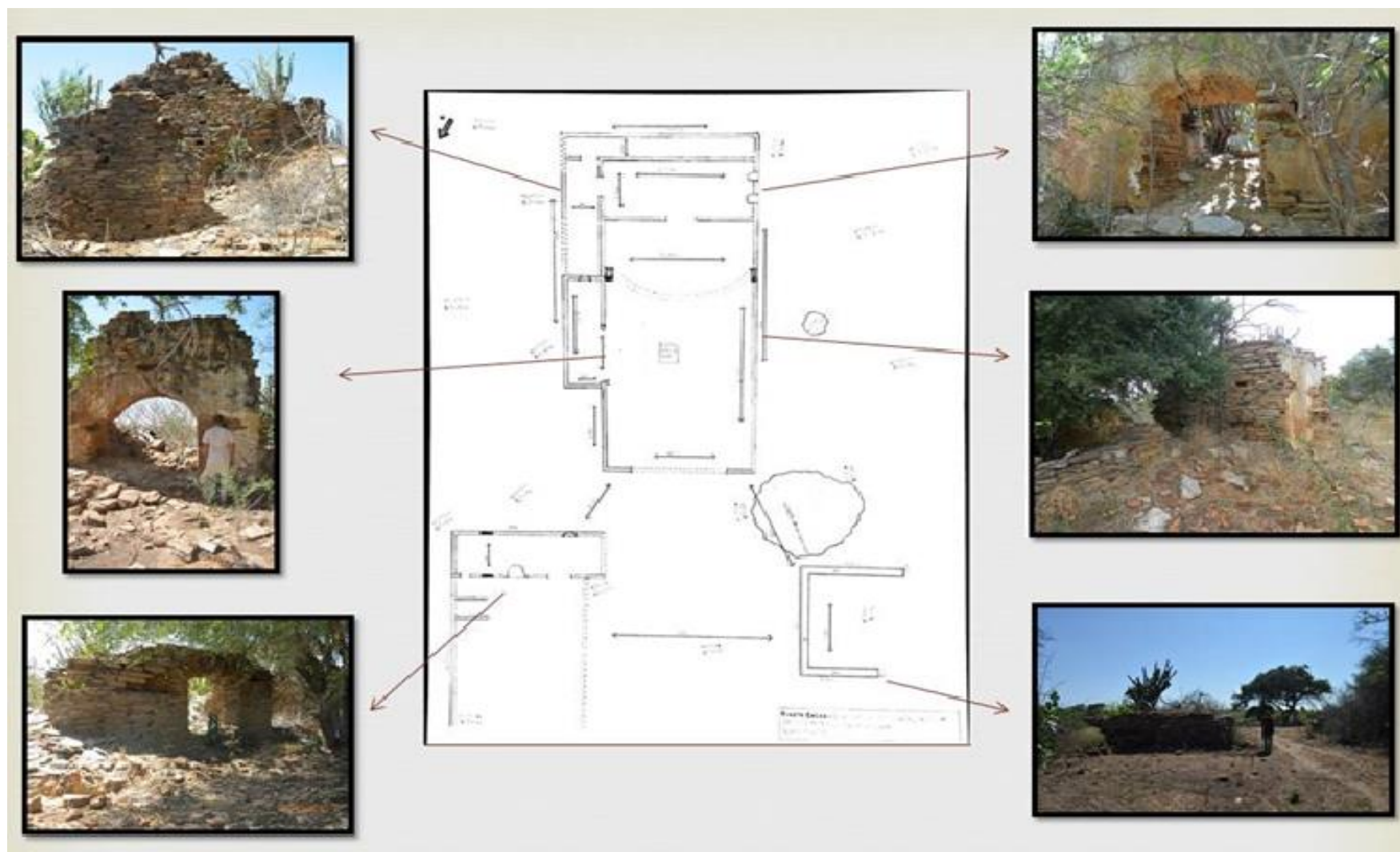
Em superfície, é possível identificar bastante material construtivo, em sua maioria tijolos, provavelmente originários das edificações em ruínas, e fragmentos cerâmicos dispersos na maior área prospectada, além de algumas faianças também dispersas no entorno das edificações.

No arco lateral da igreja, há paredes ainda com rebolco e com pinturas no arco, trata-se de desenhos geométricos, losangos e círculos na cor vermelha, (Pranchas 06-07, p. 77-78).

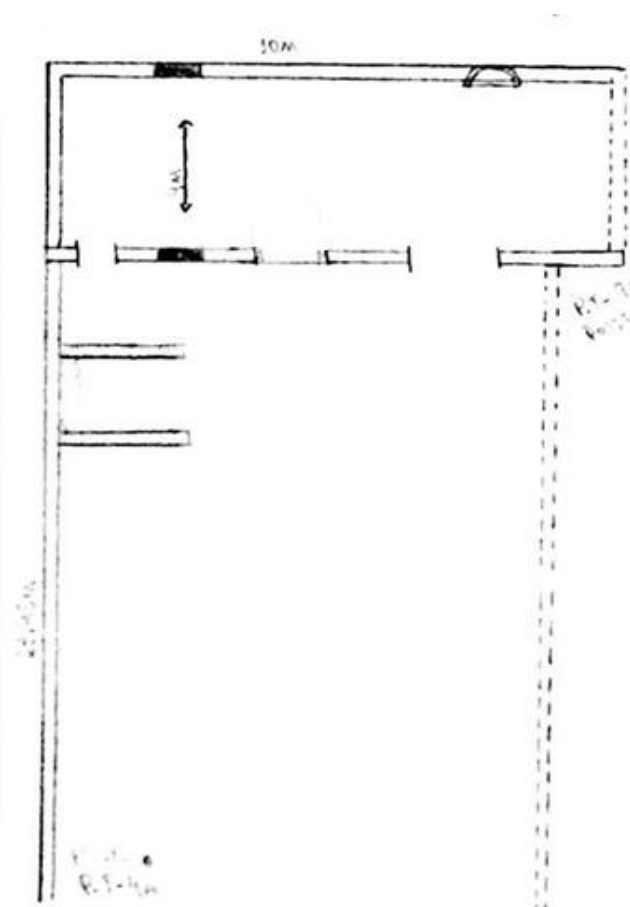
PRANCHA 03 – Representação da ruína sítio Santa Maria, através do software Autodesk 123D Desing.



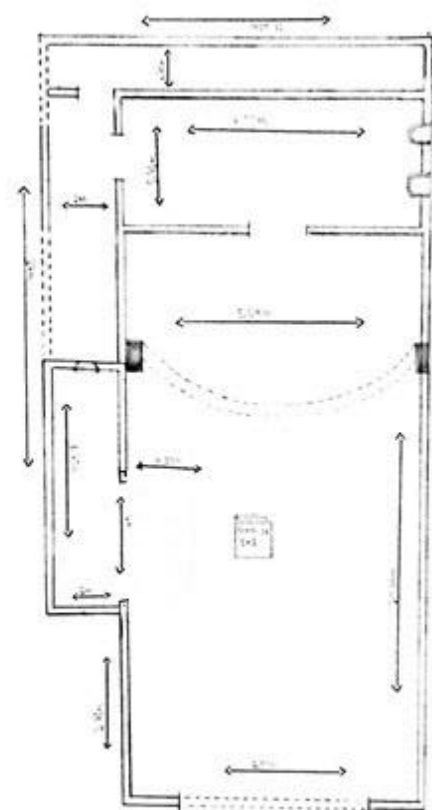
PRANCHA 04 – Croqui da Planta Baixa das ruínas na ilha de Santa Maria: Igreja central, Convento, e ruínas de uma construção cujo o tipo de espaço não identificamos. Orocó-PE.



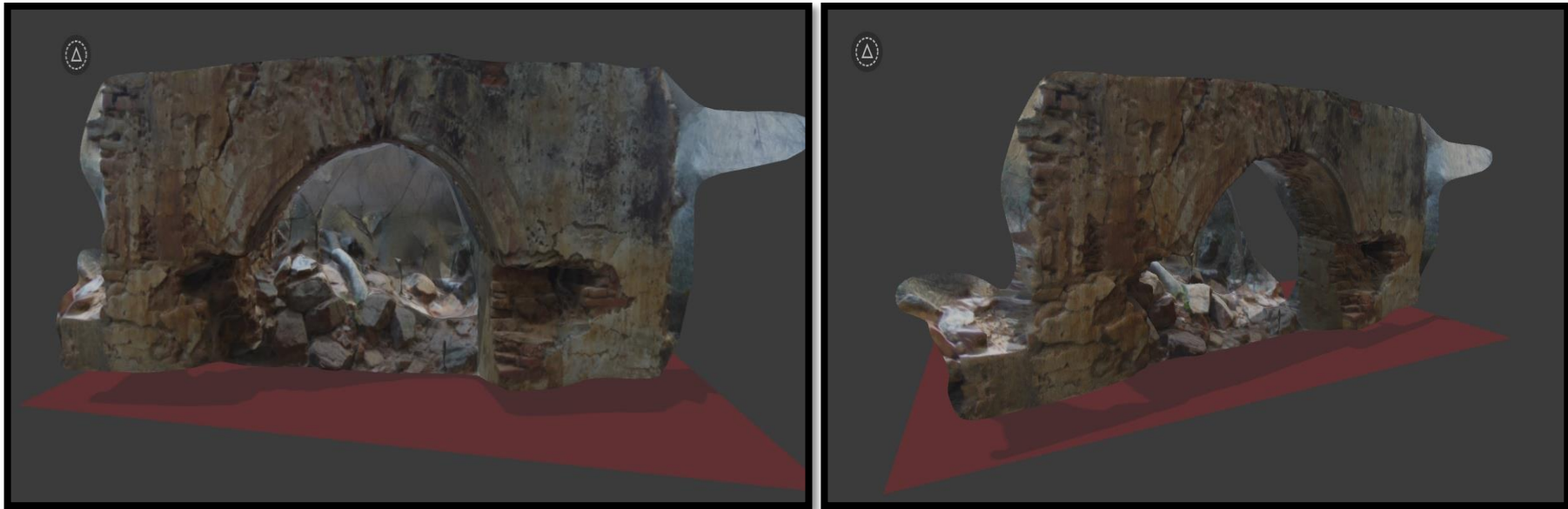
PRANCHA 05 – Ruínas do convento no sítio Santa Maria; cuja a edificação é toda formada pelo encaixe de rochas sobrepostas e seguras por seu próprio peso; não há presença de ligantes entre as rochas.



PRANCHA 06 – Igreja de Santa Maria, arco lateral com decorações geométricas.



PRANCHA 07 – Representação gráfica do arco lateral da Igreja de Santa Maria, através do software Autodesk 123D Desing.



Quanto às intervenções realizadas no sítio Santa Maria, as mesmas tiveram início com a abertura da sondagem 1A, localizada nas referidas coordenadas em UTM: (**Sondagem 1A** - 24L 0431603/9043580 / **Peneira** - 24L 0431603/9043580). A sondagem acima citada foi localizada dentro da ruína da igreja de Santa Maria. (Imagem 01, p. 79).

Imagem 01 – Abertura da sondagem 1A, Sítio Santa Maria.



A partir dos dados coletados com a abertura da sondagem 1A, podemos constatar que há uma grande quantidade de sedimentos dispersos sobre as ruínas, os quais recobrem parte significativa da edificação. Pensando em processo de formação de sítio, as ruínas e a vegetação, que cresceu livremente, aturaram como armadilhas de sedimentos; outro aspecto a ser considerado nesse processo são as cheias do próprio rio, que carregam e depositam sedimentos nessas ilhas fluviais

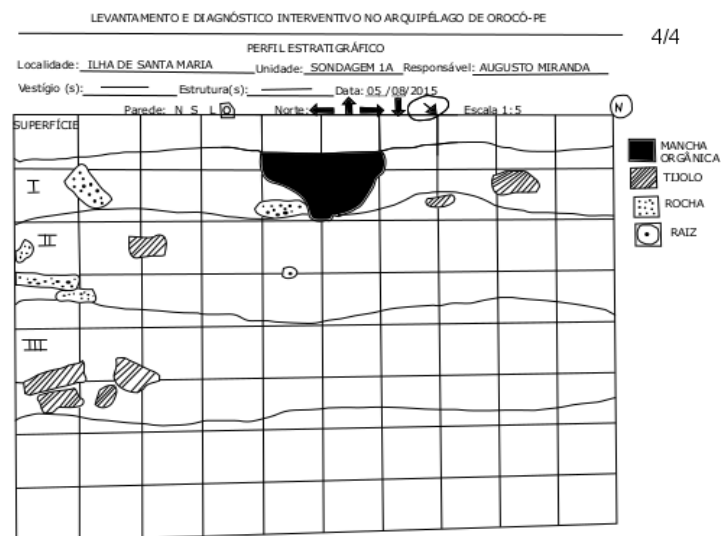
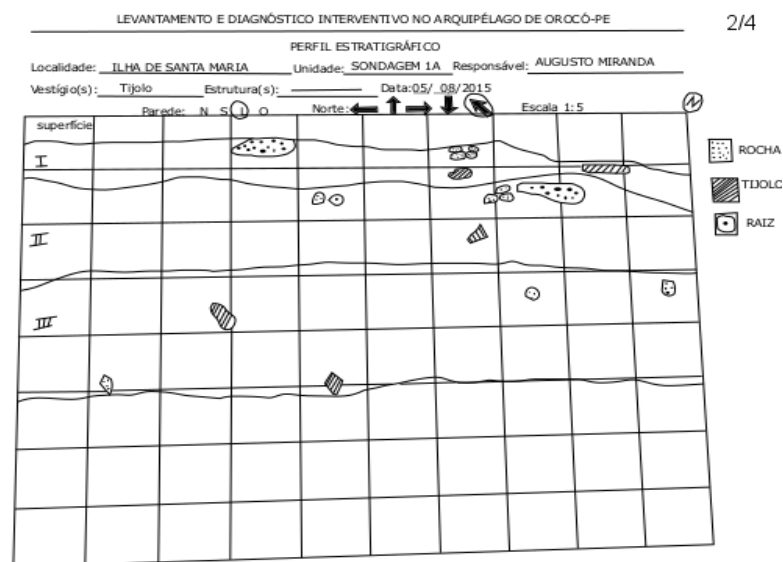
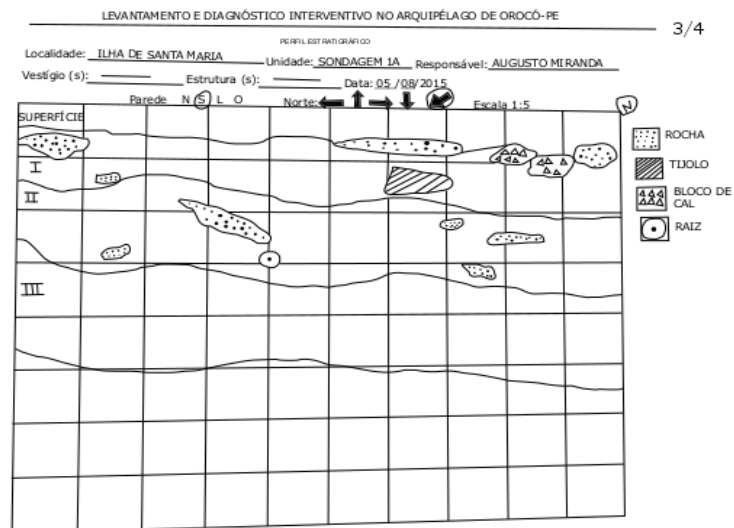
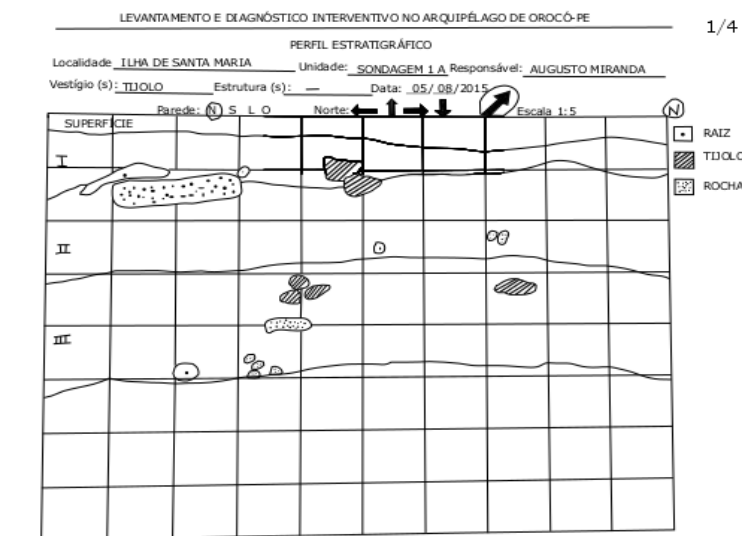
A sondagem 1A obteve as medidas de 1 x 1m e tendo como principal objetivo a tentativa de identificar o piso da igreja; foram escavados 53cm em profundidade, mas não foi possível identificar a estrutura do possível piso. Devido

às limitações de tempo e recurso e diante da complexidade do campo, a escavação da sondagem se limitou a esta profundidade e não até a profundidade de 1m como previa o projeto.

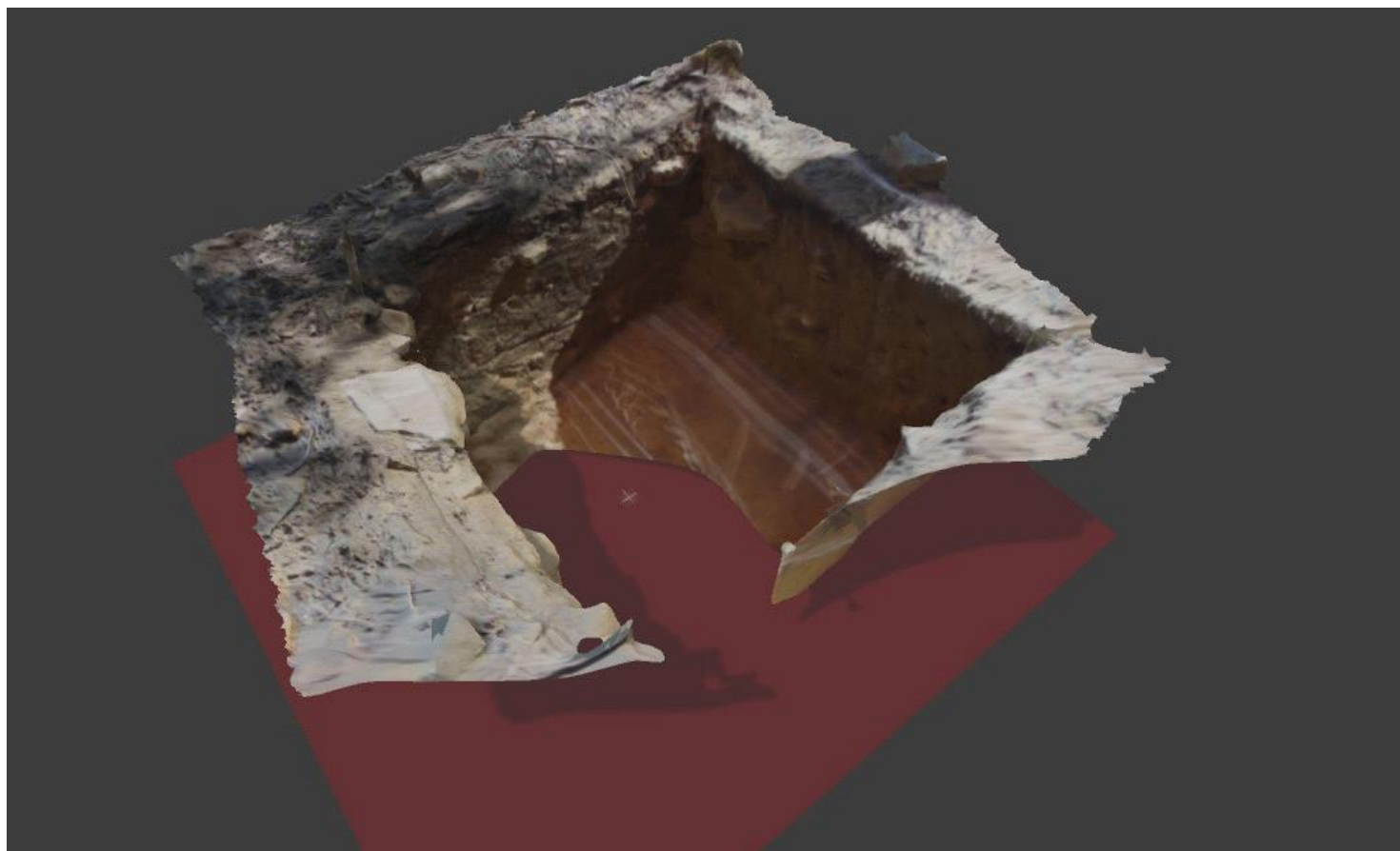
O registro e a abertura das intervenções foram todos acompanhados por níveis de camadas naturais. Na sondagem 1A, a intervenção levou à identificação de três camadas estratigráficas bem distintas (PRANCHAS 08-09, p. 81-82), a primeira com espessura de 6cm, com sedimento de cor cinza escuro, textura arenosa fina e compacta. Nessa camada, foram identificados dois fragmentos de tijolos e uma faiança fina, todos os materiais arqueológicos identificados durante a abertura da sondagem que foram coletados e armazenados. Na segunda camada com espessura de 22cm, de cor alaranjada, o sedimento permaneceu compacto, mas com solo areno-siltoso; foram identificados cinco fragmentos cerâmicos e restos de materiais construtivos, sendo fragmentos de um tijolo e de uma telha. A terceira e última camada escavada com 22cm de espessura, apresentou solo areno-siltoso, com sedimento muito compacto e coloração alaranjada. Nessa camada, identificamos material construtivo e um fragmento vítreo.

Quanto à abertura dos poços testes, esses alcançaram uma profundidade aproximada a 50cm. Dos 16 poços testes, que foram abertos na Ilha de Santa Maria, 10 foram positivos, ou seja, apresentaram ocorrência de material arqueológico, e apenas 06 foram negativos, sem a ocorrência de material arqueológico. (Localização e delimitação do Sítio Santa Maria, p. 83-84).

PRANCHA 08 – Perfis estratigráficos Norte, Sul, Leste e Oeste da sondagem 1A – sítio Santa Maria.



PRANCHA 09 - Representação gráfica dos perfis estratigráficos Norte e Leste da sondagem 1A no sítio Santa Maria, através do software Autodesk 123D Desing.



Mapa 02.

Delimitação do Sítio Arqueológico Santa Maria Localização: Ilha de Santa Maria, Orocó-PE



Delimitação realizada através de prospecções e aberturas de poços testes. (Representada através de imagens do Google Earth).

Projeto: Levantamento e Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Arquipélago de Orocó.

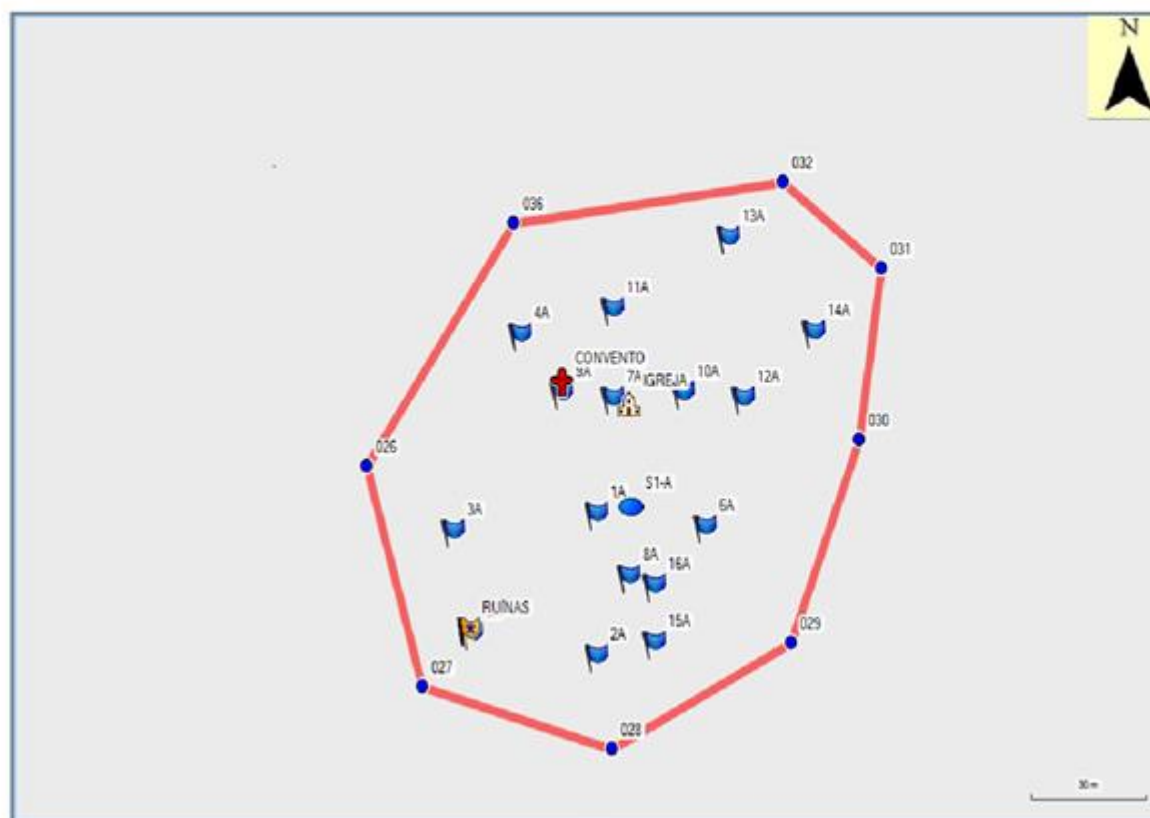
Arqueólogos responsáveis: Leandro Domingues Duran. Jéssica Rafaella de Oliveira.

Mapa 03.

Delimitação do sítio Santa Maria, localização das intervenções e das edificações

Legenda:

- / Delimitação
- Pontos de delimitação
- 🚩 Poços Testes
- 🏰 Ruínas não identificadas
- 🏰 Igreja de Santa Maria
- + Convento



Em sua maioria, os poços testes obtiveram resultados semelhantes, com a identificação de 2 (duas) camadas naturais, com sedimentos que se iniciam na primeira camada com cor acinzentada, passando para alaranjado na segunda camada. O sedimento, em sua maioria, era de compactação friável de textura arenosa fina. Todo sedimento retirado dos poços testes foram peneirados e, após a conclusão das intervenções, foram utilizados para realizar o fechamento dos poços testes.

É importante destacar que a maior concentração de poços testes positivos está localizada na lateral esquerda da igreja, numa área equivalente a um pátio existente entre as edificações. Nessa área, existem bastantes materiais cerâmicos dispersos em superfície, os quais foram deixados no local visando à manutenção da integridade do sítio. Localização dos poços testes em coordenadas UTM (DATUM- WGS84):

Tabela 04 – Localização dos poços teste no sítio Santa Maria.

PT	Localização	Quantidade de Frag.	Camada
1A	24L 0431592/9043578	-	-
2A	24L 0431592/9043546	2 - telhas	1
3A	24L 0431547/9043574	-	-
4A	24L 0431568/9043618	4 - cerâmicos	-
5A	24L 0431553/9043551	5 - cerâmicos	1
6A	24L 0431626/9043575	2 - cerâmicos	1
7A	24L 0431597/9043604	4 - cerâmicos	1 / 2
8A	24L 0431602/9043564	3 - cerâmicas 4 - Faianças finas 3 - ósseos	1/2
9A	24L 0431581/9043605	1 - cerâmico	1
10A	24L 0431619/9043605	-	-
11A	24L 0431597/9043624	1 - telha	1
12A	24L 0431638/9043604	-	-
13A	24L 0431633/9043640	-	-
14A	24L 0431660/9043619	-	-
15A	24L 0431610/9043549	11 - cerâmicos	1
16A	24L 0431610/9043562	1 - faiança fina 7 - cerâmicos	Sup. / 1

As escolhas dos locais para a realização das intervenções resultam das pesquisas realizadas através de informações históricas e relatos orais obtidos junto à população local como explicitado em discussões anteriores.

Apesar das grandes evidências de uma ocupação secular na ilha de Santa Maria, a materialidade observada em superfície pouco se assemelha às identificadas nas ilhas próximas, as quais também foram alvos de atividades interventivas e que serão discutidas na sequência.

Quanto às outras áreas onde realizamos intervenções, o interesse pela ilha Das Almas se deu a princípio pelas informações que foram obtidas em conversas informais com a comunidade, que indicam a presença de vestígios arqueológicos.

A ilha Das Almas não é citada na historiografia pesquisada, ao menos não com esse nome, mas foi uma das ilhas onde mais obtivemos informações de populares, inclusive de relatos de achados arqueológicos como artefatos cerâmicos provavelmente de fabricação indígena e uma possível urna funerária que os agricultores encontraram durante o preparo da terra para o plantio.

O nosso interesse pela Ilha das Almas foi o de evidenciar possíveis estruturas em uma área não marcada por edificações religiosas, mas que está presente na memória da população como uma área de habitação indígena. Essa pode ser uma possibilidade de conhecermos sobre o universo indígena, que não esteja delimitado pelo universo religioso dos aldeamentos missionários.

É possível observar em superfície duas estruturas. Trata-se de pedras enfileiradas paralelamente numa distância de 6m uma da outra, como se houvesse a delimitação de uma área, apenas nas laterais. (Observar a prancha 10, p. 87) que a população identifica como sendo um cemitério indígena.

PRANCHA 10 – Estruturas de rochas localizadas no sítio Das Almas. A população identifica como sendo um antigo cemitério indígena, fato que pode dar significado ao atual nome da ilha – Ilha Das Almas.



A exemplo da unidade insular anterior, foram 10 poços testes, mas, diferentemente daquela, nenhuma das intervenções revelou qualquer evidência de interesse arqueológico. Esse fato chamou a atenção da equipe, tendo em vista não apenas o achado mencionado pouco acima, mas também pela presença de uma grande quantidade de material cerâmico e material construtivo, além de alguns fragmentos de faianças dispersos em superfície.

Localização dos poços testes coordenadas UTM (DATUM- WGS84):

Tabela 05 – Localização dos poços teste no sítio Das Almas.

PT	Localização	Quantidade de Frag.	Camada
1B	24L 0436614/9047015	-	-
2B	24L 0436596/9047031	-	-
3B	24L 0436606/9047048	-	-
4B	24L 0436645/9047077	-	-
5B	24L 0436637/9046984	-	-
6B	24L 0436677/9046986	-	-
7B	24L 0436616/9046979	-	-
8B	24L 0436532/9046998	-	-
9B	24L 0436584/9047051	-	-
10B	24L 0436589/9047023	-	-
Possível cemitério	24L 0436587/9047024	-	-

Quanto ao material cerâmico identificado pelos agricultores, a maior parte dos artefatos identificados foram escavados e coletados por eles que, em seguida, aguardaram a nossa chegada para finalizar a escavação e coleta do material. Ali, pudemos identificar diversos fragmentos cerâmicos com diferentes espessuras e técnicas de manufaturas, sugerindo ser de diferentes vasilhas, (Imagem 02, p. 91). (Localização e delimitação do sítio Das Almas, p. 89-90).

Mapa 04.

Delimitação do Sítio Arqueológico Das Almas Localização: Ilhas Das Almas, Orocó-PE



Delimitação realizada através de prospecções e aberturas de poços testes. (Representada através de imagens do Google Earth).

Projeto: Levantamento e Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Arquipélago de Orocó.

Arqueólogos responsáveis: Leandro Domingues Duran. Jéssica Rafaella de Oliveira.

Mapa 05.

Delimitação do sítio Das Almas e localização das intervenções

Legenda:

- / Delimitação
- Pontos de delimitação
- Poços Testes
- ▲ Concentração de cerâmicas
- X Possível cemitério

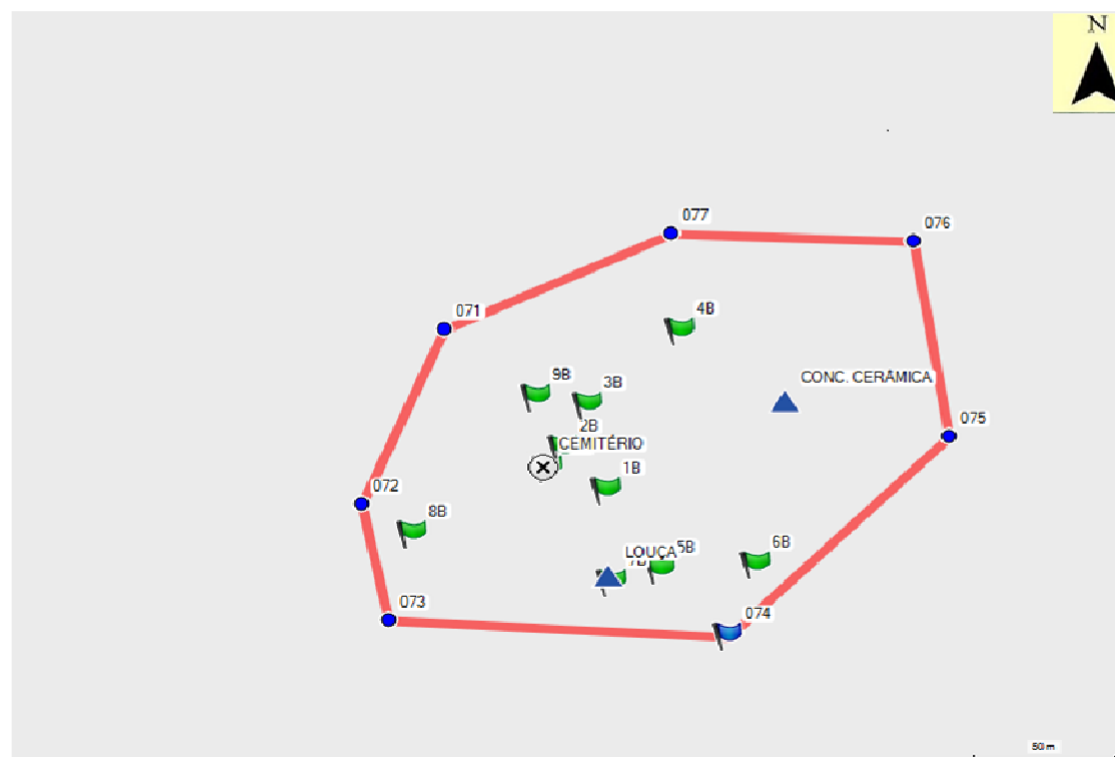


Imagem 02 – Fragmentos cerâmicos identificados na ilha Das Almas, inicialmente escavado por moradores, nossa equipe finalizou a escavação e realizou a coleta.



Vale mencionar, ainda, um outro achado feito por um morador local, o pescador “Seu José” que, durante suas atividades quotidianas desenvolvidas nas proximidades da ilha, recuperou das águas do São Francisco uma espada do tipo ‘rapier’. O artefato foi guardado pelo referido morador que, ao ter ciência das pesquisas, decidiu realizar a doação do artefato para que o mesmo pudesse ser estudado e devidamente incorporado ao acervo a ser preservado na reserva técnica do Darq/UFS. (Imagem 03, p. 92).

A identificação desse material foi de extrema importância e reforça o período de ocupação europeia na região do submédio São Francisco, ainda em meados do século XVIII, pois esse material parece ser de confecção europeia desse mesmo século e veio para o Brasil durante o período de conquista que marca desde o séc. XVI.

Encontrar uma espada nas águas do São Francisco nos remete a várias reflexões, entre elas os inúmeros conflitos que ocorreram durante esse processo de colonização, e quão violentas foram as conquistas das terras dos sertões, e nos impele, sobretudo, a perceber que houve, sim, uma grande resistência indígena à conquista de seus espaços tradicionais.

Imagem 03 – Espada localizada no fundo do rio São Francisco por morador, próximo à ilha Das Almas.



Sobre as estruturas edificadas, a comunidade nos relatou também a existência de uma antiga capela na ilha, próxima à área onde há uma estrutura em pedra e que, segundo os moradores, seria a área do antigo cemitério indígena. Há no local uma grande quantidade de material construtivo disperso em superfície, mas não foi possível observar restos de paredes edificadas ou mesmo de alicerces.

A inserção da ilha de Piraçú como área interventiva foi resultado da proposta do levantamento oportunístico que estávamos desenvolvendo, pois nela foram identificados e escavados, pelos moradores, vários vasilhames cerâmicos.

A partir do que foi dito, fica evidente o reconhecimento acerca da importância desses achados para a população local que demonstra claramente que reconhece a importância dos achados e tem uma grande relação de respeito com as heranças indígenas, ainda hoje, presentes nas ilhas.

Vejamos alguns registros fotográficos realizados durante a escavação da urna funerária pelos moradores da ilha de Piraçú. As fotografias foram feitas pelo historiador Pe. Francisco José Cavalcante, o mesmo que há muito contribui significativamente com os trabalhos de preservação das ruínas das edificações históricas presentes no arquipélago e com estudos do período de contato e de missões no sertão do São Francisco a partir de uma perspectiva histórica. (Imagem 04-05, p. 93).

Ao mesmo tempo em que reconhecemos as ações e o interesse patrimonial da população local pelos achados arqueológicos, a nossa equipe atuou no sentido de mostrar a esses moradores, a importância de se evitar as ações de escavação e coleta de material arqueológico sem a devida participação de um

arqueólogo e como essa forma de perturbação pode levar à perda de informação sobre esse mesmo passado que eles tanto se preocupam em preservar e respeitar.

Imagem 04 – Urna funerária encontrada e escavada por moradores na ilha de Piraçú. (FOTO – Pe. Francisco José).



Imagem 05 – Material ósseo escavado junto à urna funerária localizada na ilha de Piraçú. Todo o material ósseo foi novamente enterrado pelos moradores, em respeito ao indivíduo, no mesmo local. Apenas os fragmentos cerâmicos foram guardados e doados para pesquisa, (FOTO – Pe. Francisco José).



Em consequência desses achados e da quantidade significativa de materiais cerâmicos em superfície, identificamos a área como sítio arqueológico. Na busca de novas informações sobre esse achado, realizamos a abertura de 10 poços testes na área indicada pelos moradores, por próxima ao local em que foram encontrados os fragmentos cerâmicos da urna e das vasilhas que acompanhavam

o enxoval funerário, pois, segundo eles, quando da realização das escavações por eles empreendidas, havia mais fragmentos que não foram coletados.

É possível identificar facilmente fragmentos cerâmicos em superfície, porém dos 10 poços testes, 09 foram negativos e apenas 01 positivo, contendo três fragmentos cerâmicos localizados no início da segunda camada do PT8C. Todos alcançaram a profundidade de 50cm.

Localizados dos poços testes em coordenadas UTM (DATUM- WGS84):

Tabela 06 – Localização dos poços teste no sítio Piraçú.

PT	Localização	Quantidade de Frag.	Camada
1C	24L 0435852/9045113	-	-
2C	24L 0435777/9045075	-	-
3C	24L 0435872/9045073	-	-
4C	24L 0435734/9045058	-	-
5C	24L 0435834/9045032	-	-
6C	24L 0435787/9045049	-	-
7C	24L 0435842/9045114	-	-
8C	24L 0435742/9045010	3 Cerâmicas	1
9C	24L 0435864/9045108	-	-
10C	24L 0435834/9045085	-	-

O fato de a área ser utilizada para a agricultura há bastante tempo, provavelmente, seja o motivo da dispersão de fragmentos cerâmicos em uma grande superfície (Localização e delimitação de Piraçú, p. 95-96).

Mapa 06.

Delimitação do Sítio Arqueológico de Piraçú

Localização: Ilha de Piraçú, Orocó-PE



Delimitação realizada através de prospecções e aberturas de poços testes. (Representada através de imagens do Google Earth).





Projeto: Levantamento e Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Arquipélago de Orocó.

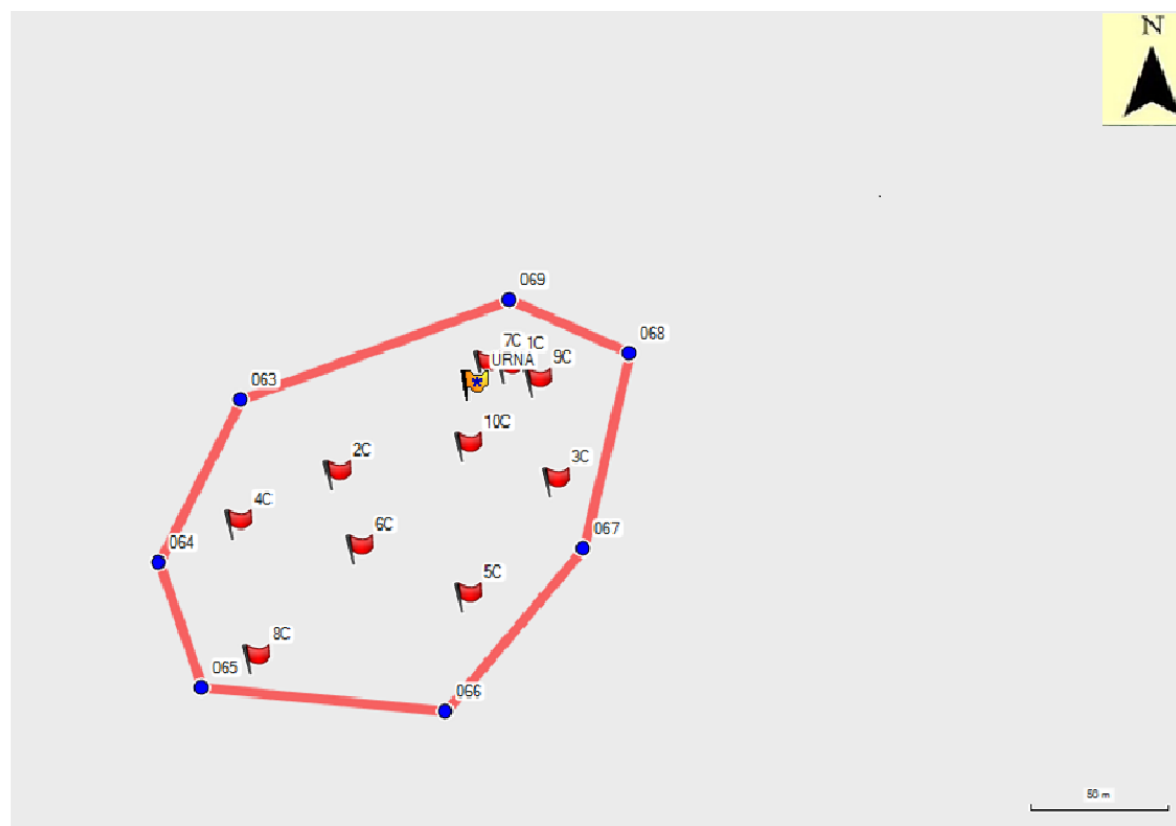
Arqueólogos responsáveis: Leandro Domingues Duran, Jéssica Rafaella de Oliveira.

Mapa 07.

Delimitação do sítio de Piraçú e localização das intervenções

Legenda:

-  Delimitação
-  Pontos de delimitação
-  Poços Testes
-  Urna funerária



De forma geral, os poços testes apresentam um diâmetro de 40cm e 50cm de profundidade. Em sua maioria, pudemos identificar 2 camadas; a primeira, apresenta uma coloração que varia em diferentes tons de cinza, sendo de compactação friável e de textura arenosa fina; a segunda camada com sedimento de coloração alaranjada e textura arenosa fina, de compactação. na maioria das vezes, também friável.

Os poços testes não alcançaram grandes dispersões nas ilhas, por se tratar de áreas agricultáveis; sendo assim, nossas intervenções nos locais mais próximos àqueles onde foram evidenciados os materiais arqueológicos.

De forma geral, a abertura dos poços testes nos permitiu avaliar a dispersão da materialidade principalmente em torno das edificações do Sítio Santa Maria, onde quase todos os poços testes realizados foram positivos, no entanto faz-se necessário atentarmos ao grande revolvimento do solo.

As imagens abaixo mostram a abertura de poços testes nas três ilhas trabalhadas. Todos alcançaram as mesmas dimensões (Imagem 06, p. 97).

Imagem 06 – Poços testes, sítio Santa Maria, Sítio das Almas, Sítio de Piraçú.



O levantamento arqueológico do arquipélago permitiu a identificação e o cadastro, junto ao IPHAN, de três sítios arqueológicos relacionados tanto ao processo histórico da Conquista, quanto ao processo de longa duração da ocupação indígena do submédio São Franciscano.

CAPÍTULO 4

DIVERSAS FONTES DE INFORMAÇÕES HISTÓRICAS: CURADORIA E ANÁLISE DO MATERIAL COLETADO

4.1. Análise dos materiais coletados em campo e algumas interpretações preliminares

Como um momento já previsto da pesquisa, as atividades de curadoria e análise dos materiais coletados em campo foram desenvolvidas no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – DARQ/UFS, que, como instituição endossante do projeto IPHAN, atualmente, também armazena o acervo gerado, em sua reserva técnica.

As atividades de curadoria e análise contaram com o auxílio da nossa equipe de campo, e das importantes contribuições recebidas do fotógrafo André Teixeira e do Professor Fernando Ozório, que, de forma significativa, colaboraram com as análises. Realizamos a limpeza de todo o material coletado, numeração, reconstituição das peças passíveis de serem reconstituídas, registro fotográfico e análises individuais de todos os fragmentos (Imagem 07, p. 98).

Imagem 07 – Análise dos artefatos cerâmicos e registro fotográfico dos artefatos em laboratório.



Por se tratar de um diagnóstico, o qual esteve pautado dentro de uma política de mínimo impacto, a coleta amostral de artefatos se deu basicamente a partir dos materiais identificados durante a abertura das intervenções. Coletamos

em superfície apenas alguns exemplares de material construtivo, notadamente tijolos, bem como alguns fragmentos cerâmicos diagnósticos, os quais possuíam características que foram úteis para as análises. Todos os artefatos coletados em superfície tiveram a sua localização plotada através de pontos de GPS; o mesmo foi feito com o material que recebemos dos moradores, os quais nos levaram nos respectivos locais dos achados onde realizamos o mesmo procedimento, localizando a área com pontos de GPS.

Podemos observar na tabela 07 (p. 99), a quantificação de todos os materiais coletados durante a etapa de campo, sendo compostas pelas seguintes categorias tipológicas:

Tabela 07 – Quantificação dos artefatos coletados em campo. Os artefatos são provenientes apenas dos poços testes e da sondagem 1A, exceto o material doado pela comunidade da ilha de Piraçú.

Fragmentos coletados nos três sítios	Nº de Fragmentos
Cerâmicos	282
Faianças finas	07
Olarias	19 tijolos e 03 telhas
Vítreo	01
Ósseo	57

Como se percebe, a proporção maior dos materiais coletados é de artefatos cerâmicos, seguido do material ósseo e dos elementos construtivos; faiança e vidro; elementos industrializados, aparecem apenas em pequenas proporções. Entretanto, no que se refere ao material cerâmico, a maioria dos fragmentos originados dos poços testes possuem dimensões inferiores a 04 cm, o que limitou, significativamente, a coleta de informações em laboratório. Diante do grande número de fragmentos cerâmicos se comparado aos outros materiais coletados em campo.

Com relação aos artefatos cerâmicos, os que foram passíveis de análise são de confecção acordelada, apresentando queima oxidante incompleta. Os fragmentos em que não foram identificadas essas características são aqueles de pequenas proporções dos quais não obtivemos leituras. Quanto à elaboração da composição da pasta, essa contém, basicamente, mica, areia fina, feldspato,

quartzo e calcário, identificados praticamente em todos os fragmentos. No maior número de fragmentos analisados, pôde-se observar o tratamento de superfície alisado tanto na face interna quanto na face externa.

Identificamos de forma recorrente a presença de fragmentos cerâmicos com o tratamento de superfície externa com engobo vermelho, em dois dos sítios estudados, no sítio de Santa Maria e no sítio Das Almas; em ambos, trata-se de pequenos fragmentos, os quais serão melhor apresentados nas discussões que se seguem.

Quanto aos aspectos decorativos, esses foram observados apenas nos fragmentos que compõem a urna funerária, identificada no sítio arqueológico de Piraçú, a qual possui decoração corrugada. Um fragmento cerâmico com incisão linear simples, localizado no sítio arqueológico Das Almas, que, de acordo com La Salvia e Brochado, trata-se de um tipo decorativo caracterizado por cerâmica com “[...] cortes isolados impressos em uma superfície com espaços lisos entre as incisões” (1989, p. 67). Identificamos também fragmentos de um assador com decoração espatulada, sendo essa decoração “[...] feita desordenadamente com falhas, sobreposições e sem ritmo” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p.48).

4.2. Sítio Arqueológico Santa Maria – Mais que missioneiro, um espaço INDÍGENA

Das intervenções realizadas neste sítio, obtivemos a seguinte quantificação de materiais coletados: 58 fragmentos cerâmicos, 03 fragmentos de telhas, 01 vidro, 19 fragmentos de tijolos, 05 faianças finas, 02 porcelana e 08 fragmentos ósseos que, por sua alta fragmentação e pequenas dimensões, não permitiram qualquer tipo de inferência.

Praticamente, todos os materiais coletados nesse sítio foram provenientes da sondagem e dos poços testes, exceto os tijolos que foram coletados em superfície, junto com os fragmentos cerâmicos diagnósticos.

Podemos observar, na tabela 08 (p. 101), que o maior número de fragmentos cerâmicos não permitiram qualquer inferência, tendo em vista suas reduzidas dimensões.

Tabela 08 – Sítio Santa Maria – Fragmentos cerâmicos

Fragmentos Cerâmicos	Nº de Fragmentos
Borda	07
Corpo	42
Base	05
Tratamento de superfície interno	Nº de Fragmentos
Alisado	54
Tratamento de superfície externo	Nº de Fragmentos
Alisado	39
Engobo vermelho	07
Brunido	08
Total de fragmentos	54

Na sondagem 1A, identificamos bastantes materiais construtivos, caracterizados enquanto fragmentos de telhas e tijolos. As telhas são do tipo capa canal, apresentam uma técnica de confecção artesanal, com cozimento homogêneo por todo o fragmento, e de coloração bege.

Entre a camada 01 e 02, foram identificados, além do material já citado, materiais malacológicos em pequenas quantidades e pequenos fragmentos cerâmicos e de faiança fina.

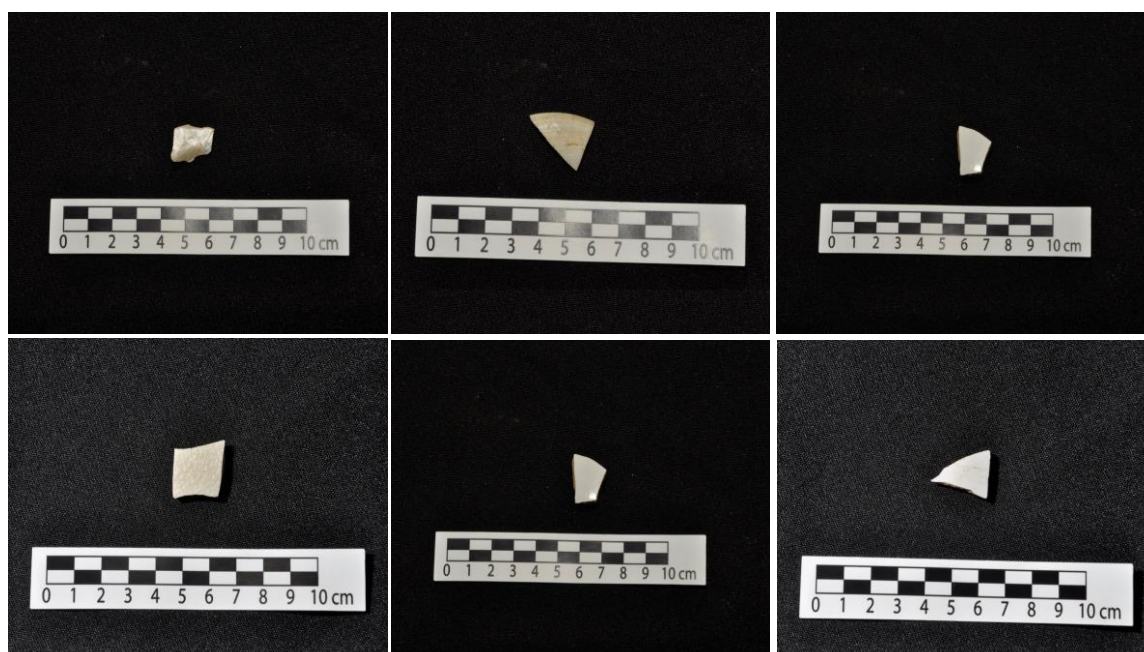
Foram identificados na camada 02 com a profundidade de 14cm, da sondagem 1A, fragmentos cerâmicos que compõem a base de uma vasilha. Após a reconstituição dos fragmentos, pudemos constatar que a mesma possui características de uma vasilha de confecção histórica, de espessura bastante fina com base plana e corpo arredonda de proporção pequena. Na camada 3, identificamos um fragmento vítreo de coloração azulada na profundidade de 49cm; no que se refere a esse fragmento, é preciso tecer alguma consideração. O uso de vidro azul foi muito comum no armazenamento de medicamentos, esse fragmento encontra-se em grande estágio de deterioração, fato que prejudicou uma análise mais precisa, (observar a prancha 11, p. 103).

Provenientes dos poços testes e da sondagem 1A, identificamos pequenos fragmentos de faina fina, (Imagem 08, p. 102). Esse tipo de material é facilmente

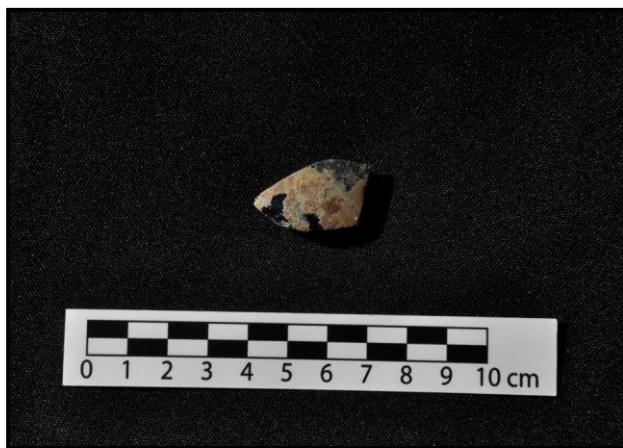
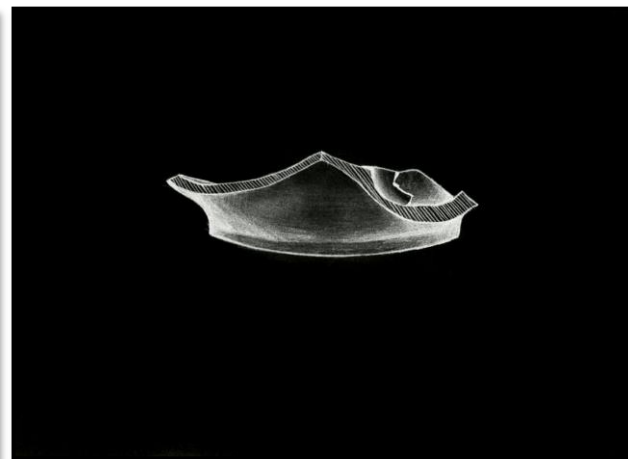
identificado disperso em superfície numa grande extensão da ilha, principalmente no entorno das edificações. Depois, é importante destacar que esse material pode estar associado às ocupações mais recentes e mesmo contemporâneas, presentes na Ilha.

As faianças finas são fragmentos do corpo, com pasta Whiteware, não sendo possível identificar outros elementos de classificação, principalmente pelas dimensões inferiores a 3cm; o mesmo ocorreu com os fragmentos de faianças finas, pois são pequenos fragmentos (CALDARELLI, 2003).

Imagem 08 – Faianças finas coletadas da sondagem 1A e dos poços testes do Sítio de Santa Maria



PRANCHA 11: Fragmentos da base de uma vasilha cerâmica, identificados na sondagem 1A, camada 2 na prof. de 14cm. E um fragmento vítreo coletado na mesma sondagem da camada 3 na prof. de 49cm – Sítio de Santa Maria.



Em superfície da área onde realizamos a abertura do poço teste 16A, identificamos a borda de um prato em faiança fina (imagem 09, p. 104). De acordo com a bibliografia especializada, trata-se de uma faiança com período cronológico de 1795 a 1845. Essas datas coincidem com o período de ocupação missioneira nas ilhas. Tal fato nos leva a refletir sobre a possibilidade de a peça pertencer ao mesmo período dessa ocupação.

Imagem 09 - Borda de prato em faiança fina perolada e branca, no padrão decorativo conhecido como Shell Edged ou Blue Edged. Período cronológico de 1795 a 1845. (CALDARELLI, 2003).



Quanto ao material disperso em superfície, é pertinente destacar a diversidade de tijolos que existem pela ilha, que também apresentam uma confecção artesanal, de coloração bege e com cozimento homogêneo por toda a peça, como observado na prancha 12 (p. 107).

Alguns desses tijolos parecem ter, sobretudo, uma finalidade decorativa. Essa grande diversidade de tijolos reforça a possibilidade de uma importante atividade oleira existente na ilha de Santa Maria, como informado por Barbosa (2007) ao tratar da organização daquela missão religiosa, [...] “as mulheres entregues à indústria de fiação e tecidos de algodão, cultivado na ilha, e ao trabalho da olaria para uso interno e para exportação” (BARBOSA, 2007, p.123). É

notável o grande domínio da técnica de confecção de olarias em especial de tijolos, presentes em toda a construção da igreja e dispersos numa grande área da ilha.

Quanto aos fragmentos cerâmicos coletados dos poços testes, todos foram analisados individualmente independentes das suas dimensões. Entretanto os fragmentos com dimensões inferiores a 0,3cm, que formam a maior parte dos fragmentos cerâmicos que foram coletados neste sítio, não geraram maiores dados.

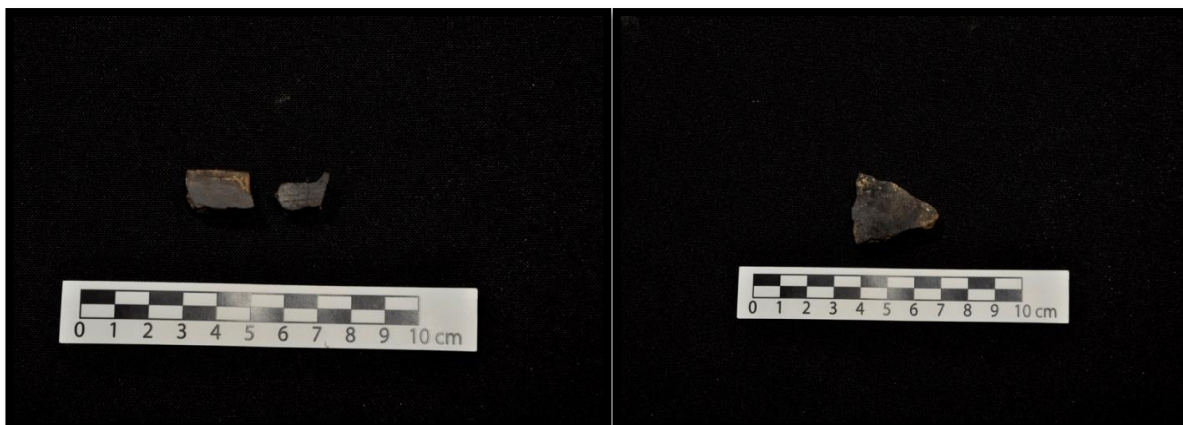
Dos 56 fragmentos cerâmicos coletados, 03 tinham tratamento de superfície com engobo vermelho, (Imagem 10, p. 105).

Imagem 10 - Cerâmicas com engobo vermelho, Sítio Santa Maria, provenientes dos Poços testes 4 e 8. O primeiro fragmento identificado no PT4A camada 1 na prof. de 14cm; o segundo também identificado no PT4A, camada 2 prof. de 50 cm; o terceiro fragmento identificado no PT8A, na camada 2 e na prof. de 50cm.



Além dos fragmentos cerâmicos com tratamento de superfície com engobo vermelho, também foram identificados neste sítio, fragmentos com tratamento de superfície tanto internos quanto externos brunidos (Imagem 11, p. 106).

Imagem 11 – Fragmento de cerâmica brunida localizada no sítio Santa Maria. Os dois primeiros fragmentos identificados no PT16A camada 1, prof. 27cm e o da segunda imagem identificado no PT16A camada 1, porf. 35cm.



Arqueologicamente, o engobo vermelho é atribuído aos povos de origem Tupi e Gê, os quais têm como uma das principais características de confecção cerâmica esse tipo de tratamento crômico.

Tal fato nos leva a refletir sobre uma ocupação Tupi nas ilhas do São Francisco, especificamente em períodos pré-coloniais, já que os mesmos não estão presentes na historiografia missioneira existente acerca destes aldeamentos na região do Médio São Francisco, como mostram as pesquisas desenvolvidas por Lopes (1997) e Martin (2013).

No entanto, não descartamos a possibilidade de grupos indígenas de origem Kariri, exhaustivamente citados na historiografia como ocupantes dessa região durante o período das missões, produzirem cerâmicas com engobo vermelho. Outra possibilidade a ser aventada é a de que grupos tupi também tenham sido trazidos para os aldeamentos, mesmo não sendo incluídos nos registros. Também não descartamos a possibilidade de índios Tupi estarem presentes nas ilhas do rio São Francisco em períodos históricos.

PRANCHA 12 – Variedade de tijolos identificados no Sítio Santa Maria.



A ilha de Santa Maria foi utilizada como área de aldeamento e de catequização dos indígenas. Essas atividades contaram com trabalhos que contribuíam significativamente com a mudança de diversas práticas culturais indígenas e europeias, sobretudo, por se tratar da junção de diferentes grupos indígenas numa mesma área, fato que facilitaria o trabalho missioneiro.

A diversidade de indígenas justifica a diversidade de artefatos cerâmicos identificados no arquipélago, os quais serão melhor apresentados nas discussões que se seguem, mas que tornam a pesquisa arqueológica em aldeamentos ainda mais complexa.

No entanto, mesmo após a criação dos aldeamentos, algumas práticas culturais indígenas podem ter perdurado em áreas próximas aos aldeamentos, no nosso estudo de caso, nas ilhas adjacentes. Como exemplo, podemos citar os índios kaingang, Guarani e Kaiowá que, mesmo após a catequização continuaram suas práticas funerárias longe do aldeamento católico como mostra Amoroso (1998). Inclusive que algumas delas possam ter finalidades específicas como a ilha Das Almas, que há muito é reconhecida pela população como antigo cemitério indígena.

No entanto, faz-se necessário um maior aprofundamento da pesquisa para que essas possibilidades interpretativas sejam melhor elaboradas.

4.3. Ilha Das Almas/Sítio Das Almas ou cemitério indígena?

A ilha Das Almas há muito é conhecida pela comunidade de Orocó como a área de um antigo cemitério indígena, com ocorrência frequente de material cerâmico.

Todos os materiais arqueológicos identificados e coletados no sítio Das Almas, além da existência de pedras enfileiradas está associados a bastante material construtivo. A presente área é identificada pelos moradores como a do antigo cemitério indígena. Por meio das atividades de campo, identificamos uma quantidade significativa de material cerâmico disperso em superfície.

Identificamos, em superfície no sítio Das Almas, pequenos fragmentos de faianças finas *cremware*, pertencentes à faiança fina de pires. Esse tipo de material é facilmente identificado em superfície próxima à área indicada como o antigo

cemitério indígena. Trata-se de faianças finas com técnica de decoração moldada em relevo na primeira peça com motivo trigal na cor branca; na segunda a decoração é impressa por transferência com motivo linear de cor azul celeste (Imagem 12, p. 109). Os dois são fragmentos de borda com decoração na face interna, possivelmente se tratava-se de pires. (CALDARELLI, 2003).

É importante destacar que essa área também é utilizada pelos moradores para intenso plantio de cebolas, fato que leva a uma grande circulação de pessoas e a constantemente revolvimento do solo, podendo esses fragmentos serem o resultado de descartes recentes dos habitantes da ilha.

Imagem 12 – Fragmentos de faianças finas sítio Das Almas



Nesse sítio identificamos o maior número de fragmentos cerâmicos como pode ser observado na tabela 09 (p. 110)

Tabela 09 – Sítio Das Almas – Fragmentos cerâmicos.

Fragmentos Cerâmicos	Nº de Fragmentos
Borda	12
Corpo	129
Corpo com apêndice	01
Tratamento de superfície interno	Nº de Fragmentos
Alisado	142
Tratamento de superfície externo	Nº de Fragmentos
Alisado	131
Engobo vermelho	05
Decoração	Nº de Fragmentos
Inciso linear simples	01
Espatulado (alisado internamente)	06
Total de fragmentos	142

Os fragmentos cerâmicos do sítio Das Almas apresentam tanto similaridades, quanto diferenças em relação àquele conjunto identificado no sítio Santa Maria. Assim, se, por um lado, também foram encontrados fragmentos cerâmicos com a presença de engobo vermelho; por outro, novas formas e padrões decorativos, que não foram encontrados em nenhum outro ponto do arquipélago até agora, surgiram (Imagem 13, p. 110).

Imagem 13 – Fragmentos cerâmicos com tratamento de superfície em engobo vermelho, tanto na face externa, quanto na face interna. Sítio Das Almas.



Lugar de destaque assume os fragmentos de grandes proporções de um assador no sítio Das Almas (Prancha 13, p. 113). De acordo com os moradores da ilha, os indígenas, antigamente, utilizavam esse tipo de vasilhame como uma espécie de tampa para fechar as urnas funerárias, funcionalidade que pode muito bem estar associada ao contexto com que trabalhamos, esses fragmentos são alisados internamente e com decoração externa Espatulada sendo este: “[...] feitos desordenadamente com falhas, sobreposições e sem ritmo” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p.48) e alisado internamente, fragmentos de um assador.

Vale lembrar que a tradição oral classifica a Ilha das Almas como um antigo cemitério, como indica sua própria referência toponímica.

É importante frisarmos que os assadores cerâmicos são um tipo formal recorrente nos conjuntos cerâmicos de origem Tupi, o que parece reforçar a hipótese de uma ocupação pretérita desses povos naquelas unidades insulares do médio São Francisco.

É pertinente destacar que os fragmentos cerâmicos acima citados, encontravam-se associados com pequenos fragmentos ósseos, o que reforça a possibilidade dos fragmentos cerâmicos que foram encontrados associados aos fragmentos ósseos, serem utilizados como urna funerária. Infelizmente, a análise dos fragmentos ósseos não foi possível devido ao baixo grau de preservação (Imagem 14, p. 111).

Imagem 14 – Fragmentos ósseos associados a cerâmicas. Sítio Das Almas.



Outra novidade ficou por conta da presença de um fragmento cerâmico com decoração Inciso Linear Simples, que, de acordo com La Salvia e Brochado, trata-se de uma cerâmica com “[...] cortes isolados impressos em uma superfície com espaços lisos entre as incisões” (1989, p. 67) O mesmo encontrava-se associado com diferentes fragmentos cerâmicos dispersos numa mesma área, não sendo identificado nenhum outro fragmento semelhante a esse durante as atividades desenvolvidas no arquipélago. (Imagem 15, p. 112).

Imagem 15 – Fragmento cerâmico, localizado no Sítio Das Almas.



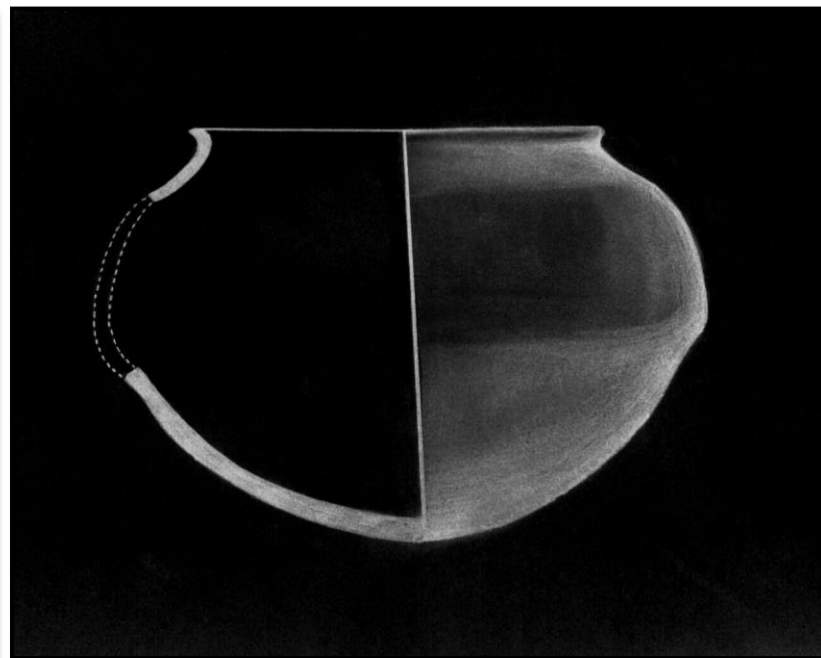
Outro fragmento bastante representativo se caracteriza como parte de uma borda. Apresentando confecção acordelada, com queima oxidante completa, com a superfície interna e externa alisadas, sua morfologia se caracteriza enquanto uma borda direta e inclinação externamente, com lábio arredondado e medindo 22 cm de diâmetro no ábaco de círculos concêntricos. Possivelmente, seja uma vasilha esférica com pescoço como indicado na reconstituição hipotética da Prancha 14, p. 114.

Identificamos em superfície um vasilhame cerâmico, com alça e borda arredondada (Prancha 15, p. 115); pelo contexto no qual se encontrava, possivelmente, o material seja de confecção contemporânea, pois esse tipo de vasilhame cerâmico ainda é utilizado por alguns moradores da ilha. De qualquer forma, é um material bastante relevante porque perpetua uma técnica de confecção de vasilhames cerâmicos que, ainda hoje, está presente entre os moradores das ilhas.

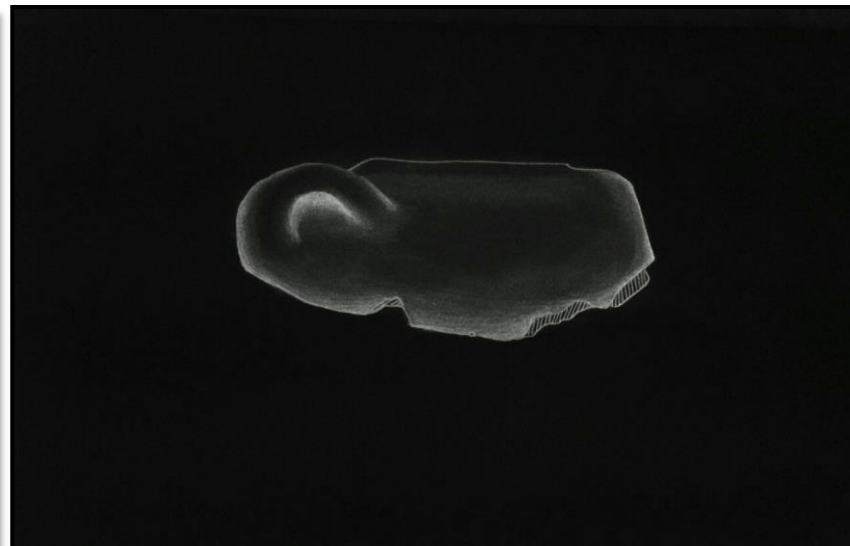
PRANCHA 13 – Fragmentos cerâmicos do assador, identificado no Sítio Das Almas.



PRANCHA 14 – Reconstituição hipotética da vasilha através do fragmento de borda e da base, Sítio Das Almas.



PRANCHA 15 – Vasilha cerâmica, Sítio Das Almas.



4.4. Sítio de Piraçú: Fragmentos de vasilhas cerâmicas, frações da história indígena

Realizar as atividades na ilha de Piraçú se revelou uma grande surpresa, na medida em que essa unidade insular não estava inicialmente definida como uma das áreas a receber intervenções. Como resultado do nosso diagnóstico oportunístico, as informações colhidas junto aos moradores nos levaram a conhecer um novo sítio arqueológico.

Propusemos a realização das referidas atividades interventivas na ilha por se tratar de uma área onde já havia sido identificada pelos moradores uma urna funerária, junto a outros fragmentos cerâmicos.

Curiosamente, dos 10 poços testes apenas um foi positivo, contendo três pequenos, fragmentos cerâmicos, com dimensões inferiores a 4cm. Praticamente, todo o material que temos desse sítio é procedente de doação dos moradores que os recuperaram em suas práticas cotidianas, em períodos anteriores ao desenvolvimento da presente pesquisa. Assim como das outras vezes em que essa situação ocorreu, a opção pelo recebimento desse material pautou-se na política de mínimo impacto adotado pela pesquisa, na medida em que permitiu o acesso a uma amostragem da cultura material ali presente, sem, no entanto, gerar novas perturbações em seu contexto deposicional. (Tabela 10, p. 117).

Praticamente, todo o material foi reconstituído, totalizando em duas vasilhas cerâmicas e três bordas, duas dessas, do mesmo vasilhame, um total de 04 vasilhas.

A vasilha da prancha 16 (p. 118) pôde ser quase totalmente reconstituída. Trata-se de uma vasilha semiesférica, com contorno simples e boca aberta, de técnica de confecção acordelada, de queima oxidante incompleta, alisado tanto na face interna quanto na externa, sendo possível identificar, na composição da pasta, mica, areia grossa e feldspato; borda de morfologia direta, reforçada internamente, de lábio arredondado e de espessura bastante fina.

Tabela 10 – Sítio de Piraçú – Fragmentos cerâmicos

Fragmentos Cerâmicos	Nº de Fragmentos
Borda	26
Corpo	54
Tratamento de superfície interno	Nº de Fragmentos
Alisado	80
Tratamento de superfície externo	Nº de Fragmentos
Alisado	71
Decoração	Nº de Fragmentos
Corrugado	09
Total	80

Esse tipo de vasilha cerâmica associada à prática de enterramento pode ter sido utilizado como uma espécie de tampa para o fechamento da urna funerária, uma vez que essa prática é bastante recorrente em enterramentos indígenas no interior do Nordeste, como já notado no sítio arqueológico Caverna Funerária de Angico, localizado em Bom Jardim, estado de Pernambuco (MARTIN, 2013).

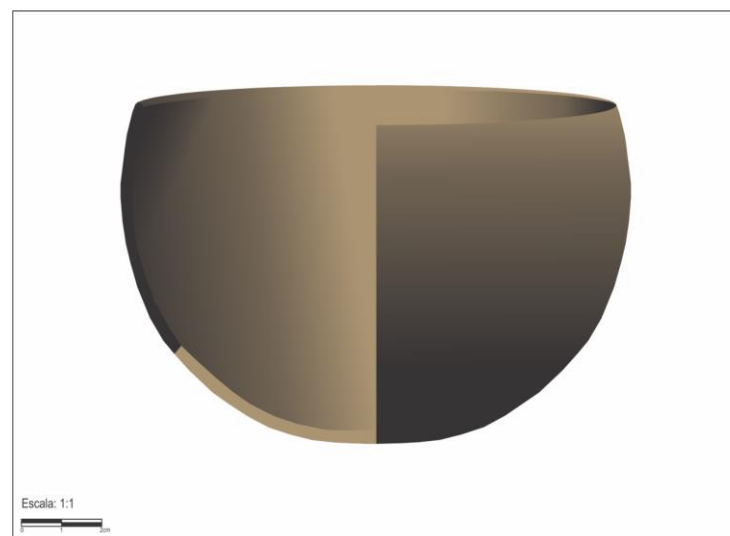
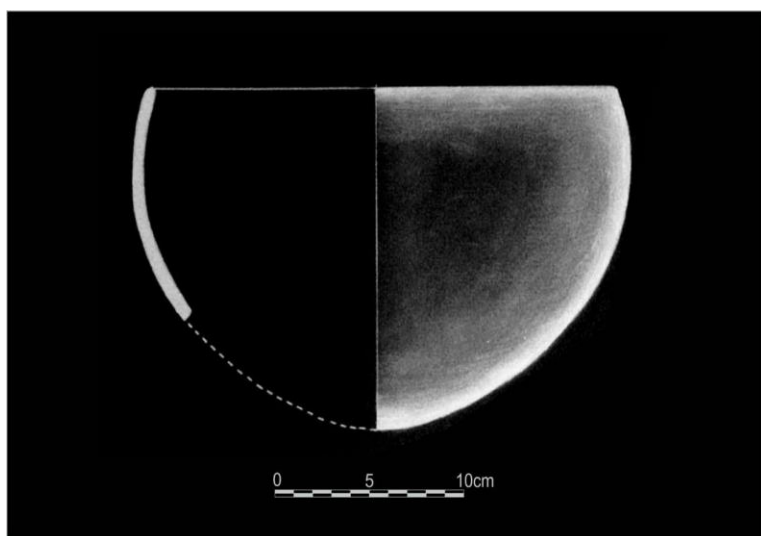
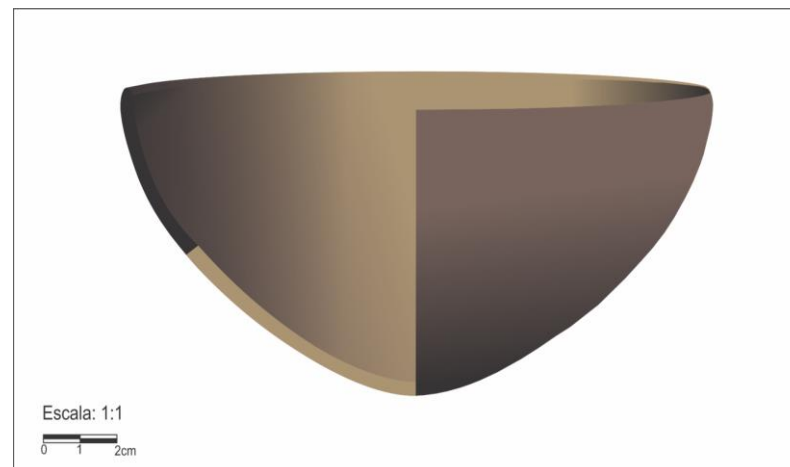
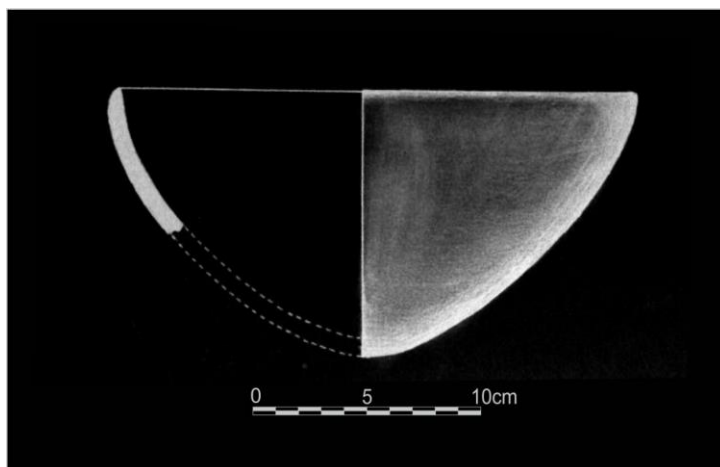
As bordas que podem ser observadas na prancha 17, (p. 119) possivelmente sejam de um vasilhame semelhante ao citado anteriormente, pois possuem morfologia e técnicas de confecções iguais à vasilha, que foi quase totalmente reconstituída.

A vasilha, que foi utilizada como urna funerária, (Prancha 18, p. 120) apresenta uma decoração externa corrugada, e alisada internamente, com borda arredondada, de confecção acordelada e queima oxidante incompleta; é possível identificar na pasta calcário, mica e areia grossa. A mesma pode ter tido outra finalidade de uso e só, posteriormente, ter sido utilizado como urna funerária, como de costume entre grupos indígenas do Nordeste do Brasil (MARTIN, 2013).

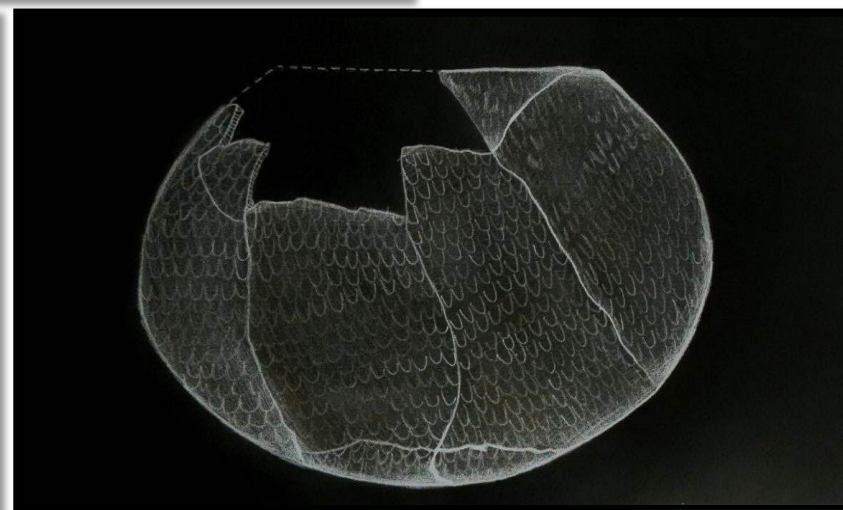
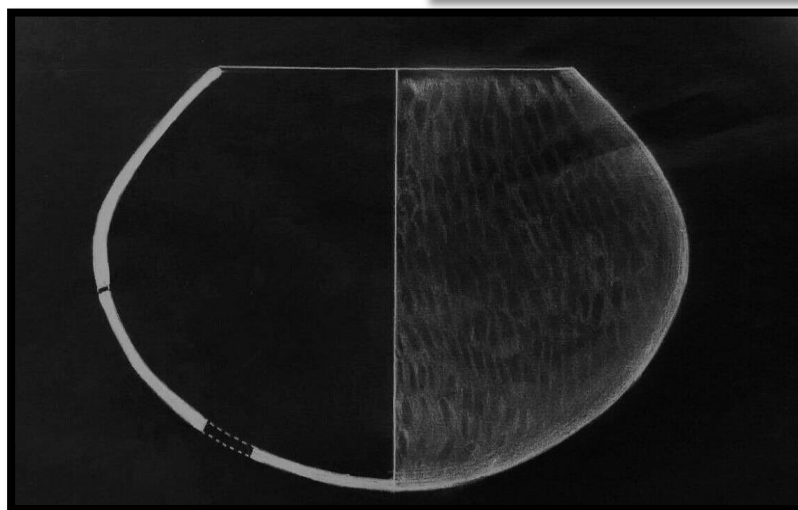
PRANCHA 16 – Reconstituição hipotética da vasilha cerâmica encontrada junto à urna funerária, sítio de Piraçú.



PRANCHA 17 – Reconstituição hipotética das vasilhas através de fragmentos de bordas de duas vasilhas cerâmicas encontradas junto à urna funerária, Sítio de Piraçú.



PRANCHA 18 – Urna funerária, utilizada para um enterramento secundário. Sítio de Piraçú.



Nesse caso, podemos observar facilmente, pelo registro fotográfico realizado pelos moradores durante a escavação da urna, que se tratava de um enterramento secundário, de um indivíduo adulto.

Não foi possível identificar, no registro da escavação feito pelos moradores, se havia algum elemento que compunha o enxoval funerário. Da mesma maneira, nas entrevistas realizadas com os moradores da ilha que realizaram a escavação, nenhum indicou a ocorrência de qualquer outro elemento associado.

De acordo com informações pessoais, o historiador e arqueólogo Ângelo Corrêa, quanto à origem da urna funerária, afirmou tratar-se de uma urna de confecção Tupinambá. Com relação a nossa dúvida acerca de a mesma ser da tradição Aratu, ele afirma que, na tradição Aratu, o corrugado só ocorre em pequenas partes da vasilha, normalmente, na borda, o que não é o caso da urna identifica no presente sítio.

Após as análises, pudemos constatar que se trata de uma urna funerária Tupinambá; possivelmente, seja do período pré-colonial, tendo em vista a já comentada ausência de registro da presença desses povos durante o período histórico, na área em foco.

A identificação desse material nos permite conhecer um pouco mais das práticas de enterramento que eram realizadas pelos índios que habitavam as ilhas do São Francisco, antes ou durante a chegada dos missioneiros na região.

Gabriela Martin (2013) explica as possíveis relações entre as tradições ceramistas e os troncos linguísticos no Nordeste, em que há ceramistas regionais ou locais. Para Martin, tais cerâmicas podem conter os seguintes atributos técnicos: pintado-monocromo, escovado, corrugado, alisado, ungulado, com engobo vermelho ou branco, os quais pertencem a línguas Jê e Cariri. Quanto ao material cerâmico identificado, Ângelo Corrêa (2014) norteou o universo interpretativo desses fragmentos, levantando o grande número de sítios Tupi existentes no estado de Pernambuco, pois como mostra;

[...] Pernambuco reúne um grande número de sítios que combinam elementos emblemáticos do conjunto Tupi norte-oriental e Tupinambá, portanto Proto-Tupinambá, sendo aqui tratada como centro regional nordeste (CORRÊA, 2014, p. 257).

Após as análises, pudemos constatar que muitos dos fragmentos cerâmicos coletados apresentam alguma característica das cerâmicas que são arqueologicamente atribuídas aos povos de origem Tupi. No entanto, de acordo com os estudos realizados, Claudia Oliveira (2009), e citada por Corrêa (2014), afirma ser provável que os Tupis não ocupassem mais o interior do Nordeste até a chegada dos europeus, pois não há registro desses grupos na documentação:

As pesquisas até o momento permitem apontar o Estado de Pernambuco como o limite mais ao sul para os Tupi-Guarani do nordeste, como percebido por Oliveira (2009). Ainda não é claro se as populações responsáveis por estes conjuntos cerâmicos perduraram no interior do nordeste até a chegada dos europeus. O mais provável é que não, pois não são mencionados na documentação, que atribui a ocupação do interior principalmente a grupos Kariri (CORRÊA, 2014, p. 259).

Dos artefatos coletados, a maioria é de artefatos cerâmicos identificados nos três sítios arqueológicos nos quais realizamos intervenções, como destaque para o sítio Das Almas e no sítio de Piraçú.

Alguns desses artefatos cerâmicos podem ter sua origem de produção por grupos de língua de Jê, por sua localização geográfica, como já foi ressaltado por Martin (2013), mas a ausência de estudos não nos permite afirmar tal possibilidade. Pesquisamos acerca da confecção cerâmica de tradição Aratu, bastante recorrente na região Nordeste e pudemos constatar que, dentro dos fragmentos coletados, nenhum se assemelha às características utilizadas para definir a cerâmica Aratu; os mesmos se aproximam significativamente de uma confecção cerâmica de origem Tupinambá.

Ressaltamos a necessidade de maiores estudos acerca dos grupos Jê do Nordeste os quais são exaustivamente citados na historiografia, no entanto pouco se conhece acerca da cultura material por eles produzida.

Nos três sítios arqueológicos estudados, há uma grande diversidade de artefatos cerâmicos; não podemos afirmar que todos eles sejam de origem Tupi, fato que confirma ainda mais a necessidade de ampliação de estudos na região, inclusive na área da arqueologia.

Essa diversidade de material cerâmico reflete, sobretudo, a grande diversidade indígena presente nas ilhas do médio São Francisco em períodos pré-coloniais e presentes nos aldeamentos ali estabelecidos ainda no século XVIII.

Os conjuntos cerâmicos identificados nos sítios apresentam características específicas. No sítio Santa Maria, área do aldeamento, podemos identificar uma cerâmica com fortes características de confecção histórica, sobretudo no fragmento de base identificada na sondagem 1A.

No sítio Das Almas, trata-se de cerâmicas com características de produção Tupi, como é o caso do assador com decoração espatulada, o mesmo pode ter sua fabricação no período pré-colonial, ou podemos pensar também numa ocupação histórica Tupi na região.

No sítio de Piraçú, o conjunto de vasilhas identificadas inclusive à urna funerária, que é de confecção Tupinambá, nada se assemelha aos outros fragmentos cerâmicos coletados nos outros dois sítios acima citados.

A diversidade cerâmica identificada nos faz refletir sobre a complexidade dos grupos indígenas existentes na região em distintos períodos, os quais se fizeram presentes também nos aldeamentos.

5. INTERPRETAÇÕES INICIAIS DE UMA LONGA HISTÓRIA

Falar em considerações finais é algo completamente incabível para este momento, afinal este trabalho nos trouxe muito mais considerações iniciais de uma pesquisa que necessita ser continuada e se distancia significativamente de algo que possa parecer uma conclusão.

No entanto, podemos levantar algumas contribuições e questionamentos que surgiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa, sendo possível compreender o quão complexos eram os aldeamentos fluviais do submedio São Francisco, tão complexo quanto é pensar a condição indígena diante da criação desses aldeamentos.

Os aldeamentos fluviais criados por frades capuchinhos fizeram das ilhas do São Francisco grandes rotas de catequização, catequese essa, que, muitas vezes, esteve pautada no trabalho de uma mão de obra da terra, por pessoas da terra, ou podemos falar em pessoas das águas?

Sim, talvez possamos falar em pessoas das águas, ou como já mencionava Frei Martinho de Nantes em 1706 (1979), "habitantes do rio". A criação de aldeias e aldeamentos em meio ao rio São Francisco e as modificações ocorridas na paisagem seguidas da fixação desses grupos foram um dos questionamentos iniciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quanto aos aldeamentos havia claramente inúmeros interesses em catequizar ou "dominar" esses indígenas, como mostra Almeida (2004):

O expediente de juntar grupos distintos em uma mesma área passível de controle era usual também entre os missionários que coordenavam as missões e, além de diminuir a quantidade de terras destinadas aos índios, devia ser aplicado como preceito para incentivar o esfalecimento social desses grupos, tornando-os mais acessíveis ao controle externo (ALMEIDA, 2004, p. 83).

Como resultados destas pesquisas, podemos hoje citar alguns elementos edificadas que compõem parte dos aldeamentos religiosos. Como mostra Catarina Menezes:

Os usos e funções dos locais públicos estavam em sua maioria submetidos às atividades religiosas. As ruas, por exemplo, eram caminhos que ligavam uma construção religiosa a outra e nelas

eram realizadas festividades e celebrações, como procissões em comemoração aos dias santos ou uma festa para a chegada de um nobre. Não havia praças, inicialmente, mas apenas pequenos alargamentos de ruas, caracterizados pelos largos que também eram utilizados para fins religiosos. Estes espaços consistiam importantes elementos no traçado das vilas e cidades visto que conferiam dinamicidade à malha urbana e foram precursores das praças. Outro espaço bastante representativo, tanto para a Igreja quanto para o traçado urbano, eram os adros, um grande alargamento localizado em frente às igrejas e conventos. Estes espaços eram considerados sagrados e atuavam como extensão das naves das igrejas ou como um espaço de transição entre estas e a cidade. Neles eram realizadas comemorações cristãs e eram proibidas as atividades profanas. Em vários deles há a presença de um cruzeiro reforçando a simbologia cristã. (MENEZES, 2012, p.15).

Entretanto é pertinente destacar que essas características não definem os elementos que, obrigatoriamente, necessitavam existir para que se pudesse fundar um aldeamento.

Alguns aldeamentos como o de Santo Antônio, localizado na ilha de Santa Maria, na presente área de estudo e que, posteriormente foi elevado à categoria de Vila, não obedece a essa lógica de traçado urbano como pôde ser observado. No caso específico, trata-se de aldeamentos fluviais, fundados em meio às ilhas do rio São Francisco, com características próprias de adaptação a esse meio que era exclusivamente indígena, dialogando fortemente com essa paisagem fluvial.

É complexo falar em 'modelos espaciais' para a criação dos aldeamentos diante da diversidade indígena brasileira, diante da diversidade do território brasileiro. Cada aldeamento teve a sua particularidade, adequando-se aos grupos indígenas de interesses. Seria pertinente falar em modelos de aldeamentos se não existem condições adversas ou se tratasse de grupos indígenas com as mesmas práticas culturais, o que não era o caso do Brasil.

Partindo dessa perspectiva, é necessário desconstruir o estereótipo da ordenação ou não do espaço artificial missionário, como algo fixo. A exemplo, a organização das missões na região Sul do Brasil, pouco se assemelha com a organização das missões identificadas nas ilhas do rio São Francisco no interior do estado de Pernambuco.

Acerca da organização desses aldeamentos fluviais, que se estabeleceram nas ilhas do São Francisco, sob condições específicas, incluindo aqui os fatores ambientais, cabem algumas reflexões:

Tivemos um aldeamento numa área inicialmente indígena, que não, necessariamente, obedeceu à lógica de organização, há muito levantada para a criação de aldeamentos, como já citado anteriormente.

Mesmo em outros aldeamentos da Região Nordeste, a exemplo, a missão de Nossa Senhora do Ó na ilha de Zorobabel teve uma organização espacial diferente da missão de Santo Antônio, localizada na atual ilha de Santa Maria. Em Zorobabel, a missão foi erguida no centro da ilha (FERRAZ, 1994) enquanto a de Santa Maria foi erguida próxima à margem do rio, e distante do seu centro, sendo que este não é seu ponto mais elevado, mas sim o mais próximo do rio. Tal fato demonstra também uma importante relação desses missioneiros com o ambiente aquático, remetendo inclusive a uma provável relação de dominação desse ambiente, ou seja, de quem circula pelas águas do São Francisco. Mesmo tendo um contexto semelhante à organização desses espaços, apresentam características diferentes e complexas.

Com relação às missões dialogando com a fluvialidade, podemos observar a edificação de igrejas e capelas em distintos pontos da área do arquipélago delimitado como nossa área de pesquisa, em ilhas relativamente próximas umas das outras. Isso parece indicar uma tentativa de reforçar o controle do espaço fluvial e do próprio ambiente arquipelágico por parte das instituições missionárias. Havia uma relação de predomínio frente a esse ambiente fluvial. Há uma nítida apropriação dessa paisagem indígena pelos missioneiros, que, aos poucos, foram inserindo na paisagem as suas diferentes formas de vivenciá-la.

O espaço fluvial, sendo esse claramente indígena, foi o que propiciou a criação de aldeamentos e de missões com organizações próprias, as quais se adequaram a essa realidade indígena a esse ambiente aquático como próprio instrumento de sobrevivência.

Compreendemos, assim como a historiadora Ione Pereira, que as áreas aldeadas são reflexos de ações mútuas "[...] este espaço não foi resultado apenas da ação de colonizadores, mas, principalmente da ação de vários grupos indígenas que colaboraram de igual maneira nesta produção do espaço" (PEREIRA, 2010, p.804).

Quanto às práticas indígenas com relação ao ambiente aquático, Frei Martinho de Nantes afirma:

Tinha um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam a sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não dava nenhuma importância. (NANTES, 1979, p. 04).

Podemos perceber mais uma vez a importância do rio para esses grupos, uma vez que havia um 'Deus do rio', que era festivamente honrado.

Com relação aos indígenas e à paisagem que os envolve, são nítidas as relações estabelecidas por eles com o ambiente aquático, e, sobretudo, com as ilhas, uma vez que construíram suas aldeias em meio ao rio São Francisco e fizeram das ilhas lugares de significância, incluindo aqui lugares sagrados especializados, como necrópoles.

Para muitos grupos, incluindo os indígenas, a escolha do local para a realização de práticas funerárias se dá em lugares que tenham algum tipo de importância para o grupo ou para quem venha a ser sepultado. Ressaltamos a possibilidade que o mesmo ocorria com os grupos que ocuparam o arquipélago de Orocó.

Entretanto destacamos a necessidade de ampliação do tema para que assim possamos compreender melhor as práticas culturais desses grupos. Mas podemos, de forma cuidadosa, intuir que essa íntima relação dos indígenas com o ambiente aquático deveria ir muito além da sobrevivência.

Quanto ao período missioneiro, necessitamos refletir sobre seu papel como instrumento de colonização e estruturação econômica, livrando terras e criando trabalhadores úteis à produção capitalista.

Quanto à produção de material cerâmico foi algo que veio associado a grandes mudanças estruturais na organização dos grupos indígenas, como mostra Sueli Luna (2003),

A presença de cerâmicas entre as populações pré-históricas veem geralmente associadas ao conhecimento da agricultura, embora essa relação nem sempre obedeça à realidade. Tem-se observado através da etnografia, que grupos em estágio agrícola usaram outros tipos de recipientes para transportar e armazenar e mesmo cozinhar alimentos. [...] A utilização de cerâmica não fica restrita, porém, a finalidade de preparação e armazenamento de alimentos,

sendo utilizada também como objetivo cerimonial, funerário, lúdico e de adorno (LUNA, 2003, p. 69).

Quanto às cerâmicas associadas a práticas de enterramento e identificadas no Sítio de Piraçú, levanta-se a possibilidade de essas práticas ocorrerem em ilhas específicas como seria o caso também da ilha Das Almas, sendo esta conhecida como um antigo cemitério indígena. Podemos até mesmo pensar na existência dessas práticas após a criação do aldeamento de Santo Antônio, na ilha de Santa Maria, uma vez que as outras duas ilhas pesquisadas se encontram geograficamente próximas à ilha de Santa Maria, local do aldeamento.

Quanto à presença da ocupação dos Kariri citados por Frei Martinho de Nantes (1979) como principal motivo para criação dos aldeamentos no sertão do Nordeste, é sabido pela historiografia, como explorado no capítulo II, que eles foram expulsos do litoral pelos Tupis e ocuparam o sertão adentro. Pensar numa expulsão inevitavelmente faz-nos pensar em contatos entre esses grupos, o que pode ter levado a processos de trocas de conhecimento, sejam elas voluntárias ou involuntárias.

De acordo com a historiografia (CUNHA, 1992), os Kariri ocupavam o litoral e, posteriormente, foram expulsos para o interior pelos Tupis. Nesse sentido, podemos conjecturar que isso poderia levar a atribuições de cerâmicas, como exemplo as que possuem engobo vermelho pertencerem também a grupos de origem Jê, uma vez que eles estão presentes em áreas que, historicamente, são citadas como áreas que, em algum momento, tiveram ocupação Kariri e Tupi.

Como mencionado anteriormente, algumas das cerâmicas identificadas através da pesquisa de campo, podem ter sua origem de produção por grupos de língua de Jê, mas a ausência de estudos e os limitantes da nossa própria pesquisa, não nos permitem chegar a qualquer conclusão afirmativa.

O que podemos constatar é que há uma grande diversidade de fragmentos cerâmicos, e que nem todos são de origem Tupi, como podemos afirmar com relação à urna funerária identificada no Sítio de Piraçú, a qual é de origem Tupinambá. Esse achado parece reforçar um processo de ocupação tupi atrelado pelo menos a uma das ilhas do arquipélago de Orocó, que pode ser tanto do período dito pré-colonial, quanto do período da conquista e da instalação das missões nas ilhas do São Francisco.

Não se deve pensar exclusivamente uma técnica de confecção cerâmica atribuída diretamente a um único grupo indígena, uma vez que a compreensão de produção e migração desses grupos é algo bastante complexo e pouco conhecido histórica e arqueologicamente, sobretudo, trata-se de grupos que ocuparam o interior do Brasil.

Com relação às informações históricas e dos relatos dos missionários acerca dos grupos indígenas do interior do Brasil, Lorena Garcia afirma: “[...] esses relatos encontram-se de forma esparsa e caótica, mostrando intensa movimentação e desordenamento dos sistemas indígenas regionais” (GARCIA, 2012, p. 17). Tal fato reforça, mais uma vez, a complexidade dos processos migratórios do interior do Brasil e a forma como essas mudanças estão representadas na grande diversidade da materialidade, ainda hoje, existente, ressalta a necessidade de análises cuidadosas desses contextos arqueológicos.

Quanto a essa migração, Lopes (1997) afirma;

Quando os portugueses iniciaram a prática de escravidão indígena no litoral, alguns grupos de índios tupis também vieram se asilar no Vale do Rio Opara e foram se fundindo ou lutando contra os grupos de Cariris. A natureza do Vale não podia ser de bom agrado, entretanto, fora a que sobrara. Nesta região os Tupis supunham-se livres e longe dos portugueses: um refúgio, como antes também pensaram os Cariris (LOPES, 1997, p. 12).

Acerca da migração indígena para o sertão, precisamos ainda estar atentos aos movimentos migratórios em períodos pré-coloniais os quais podem ter levado, de forma voluntária à inserção desses grupos no sertão através do rio São Francisco. Há, na historiografia, a exemplo nos escritos de Cunha (1992), uma grande migração e ocupação de grupos indígenas por todo o vale do São Francisco, entre eles, os Tupi e os Kariri.

Dialogando a materialidade com uma história de longa duração, podemos identificar três períodos de ocupação no arquipélago de Orocó marcada por diferentes artefatos identificados. Uma primeira ocupação das ilhas no período pré-colonial, o posterior a conquista com a fundação das missões, que perduraram até o século XIX, e um período histórico tardio.

O período de ocupação pré-colonial identificado por meio da presente pesquisa, e marcado pela materialidade, está representado nos artefatos cerâmicos identificados no sítio de Piraçú, a exemplo, a urna funerária de origem

Tupinambá, e os fragmentos cerâmicos identificados do sítio Das Almas e de Santa Maria que podem ter sua origem em grupos de origem Jê.

As ocupações desses grupos em períodos pré-coloniais podem estar associadas ao processo migratório, partindo do litoral para o sertão por vias fluviais. (BROCHADO, 1989).

Período de contato, também marcado pela Conquista militar e representando na materialidade através do rapier identificado próximo ao sítio Das Almas, e toda a sua simbologia que envolve um domínio pela força, o qual está atrelado à própria questão da construção material das missões e a construção espacial que modificou a paisagem indígena por meio da construção de edificações religiosas e demais equipamentos arquitetônicos; que datam desse mesmo período em meados do século XVIII.

O Período Histórico tardio, foi marcado nos fragmentos de faianças finas, o que indica a extensão do avanço capitalista e a abertura de mercados consumidores em locais tão distantes dos centros produtores, como são as ilhas do arquipélago do rio São Francisco em pleno Sertão.

A obrigatoriedade da continuação desta pesquisa está marcada também pela recente descoberta de duas novas urnas funerárias, as quais possuem as mesmas características da urna citada no capítulo anterior, e que também foram encontradas pelos moradores da ilha de Piraçú na área compreendida como sítio Arqueológico.

As urnas encontravam-se no mesmo contexto em que os outros artefatos cerâmicos foram identificados no referido sítio. Assim como a anterior, essas urnas foram encontradas pelos moradores em suas atividades rotineiras por meio do preparo da terra para plantio. O material citado se encontra em processo de análise, e quando analisadas, as urnas poderão trazer algumas das respostas que estão em aberto, em especial quanto a uma ocupação Tupi nas ilhas do médio São Francisco em períodos pré-coloniais.

Nesse sentido, faz-se necessário um universo maior e mais profundo de pesquisas a serem desenvolvidas nas ilhas do São Francisco para que se aprimorem as ideias iniciadas aqui.

Chamamos atenção para uma Arqueologia missioneira que dialogue fortemente com a história dos indígenas, a qual os inclua como agentes ativos na formação dos aldeamentos e não mais como agentes passivos diante de todas as

mudanças ocorridas frente ao processo de colonização, e ativos, sobretudo, na formação da nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. v. 1. São Paulo: Atelié editorial, 2003.

ALMEIDA, L. S. **Índios do Nordeste: Temas e problemas 4**. Maceió: Edufal, 2004.

ANCHIETA, Pe. J. de. **Textos históricos**. v. 9, São Paulo: Edições Loyola, 1990.

ARRAES, E. Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitanias do norte. **Revista Pós**, São Paulo, v. 21, n. 36, p. 84-100, dez. 2014.

AMOROSO, M. R. Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do império: diálogos da ordem menor dos frades capuchinhos com a história natural. **Revista de História**, São Paulo, p. 271-301, 2010.

_____. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p.101-114, Jun. 1998.

APOLINÁRIO, J. R. **Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão** “necessária, urgente e inadiável. São Paulo: Anpuh, 2011.

BANNING, E. B. **Archaeological survey**. New York: Springer, 2002.

BARBOSA, B. F. **Paranambuco: Poder e herança indígena**. Recife: ed. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BRAGA, M. **Breve história da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

BROCHADO, J.P.A. A expansão dos Tupi e da Tradição Policrômica da Amazônia. Dédalo, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 9, p. 17-18, 1989.

BROCHADO, J. P. A.; LASALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura, 1989.

BOOMERT, A.; ALISTAIR J. B. Island archaeology: in search of a new horizon. **Island Studies Journal**, Leiden, v. 2, n. 1, p. 3-26, 2007.

BURTON, R. **Viagens aos planaltos do Brasil**: Rio São Francisco. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

CALDARELLI, S. B. **Arqueologia do Vale do Paraíba paulista**: SP-070, Rodovia Carvalho Pinto. São Paulo: Dersa, 2003.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 69-99. jan/jun. 2013.

CISNEIROS, D. Práticas funerárias na pré-história do Nordeste do Brasil: uma apresentação metodológica. **Revista Clio Arqueológica**, Recife, n.20, p.171-207. 2006.

CHAMORRO, G. Contribuições para a história indígena contemporânea. **Revista História em Reflexão**, Dourados, Vol. 3, n. 6, jul/dez. 2009

CHAPMAN, R. C. et al. Survey of Cochiti Reservoir: methodology. In: BIELLA, J. V.; CHAPMAN, R. C.. **Archeological investigations in Cochiti Reservoir, New Mexico**. Volume 1: A survey of regional variability. Albuquerque: University of New Mexico, 1977. p.173-200.

CHIAROTTI, T. M. O Patrimônio Histórico Edificado como um Artefato Arqueológico: uma fonte alternativa de informações. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319. jul/dez. 2005.

CORRÊA, Â. A. **Pindorama de mboia e îakaré continuidade e mudança na trajetória das populações tupi**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2014.

COSTA, F. A. P. da. **Anais de Pernambuco**. Recife-PE. FUNDARPE. 2º ed, 1983.

COSTA, D. M. Arqueologias históricas: Um panorama espacial e temporal. **Revista Vestígios**. v. 4, n. 2, p. 01-34, jul/dez. 2010.

CUNHA, M. C. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, E. M. C. da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino (1759–1798)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

DAVID, A. Finding Sites. In: BALME, J.; PATERSON, A. **Archaeology in Practice: A student Guide to Archaeological Analyses**. Ed. Blackwell Publishing Ltd, 2006. p.01-21.

DEAGAN, K. Líneas de investigación em arqueología histórica. **Revista Vestígios**. v. 2, n. 1, p. 63-93, jan/jun. 2008.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURAN, L. D. **Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008.

EVANS, C.; MEGGERS. B. **Guia para prospecção arqueológica no Brasil**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1965.

FERRAZ, M. do S. Missões religiosas no médio São Francisco: Uma abordagem histórica. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, v. 8, p. 335-340, 1994-95.

FLEMING, A. Post-processual landscape archaeology: a critique. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 16, i, 03, p. 267-280. Out. 2006.

FUNARI, P.P.A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: ZARANKIN, A.; SENADORES, M. X. (orgs). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002. p. 107-116.

_____. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 08, n.18, p. 131-153. dez 2002.

_____. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. **Revista de História Regional**, Campinas, v. 6, n.2. p. 35-41. 2001.

GADAMAR, H. **Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 3ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GARCIA, L. L.W. G. **Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins. A ocupação Tupi no Cateté**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

GREENE, K. **Archaeology: An Introduction**. 3º Ed, London: Atsford Ltd, 1999.

GONÇALVES, E. L. **OPARA – Formação Histórica e Social do Submedio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

HALFELD, H. G. F. **Relatório concernente a exploração do rio São Francisco:** desde a cachoeira a Pirapora até o Oceano Atlântico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Empresa das Arte, 1860.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HODDER, I. **Theory and practice in archaeology.** Routledge. 2004.

JONES, S. Categorias históricas e a práxis da identidade: A interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, P.P.A.; ORSER, C.; SCHIAVETTO, S.N. de O. **Identidade Discurso e Poder: Estudos da arqueologia contemporânea.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 27-43.

JORGE, V. O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura.** Lisboa: Id. Instituto Piaget, 2000.

JOHNSON, M. Rethinking historical archaeology. In: FUNARI, P. P. A.; HALL, M. JONES, S. **Historical archaeology:** Back from the edge (One World Archaeology 31). Routledge, 1999. p. 23-36.

_____. **Teoría arqueológica. Una introducción.** Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

_____. Concepções de agência em interpretação arqueológica. **Revista Vestígios.** v. 4. n. 2, p.149-173, jul/dez, 2010.

KERN, A. A. **Arqueologia Histórica Missioneira.** Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1998.

_____. O impacto das práticas missionárias nas missões jesuítico-guaranis: da aldeia guarani ao núcleo urbano colonial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH.** São Paulo, 2011.

_____. Do pré-urbano ao urbano: a cidade missioneira colonial e seu território. **Cadernos IHU Ideias.** São Leopoldo: Unisinos, v. 5, n. 80, p. 2-23, 2007.

LEFÈVRE, H. **Introdução à modernidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

LIMA, M. G. **O Governo das Almas, A expansão colonial no país dos Tapuia. 1651 – 1798.** Tese (Doutorado em História). Ed. Leiden - Universiteit Leiden, 2004.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. v. 1, n. 1, p. 225-262, jan. 1993.

_____, T. A. O papel da Arqueologia Histórica no Mundo Globalizado. In: SENATORE, M. X. e ZARANKIN, A. **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Ediciones Del Trident (Colección Científica), 2000. p. 117-127.

LOPES, P. R. do C. **A colonização portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

LUNA, S. Sobre as origens da agricultura e da cerâmica pré-histórica no Brasil. **Revista CLIO – série arqueológica**. Recife: v. 1. n. 16, p.67-77. 2003.

MARQUARDT, W. H. Dialectical archaeology. In: SCHIFFER, M. B. . **Archaeological method and theory Vol 4**. Springer, 1992.

MARTIN, G. **“Carta” arqueológica da região de Itaparica – Pernambuco**. Recife, 2005.

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F.. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Ed. Edipro - Edição comemorativa dos 150 anos, 1998.

_____. **A Ideologia Alemã**. Capítulo 1, 2005. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>, acesso em: 22.02.2015.

MACGUIRE, H. H. Edificando el poder en el paisaje cultural dem condado del broome, Nuevo Yorke. **Revista Vestígios**. v. 2. n. 2. p. 59-77. jul/dez. 2008.

MEDEIROS, A. P. G. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. **Revista Urutágua**. n. 21. mai/ago. 2010

MEDEIROS, R. P. Política indigenista do Período Pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América Portuguesa. In: Oliveira, C.M.S; Medeiros, R.P.M. (Org.). **Novos Olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 125-159.

_____. História dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: problemas, metodologia e fontes. **CLIO. Série Arqueológica** (UFPE), Recife, v. 1, n.15, p. 205-233, 2002.

_____. Participação, conflito e negociação: principais e capitães-mores dos índios na implantação da política pombalina em Pernambuco e capitanias anexas. In: **XXIV Simposio Nacional de História**, 2007, São Leopoldo-RS. Anais - XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 01-09.

_____; MUTZENBERG, D. Cartografia histórica das relocações indígenas nas ilhas do Submédio São Francisco no período pombalino. **Revista Ultramares**, v. 05, p. 01-19, 2014.

MENEZES, C. A. O franciscanismo na arquitetura e na cidade. Uma análise dos conventos de Santa Maria Madalena (Marechal Deodoro) e Nossa Senhora dos Anjos (Penedo)-Alagoas. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo 10.1**, 2012.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

MITCHELL. D. Cultural landscapes: the dialectical landscape – recent landscape research in human geography. **Progress in Human Geography**, v. 26. n. 3. p.381-389. 2002.

MILANI, E. de M. **Arquitetura, luz e liturgia**: um estudo da iluminação nas igrejas católicas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - programa de pós-graduação em arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 1ª Ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.

_____. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adalto (org.). **A Outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Tupis, **Tapuias e Historiadores**; Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia – IFCH Unicamp, Campinas, 2001.

NANTES, Pe M. de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução e Comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional – MEC, 1979.

NAJJAR, R. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan/abr. 2011.

ORSER JR, C. **Introdução a arqueologia histórica**. (Trad. Pedro Paulo Funari). Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros, 1992.

_____. Rumo a uma arqueologia histórica global. **Revista Vestígios**. v. 6, n. 2, p. 185-215, jul/dez. 2012.

_____. Estratégias para uma arqueologia da auto-libertação. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, jan/jun. 2014.

PALLASMAA, J. Space, Place, Memory and Imagination: The Temporal Dimension of Existential Space. In: TREIB, M. **Spatial Recall: Memory in Architecture and Landscape**. Routledge, 2007. p. 16-41.

PASQUALE, P. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PELLINI, J. R. Apresentação In: **Revista Vestígios**, 1ª parte. v. 8. p.7-15. jan/jun. 2014.

PEREIRA, I. A. M. C. Missões Jesuíticas Coloniais, homogeneidade ou influências? Um estudo comparativo do plano urbano das missões jesuíticas de Chiquito, Mojo, Mayna e Guaraní implantadas nas fronteiras da América Colonial Espanhola nos anos de 1607 a 1767. **V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS**, 2010.

PIRES, I. M. **A Guerra dos Bárbaros – Resistência e conflitos no nordeste colonial**. Recife: UFPE, 2002.

PILETTI, N. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

PLOG, S., et al. Decision Making in Modern Surveys. In: **Advances in Archaeological Method and Theory**, 1. New York: Springer, 1978. p. 83-421.

PRETTO, A. L. **A construção da memória através da preservação do patrimônio edificado**: A possibilidade do direito moral do autor como instrumento acessório de proteção patrimonial. Canoas. Dissertação (Mestrado) – Unilassale, 2011.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**. v. 04, n. 01, p. 47-77, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A presença indígena no Nordeste**: Processos de territorialização modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

RENFREW, C; BAHN, P. G. **Archaeology: theories, methods and practice**. London: Thames and Hudson, 2011.

SANTOS, J. de S.; OLIVEIRA, T. B. **Breves comentários acerca das missões religiosas no Brasil e na Paraíba**: prospecções e levantamentos primários das antigas missões na Capitania da Parahyba. Campina Grande-PB, 2011.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTANA, P. A. **Aldeamentos indígenas em Sergipe colonial**: subsídios para a investigação de Arqueologia histórica. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, UFS/SE. São Cristóvão, 2004.

SCHALLENBERGER, E. **Estudos missioneiros**: temas e abordagens. São Francisco Xavier: nos 500 anos do nascimento de São Francisco Xavier: da Europa para o mundo, 1506-2006. Porto: Centro Universitário de História da Espiritualidade, 2007.

SCHIAVETTO, S. N. de O. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? In: FUNARI, P. P.; ORSER JR, C. (Org). **Identidade Discurso e Poder: Estudos da arqueologia contemporânea**. 1ªed. São Paulo: Fapesp, 2005.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (Org.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2009, p. 279-310.

_____; GOMES, F. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)**, v. 19, p. 309-317, 2012.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-constructing Archaeology: Theory and Practice**. 2nd ed. London, 1992.

SILVA, A. F. Caminhos e percepções que constituem paisagem. **Revista Vestígios**. v. 1, n. 2, p. 39-49, jul/dez. 2007.

SILVA, J. C. **Arqueologia no Médio São Francisco indígenas, vaqueiros e missionários**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia – contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

SOUSA, A. C. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Revista Habitus**, Goiânia, v.3, n. 2, p. 291-300. jul/dez. 2005.

SOARES, L. E. Hermenêutica e ciências humanas. **Revista Estudos Históricos**, v.1. n.1, p. 100-142, 1988.

TAYLOR, K. Landscape and Memory: cultural landscapes, intangible values and some thoughts on Asia. In: **16th Icomos General Assembly and International Symposium**: 'Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible', Quebec, 2008.

TILLEY, C. Do corpo ao lugar à paisagem. Uma perspectiva fenomenológica. **Revista Vestígios**. v. 8, n. 1, p. 1-64. jan/jun. 2014.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Odysseus, 2011.

TUAN, Y. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G (eds.) **Philosophy in Geography**, Dordrecht: Reidel Publ. Co., 1979. p. 387- 427.

WALTER, B. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZARANKIN, A. Arqueologia de la Arquitectura; Another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 119-128, 2000.

_____. **Paredes que domesticam: Arqueologia da arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires**. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2001.

_____; SALERNO, M. El Sur por el Sur; Una revision sobre la historia y el desarrollo de la arqueologia historica meridional. **Revista Vestígios**, v. 1, n. 1, p. 17-47, jan/jul. 2007.